



Revista Científica do
Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias

volume 1, número 1
Março de 2017

Expediente

Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias

Comandante:

Ernesto de Lima Gil – Coronel

Subcomandante:

Júlio Cesar Teixeira – Coronel

Chefe do Centro de Estudos Estratégicos Educacionais:

Sandra Lopes – Tenente Coronel

Chefe da Subseção de Produção Acadêmica:

Gabriela Rocha Bernardes – Capitão

Chefe da Seção de Pesquisa e Pós-Graduação:

Álvaro Yabeta de Moraes – Tenente Coronel

Comissão Editorial:

Editor:

Prof. Dr. Édison Gastaldo

Editoras Assistentes:

Profa. Dra. Ana Paula de Moraes Teixeira

Profa. Dra. Camila Bravo Fontoura

Profa. Dra. Débora Duran

Profa. Dra. Karenine Miracelly Rocha da Cunha

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Adriana Braga (PUC-Rio)

Prof. Dr. Adriano Duarte Rodrigues (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Gen Ex Alberto Mendes Cardoso (EB)

Prof. Dr. Celso Castro (FGV)

Prof. Dr. Cleomar Rocha (UFG)

Prof. Dr. David Pion-Berlin (University of California, Estados Unidos)

Prof. Dr. Eduardo Raposo (PUC-Rio)

Prof. Dr. Eliézer Rizzo Oliveira (UNICAMP)

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (UFF)

Gen Ex Gleuber Vieira (EB)

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCAR)

Prof. Dr. José Samuel Martínez López (Universidad Iberoamericana, México)

Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille (UNESP)

Profa. Dra. Maria Celina D'Araújo (PUC-Rio)

Prof. Dr. Rod Watson (Télécom ParisTech, França)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (UNESP)

Prof. Dr. Vagner Camilo Alves (UFF)

APRESENTAÇÃO

SILVA é uma publicação científica eletrônica semestral do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias.

SILVA é o sobrenome mais popular do Brasil, um nome do povo, de pessoas comuns, mas também de personagens ilustres, como Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do CEP/FDC e do Exército Brasileiro.

Na etimologia, SILVA, em latim, significa “selva”, vegetação que cobre mais de 60% do território brasileiro: um ambiente livre, ao mesmo tempo arriscado e promissor, para quem se dispuser à aventura.

SILVA busca ser um espaço aberto para a veiculação de ideias e debates, tanto na interface entre os universos das Forças Armadas e da sociedade civil, quanto em abordagens interdisciplinares nas áreas de Comunicação Social, Educação, Psicologia e Ciências Sociais.

Um espaço de todos, território aberto, um convite à exploração.

a) SILVA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação Ciências Militares e Sociedade aceita artigos inéditos nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas que contribuam para a inovação teórica, metodológica e/ou análise empírica de questões na interface entre Forças Armadas e Sociedade. Defendemos o pluralismo temático e conceitual, primando pelo interesse acadêmico e social das contribuições.

b) SILVA aceitará como contribuições artigos científicos oriundos de pesquisa original, ensaios teóricos, resenhas de publicações relevantes ao perfil editorial da publicação e entrevistas com pesquisadores/as de destaque. A revista será publicada com periodicidade semestral, aceitando contribuições em sistema de fluxo contínuo. A critério do comitê editorial, poderão ser publicados dossiês temáticos, agregando contribuições centradas em um mesmo tema, sendo dada ampla divulgação prévia à sua editoração.

c) A submissão de um artigo para SILVA implica que o mesmo não tenha sido publicado anteriormente, nem esteja concomitantemente sob avaliação em outro periódico.

d) As contribuições podem ser submetidas em português, espanhol ou inglês, sendo publicadas no idioma original.

e) A publicação de artigos está condicionada a pareceres elaborados por membros do Conselho Editorial da revista, ou por pareceristas *ad hoc* de reconhecida experiência na área da contribuição. A decisão final sobre a composição de cada número cabe ao Comitê Editorial, composto por um/a Editor e quatro Editores/as Assistentes.

f) Previamente à publicação, os artigos recebidos passam por três instâncias de controle: a primeira, realizada pelo/a Editor/a, consiste na análise formal do texto, em termos de sua adesão às normas editoriais da revista. A segunda, realizada pelo Comitê Editorial, decide se o artigo encontra-se adequado ao escopo temático de SILVA. Caso negativo, será encaminhada uma correspondência explicando os motivos da rejeição. Caso positivo, o artigo será encaminhado à terceira instância de controle, realizada por dois pareceristas *ad hoc* ou membros do Conselho Editorial, no caso dos artigos e ensaios, e por um/a parecerista no caso de resenhas ou entrevistas. Os/As pareceristas serão sempre doutores com reconhecida expertise no tema da contribuição, operando em sistema de “duplo-cego”, isto é, ocultando as marcas de autoria tanto da contribuição quanto do/a parecerista. A partir dos pareceres anônimos, o Comitê Editorial anunciará a nominata dos textos selecionados para cada número. A decisão editorial final será comunicada por correspondência endereçada a cada autor/a.

g) Com base no conteúdo dos pareceres, a correspondência decisória pode:

i) aceitar o artigo para publicação, sem alterações;

ii) sugerir que o texto seja reapresentado para avaliação, incorporando alterações solicitadas nos pareceres;

iii) rejeitar a publicação.

h) As contribuições aprovadas para publicação serão encaminhadas para revisão formal e ortográfica, e devolvidos ao/à autor/a para aceite das eventuais sugestões de alteração. Após a aprovação do/a autor/a, o texto seguirá para diagramação e composição final. A partir deste momento, não serão mais admitidas alterações ou acréscimos aos textos, exceto em casos excepcionais, e a critério do Comitê Editorial.

i) Os dados, análises, teses e opiniões emitidas nos artigos são de responsabilidade dos autores.

j) SILVA adota os princípios éticos expressos nas diretrizes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq), disponíveis em <http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

- a) Os artigos e demais contribuições devem ser submetidos exclusivamente através do e-mail revistasilva@cep.ensino.eb.br
- b) Em caso de artigo de autoria coletiva, o texto deverá ser submetido pelo primeiro autor (ou autor de contato). Em caso de aprovação, todos os autores deverão declarar sua conformidade com o manuscrito a ser publicado.
- c) Os manuscritos devem ter entre 5.000 e 10.000 palavras (excetuando referências, tabelas e notas), em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5 e parágrafo justificado. O resumo, de até 200 palavras, deve ser apresentado em dois dos três idiomas aceitos pela revista (português, inglês e espanhol), explicitando uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho, além de 3 a 5 palavras-chave.
- d) Os gráficos e tabelas devem ser acompanhados das respectivas planilhas que os originaram, com indicação das unidades em que se expressam os valores e as fontes correspondentes. Fotografias, ilustrações e outras imagens em alta definição não devem ser incluídas dentro do documento principal, podendo ser anexadas separadamente.
- e) Dúvidas sobre o processo de submissão ou avaliação de manuscritos devem ser encaminhadas ao e-mail institucional de SILVA: revistasilva@cep.ensino.eb.br
- f) As notas devem ser substantivas, e restringir-se a comentários adicionais ao texto. Referências bibliográficas, quando necessárias, devem aparecer no próprio texto, com a menção do último sobrenome do autor acompanhado do ano da publicação e do número da página, quando necessário (p. ex., Becker, 1998: 57). Citações literais de textos de outros autores superiores a três linhas devem aparecer em parágrafo separado, em itálico.
- g) No final do artigo, devem ser listadas todas as referências citadas no texto, em ordem alfabética por sobrenome dos autores, observando-se os seguintes critérios:

LIVRO:

BECKER, Howard S. (1998) Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.

CAPÍTULO DE LIVRO:

CHODOROW, Nancy. (1979) "Estrutura familiar e personalidade feminina". In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Orgs.). A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 65-94.

ARTIGO EM PERIÓDICO:

CASTRO, Celso. (1997) "In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil". Antropolítica, Vol 2, n. 1. Niterói: UFF. pp.61-78.

TESES E DISSERTAÇÕES:

FUCILLE, Luis A. (2006) Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil. Tese (Doutorado) em Ciência Política. Campinas: IFCH/UNICAMP.

ARTIGOS DISPONÍVEIS EM SÍTIOS DE INTERNET:

BRODEUR, Jean-Paul. (2004) "Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar". Cadernos CRH. Vol 17, n.42. Salvador: FFCH/UFBA. pp. 481-489. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=33&locale=es>

SUMÁRIO

“Security Theatre”: some sociological thoughts on a non-sociological concept <i>Rod Watson</i>	5
A lógica paradoxal da violência <i>Adriano Duarte Rodrigues</i>	38
Medo e miscigenação: a visão dos povos da floresta nos relatos dos militares brasileiros no século XX <i>Tássio Franchi</i>	48
Manchester Bomb, 1996: Emergency Services, Evacuation & Ethno-Methods <i>Andrew P. Carlin, Ph.D.</i>	66
A guerra ofensiva aos “Botocudos Antropófagos” nas minas oitocentistas e seus significados para a nacionalidade brasileira em formação: uma abordagem comparativa <i>Izabel Missagia de Mattos</i>	87
Tradição, transformação e o espírito militar: uma entrevista com <i>Celso Castro</i> por <i>Édison Gastaldo</i>	106

‘Security Theatre’: some sociological thoughts on a non-sociological concept

Rod Watson*

Abstract:

This is intended as an introductory paper in two respects. Firstly, it is to introduce readers to the concept ‘security theatre’, both as a linguistic device and to the phenomenon it purports to designate. The argument in this paper also expresses the intention of contributing to the burgeoning field, both academic and applied, of Security Studies. This contribution takes the form of showing the potential, though currently hardly-realised, of the discipline of Sociology as a significant participant in this field. The paper does not take a specific approach within sociology to pursue this intention, but rather shows how various approaches within sociology – ranging from general functionalism to deconstructionism – may contribute in different ways to different aspects of security studies, including yet-unremarked or yet-underdeveloped aspects of the field. This contribution is mainly relevant to the academic or analytic aspects of security studies, but it is hoped also to have a ‘spin-off’ for the applied side of that field, too. In the course of the development of the argument of the paper, it is hoped that various consequential aspects of security theatre are rendered explicit and discussed, and to this end some of the (still relatively few, alas) sociological studies of security arrangements are employed. In particular, the paper sets out the purported opposition between ‘security theatre’ and ‘real (‘genuine’) security arrangements’, suggests some useful tropes and other methodological devices for the sociological analysis of ‘security theatre’ and, finally, the paper suggests reasons for, and useful ways of achieving, the deconstruction of the ‘security theatre’-‘real security’ opposition. In all, in this paper it is hoped to open up, in a preliminary way, new perspectives on ‘security theatre’ and to highlight empirical aspects of it that might, in sociology’s absence, have been relegated to the background.

Keywords: Security theatre, security studies, deconstructionism, symbolic interactionism, ethnomethodology, conversation analysis, trust, surveillance, ICT-mediated interaction, the linguistic turn, frame analysis, dramaturgical simile, tropes, societal reaction, amplification of deviance, ritual, region behaviour, soundscapes and security, visibility arrangements.

*“...Lies work in the same
way as the truth”
(John R. E. Lee, 1984).*

Introductory Considerations to an Introductory Paper.

The term ‘security theatre’ has only gained widespread professional use relatively recently, especially after the heightened security arrangements consequent upon the 9/11 assault on the World Trade Center in Manhattan. It has only gained currency in ordinary parlance in the last few years, and

* Adj. Professor of Sociology, Telecom ParisTech, Paris and Nice-Sophia-Antipolis, 2016.

particularly after the recent (June 2016) terrorist attack on Brussels Airport. After that attack, some passengers, ordinary citizen attributed some of the alleged failings of the security system at the airport in terms of ‘security theatre’.

The term ‘security theatre’ has, in fact, been in existence for nearly thirty years. It was invented by Bruce Schneier, who was and is, a justly celebrated security expert and consultant, not a sociologist. However, in this article I shall – build on the few pioneering recent sociological studies – make a first attempt at formulating a ‘sociological take’ on this apparently non-sociological concept, and in doing so, I hope to cast new light on what ‘security theatre’ is, as well as extending and, I hope, deepening existing conceptions of this phenomenon. I shall briefly look at the ‘logical grammar’ (as Ludwig Wittgenstein calls its conventional usage) of the concept since its invention. I shall attempt to demonstrate how a sociological frame of reference can serve to draw out a fuller sociological implicativeness and importance of the term – including, importantly, in conducting a potentially clearer, more penetrating, empirical analysis of a kind that the sociological respecification of this term can afford. I shall use the term ‘predicative logic’ as part of this exercise.

Finally, I shall attempt to use the term ‘security theatre’ in its new-found sociological framework to examine in a way what will be familiar to applied sociologists and those interested in evaluation and assessment of the efficacy, consequences, etc., of (in this case) particular security arrangements. Of course, such evaluations and assessments are always ‘situated’, always ‘perspectival’ in the

sociologist of knowledge Karl Mannheim’s sense of the term ‘perspective’, from the German ‘Aspektstruktur’ (Mannheim, 1936). ‘Perspective’, for Mannheim, denotes a particular channelized point of view, and this can involve the following: how (from what ‘angle’, through what ‘prism’) one views the object, the ‘particularity’ of how one views an object. In the ‘logical grammar’ of the term ‘perspective’ there is an implication, if not of ‘tunnel vision’ then certainly a bounded and selective view of a given object, where some of its features are relegated to the background or are left out altogether.

Thus, if, say, a security advisor to an international airport, a journalist on a popular newspaper, a weapons or drug smuggler, a terrorist, a politician with an eye on the ‘pork barrel’, a grant-seeking university researcher, a police commander or security chief, an authoritarian ruling junta or an espionage agent were to write his/her assessment or evaluation of a given instance of the object that some would call ‘security theatre’, then each of these parties would have their own ‘situated perspective’ on (say) the nature of this object, its eufunctions and dysfunctions, its perceptible ‘strengths’ and ‘weaknesses’, and on the action-implications of these for each party’s commitments, vested interests, etc.; indeed, the ethnomethodological sociologist’s term ‘interested account’ covers the *inter alia* nature of their evaluation. The ‘situatedness’ and ‘perspectivism’ (another term by Mannheim, 1936) of any such interested account – including, of course, one’s own – is an inescapable thing, and must, then, be explicitly considered and borne in mind.

Having issued these *caveats*, we can move on to considering ‘security theatre’ from a sociological point of view, to incorporate sociology into the field of Security Studies. I shall not espouse any particular version of sociology in this particular article since I wish to show the diverse potentials of the broad sweep of various forms of the discipline: however, the reader will perceive some emphasis on naturalistic, communicative and praxiological sociologies, partly perhaps because this is my own methodological preference, but probably more because the relatively few extant sociological studies of ‘security theatre’ tend to be of these orientations: Andrew Carlin’s paper in this issue also represents this type of praxiological sociology, a sociology that has taken ‘the linguistic turn’.

What is ‘Security Theatre’?

Decades ago, but already in our (post?-) modern times, the French sociologist Jean Baudrillard observed that “Reality no longer has time to take on the appearance of reality”. Thus, for Baudrillard, simulacra of reality tend to fill in as stand-ins, as substitutes. ‘Security theatre’ may, in a very general sense, be seen in such a context, as a simulacrum of ‘real security’. Of course, unlike Baudrillard we shall explicitly emphasise security theatre as a simulacrum in its prepositional forms, eg. ‘a simulacrum of...’. We need to look at the distinguishing features of each simulacrum or the phenomenon that it purports to ‘convey’ if we wish to apply the notion of ‘simulacrum’ in a less sweeping, case-by-case way. We shall need then, to look at the

defining properties of particular ‘security theatres’ if we wish to make empirical rather than rhetorical progress. Whilst, of course, such an exploration lies beyond the purview of this particular introductory paper, I shall point to some ways of looking at such constitutive detail, and shall point to some studies that have made a start on this.

The term ‘security theatre’ was invented around 1988 by Bruce Schneier, a now-celebrated expert and consultant, writer, web author and Fellow at Harvard University’s Berkman Center. There is what we might call a ‘natural history’ to the term. It was, originally, primarily used by security experts, but after the September 11, 2001 assault on the Twin Towers in Manhattan, the term took on a perhaps less technical determination by journalists and eventually found its way into common parlance. This was especially evident after the recent attack on Brussels Airport, when ordinary people present at the airport made invidious reference to ‘security theatre’, making evaluative sense of the security arrangements that allegedly were, or were not, in place.

As a term, ‘security theatre’ is typically a component of a two-part contrast set, ‘security theatre’-‘real security’, where the latter terms has the built-in potential to downgrade or even relativize the former. The contrast set may be explicitly used or simply left implicit, where the second term, ‘real (genuine) security arrangements’, is left to be drawn by inference. This ‘linguistic’, or ‘structuralist-linguistic’ contrast set can be employed, both academically and practically, as a template for various

practices of sorting of ‘trriage-ing’. Thus, for instance, different security arrangements may be sorted into ‘illusory’ or ‘false’ (or ‘apparent’) security as opposed to ‘real’ or ‘genuine’ security, ‘deceptive’ as opposed to ‘straight-up’ security. This is how Schneier originally used the contrast set. The status of this contrast set with regard to the intersubjective understandings and reasoning of the broader group of security practitioners or of members of the public must initially have been unclear: I shall allude various ways on this crucial issue as the paper proceeds.

Schneier’s notion of ‘security theatre’ trades on a structuralism-style linguistic binary opposition between ‘fake’ and ‘authentic’ – ‘fake’ or ‘false’ security arrangements and practices as opposed to ‘authentic’ or ‘real’ security arrangements. Its organising logic, and predicative logic in particular, yields connotations such as ‘deception’ and ‘illusion’, and the imputation of such predicates affords us an insight into one aspect of what Ludwig Wittgenstein, in his later philosophy, termed the ‘logical grammar’ of the term ‘security theatre’. Features such as ‘all or nothing’ (i.e. total, real security or a complete absence of this despite the illusion) can also be mapped on to the structural oppositions ‘real’-‘phoney’, ‘authentic’-‘illusory’, ‘genuine’-‘false’, ‘sincere’-‘deceptive’, ‘actual’-‘false’ and similar oppositions, but fuzzy-logic gradations may also be made such as “relatively authentic” as opposed to “relatively/mainly/largely fake”, as it were, rather than ‘all-or-nothing’ being the sole designation. In all, ‘security theatre’ is seen as being *ersatz* security, a substitutional fake.

One problem with the fixed ‘structuralist’ opposition between ‘security theatre’ and ‘genuine security’ is that it does not readily serve to adequately describe some real-world examples of security arrangements. There is a ‘grey area’ between ‘theatrical’ and ‘genuine’ security arrangements, namely where it is unclear whether the arrangements in place are to be understood as ‘theatrical’ or ‘real’ security, or, alternatively, where there is an apparently relatively equal mix of ‘theatrical’ and ‘real’ arrangements. In the latter case, the question is: what ratio of ‘theatrical’ to ‘authentic’ arrangements is allowed before a set of ‘authentic’ security arrangements is re-describable as ‘security theatre’ instead? This of course is one of those Hegel-type dilemmas concerning quantity and quality in the description of phenomena, eg. how many sticks does one have to heap up before they make a ‘pile’?, or ‘how many hairs does a man have to lose before he is describable as ‘bald’?’ This, of course, is all grist to the analytic deconstructionists’ mill.

Whilst Schneier later placed somewhat more emphasis on some ‘positive’ aspects of the social arrangements he terms ‘security theatre’ (these positives he conceives of as being, in considerable part, psychological in nature) and even of going beyond the concept, he has tended to impart highly downranking or deprecating meanings to the term. He does so (Schneier, 2009) in a variety of ways, including ostensive ones where he points to real but somewhat extreme examples, eg. after the 9/11 attack on the World Trade Center in Manhattan, National Guard officers provided an armed presence around the site, but their guns had

no bullets. It was literally a show of arms. This, of course, seems to be a paradigm case of an illusory security measure that achieves no increase in real security and thus maps perfectly onto the oppositional pair ‘real’-‘illusory’ (or ‘authentic’-‘phoney’ or any such pair of synonyms or near-synonyms). Another example given by Schneier can be found at airports and other public facilities, that of uniformed personnel inspecting photo ID’s. Given, for instance, the ease of forgery of these documents, such measures can, in the words of Smokey Robinson, be “only there just to fool the public”. They are held by Schneier to achieve no significant improvement in actual security.

Schneier, and later Ross Anderson, a highly-noted Professor of Security Studies at the University of Cambridge (Anderson 2008) remark that ‘security theatre’ measures tend to emerge or intensify in response to an outrage that, like ‘9/11’, not surprisingly attracts huge media coverage. Indeed they do, and they emerge remarkably rapidly – almost ‘instantly’. In such coverage, of course, the public is greatly exposed to the distressing, largely visual, spectacle. The visual dimensions are central both to the original event and to the subsequent ‘societal reaction’ to that event. With the ‘9/11’, burning of the iconic ‘Twin Towers’, people on high stories in the buildings cut off from effective rescue, etc. were shocking visual phenomena. Correlatively, societal reactions to such visually-prominent events, – reactions such as security practices and arrangements – have to have their visual aspects too, in order to be persuasive: and persuasion is the essence of security theatre.

Sociology, and particularly the kinds of sociology that specialise in close observation of real situations, can extend and deepen such *aperçus*.

In terms of societal reaction, such spectacles can occasion, in some sociologists’ views, what the anthropologically-oriented sociologist Stanley Cohen (1980) earlier termed a ‘moral panic’ in which ‘folk devils’ (eg. terrorists, people traffickers) figured centrally – as if the original events, with amplification, were in themselves not sufficiently alarming. Cohen’s work followed on from, and traded upon, Orrin Klapp’s book, *Heroes, Villains and Fools*, (Klapp, 1962) and – which is particularly relevant to security theatre – Frank Tannenbaum’s book *Crime and the Community*, (Tannenbaum, 1938). We are, too, here in the sphere of the social-interactional and communicative process of social typing, what Howard S. Becker has called the ‘labelling’ of persons as deviant, (Becker, 1963) and it is on the basis of such labelling of persons that the amplification of their deviance can be built. Thus, we have the elements of a sociological model, the ‘amplification model’, of societal reaction to what is identified as deviance, a model that has largely been pursued by symbolic interactionist sociologists’ persuasion and by other Chicago-style naturalistic sociologists. The model is founded upon what came to be called ‘societal reaction theory’, though it is a moot point as to whether it meets the requisites to be an actual theory. Whilst, as Edwin M. Schur correctly noted at the time (Schur, 1969), ‘societal reaction theory’ has been around in one form or another since the founders

of sociology were writing (eg. Durkheim, in his book 'The Rules of Sociological Method' writes of the collective reactions of graduated intensity to delicts and crimes), these early sociologists might not have anticipated or even recognised the turn that 'societal reaction' studies in sociology took in the middle part of last century, particularly as some forms of these studies actually set themselves up in criticism of the founders' formulations: 'labelling theory' is a case in point, here.

Such amplified 'societal reactions' can include the installation, or intensified installation, of what has here been termed 'security theatre' but these reactions are far from restricted to that. For instance, in Great Britain there is a Home Office plan by the state surveillance agency GCHQ to licence the covert hacking of all the phones and laptops of a major town overseas were it to be deemed necessary for national security purposes. This is a development of the blanket gathering and storage of personal digital data by Britain's GCHQ and the U.S. National Security Agency, controversially exposed by the 'whistle-blower' Edward Snowden. This was a 'societal' reaction (or, tellingly,) in this case a reaction of central authorities claiming to espouse the 'best interests' of the rest of the society) to terrorist activity online in private households. Many regard this as an indiscriminate "Snooper's Charter", what many – not least the European Court of Human Rights – might see as an over-reaction to an accumulated set of terrorist attacks across several countries. There are questions as to whether adequate information could be garnered by less intrusive methods. Of course, these

allegedly over-reactive covert operations are quite the opposite to the all-too-overt organization of security theatre.

Such purported over-reactions are built upon, are part of and rely upon the practical amplification of a given event, where, eg. the media often further sensationalise what is already, in the view of many, quite sufficiently sensational 'in itself'. As analysts, we need to take the 'linguistic turn' in studying such alleged amplifications, since society-members' and the mass media's use of amplificatory linguistic terms is a major issue, in this regard. In a remarkable ethnomethodological study that does not employ the amplification model *per se*, Peter Eglin and Stephen Hester examined the linguistic terms and practices that constitute such intensified or amplified responses – "tragedy", "horror" and the like (Eglin and Hester 2003, Ch.3). These are the linguistic methods used to describe and assess such events and they often employ amplificatory terms and linguistic methods of amplification. Of course, even if the event is diminished or neutralized in some way, linguistic methods are involved in that process, too: 'terrorists' can be re-constituted in a justificatory account as 'freedom fighters' and the like. This is what 'labelling'- or, in the ethnomethodological terms employed by Eglin and Hester, 'membership categorization'- is all about, namely the constitutive organization of the societal reaction as an accountable matter. The account and the 'societal reaction' to a sensational(-ised) event is, by definition, necessarily retrospective: a reaction is, by definition, a response to a previous event.

As a form of societal reaction, security theatre too is necessarily retrospective. As Rachel Hall (2015), a communication analyst, observes in a book that has some sociological relevance, specific security arrangements, including what we have here called 'security theatre', are typically fashioned on the basis of the last terrorist (or other perceptibly heinous) event or near-event, ie. an event that was narrowly averted. Changes in 'security theatre' tend to occur as a retrospective response to a new event. Thus, when a terrorist hid explosives in his shoes, security measures were changed to make sure that travellers' shoes were now subjected to inspection. Thus developments in security theatre tend to have a retrospective referent. Hall (op. cit.) goes so far as to assert that, so far as airport security personnel are concerned, passengers symbolically embody the last terrorist threat.

Many of the sociologists who write about amplification use dramaturgical imagery of the same 'provenance' and 'natural kind' as Schneier's term 'security theatre'. Klapp employed such imagery as, of course, did Erving Goffman (Goffman, 1959). It is to this imagery that we now turn in order to gain an initial sociological foothold on Schneier and Anderson's insightful conceptions of, and concerns about, 'security theatre'.

In discussing the 'amplification model', we have already introduced more than one sociological perspective. We can now move on to take a more explicit, more multifarious, 'sociological turn' that is, perhaps, more focused on security studies *per se*.

A 'Sociological Turn' in Security Studies

Security studies is still a relatively new field, one that is not yet entirely coherently or comprehensively articulated across academic disciplines despite canonical contributions such as those of Ross Anderson. So far this field has drawn from applied sciences, technological studies in engineering, psychology, political and legal analysis, management and organizational studies, etc., as Anderson's 2008 textbook shows very well. However, sociology is not explicitly 'in the mix'.

Anderson has done much to integrate the field, but so far he has not explicitly incorporated sociology into it. He does, however, show a notable sociological sensibility. Understandably, engineering concerns continue to be the master schema in his textbook. However, Anderson, who largely endorses Schneier's concerns, affords us a first 'take' on sociological aspects of security arrangements in general and on 'security theatre' in particular. Not least, Anderson like Schneier, employs a 'commonsense/practical' or 'natural/sociological' version of the professional sociologist's 'deviance-amplification model' in accounting for the rapid development of 'security theatre' in terms of, essentially, what can be seen as an 'over-reaction' owing to 'moral panic' after a spectacle such as 9/11 in Manhattan, the 'Bataclan' attacks in Paris or the driving of a truck into the crowd in Nice who were celebrating Bastille Day. Consequent upon such events, 'security theatre' can be part of the ('over-') reaction, as in the case of, for instance, fears for security at the 2016 Euro

football championships in France. Broader and more authoritarian, even totalitarian, measures can ensue, – measures that often take militaristic or quasi-militaristic forms – and these too can employ shows of security as well as draconian surveillance measures, the curbing of democratic dissent and of ‘whistleblowing’ of the Edward Snowden kind, not to mention xenophobia and the like.

Like Schneier, Ross Anderson warns against the complicity (witting or unwitting of security engineers in such ‘top down’ measures which can involve major incursions into human, citizenship and civil rights. He asserts instead the uses of security measures to underpin democracy and rights, and warns against, say, over-reactions against terrorist attacks, that whilst they are a fact of life and certainly very distressing, are still relatively rare. One is far more at risk during one’s drive to the airport than one is of a terrorist attack either in the airport or on board the aircraft. I wholeheartedly endorse Schneier’s and Anderson’s ethical priorities, not least because, as the Oxford academic and terrorism expert Louise Richardson has emphasized (and to which Schneier and Anderson allude), terrorists count on and seek to foster the over-reactions. Among the over-reactions they seek to elicit is the majority community’s scapegoating of an entire ethnic group such as Moslems as opposed to just taking focused, evidence-based action against specific perpetrators. Part of this scapegoating can be the police’s ‘stop and search’ tactics based (implicitly or explicitly) on the lines of racial, ethnic or national origin and the identification of ‘potential’ suspects via racial, etc. profiling:

informal police cultures may facilitate these practices even where they are formally prohibited. Other ‘sought over-reactions’ include militaristic responses to specific events rather than the taking of increased political and social policy measures. This is one thing that the broad discipline of sociology can contribute – an analytic sensitivity to the broader socio-political contexts and specific events in which ‘security theatre’ and other such measures emerge, plus a weighing of the possible consequences of ‘societal reactions’.

Of course, one aspect of the ‘commonsense/practical amplification of deviance model’ is that not only that the established state and other authorities espouse it but so do terrorists. Using this model, they hope that the nature and further consequences of their attack will be further enhanced by the authorities and the mass media, that their actions will be further dramatized. As I have observed, they hope too that the authorities will themselves also act in amplified fashion by curbing freedom of speech or other democratic rights, by asserting ‘bulk powers’ (frequently covert) of mass surveillance, mass (again, covert) retention of this bulk data, and so on – all administered by a central authority. In this sense, then, the opposing parties, authorities and terrorists, have a practical interest in the same ‘amplification model’, though, of course, their specific practical interests differ greatly. As might be expected, professional sociologists, in a variety of ways, ground their own amplification model in the commonsense one, though largely for theoretical-analytic reasons rather than practical ones.

What I propose is a two-tiered approach to the incorporation of sociology, an approach that should be prepared for by a thoroughgoing reading of what we might term 'non-sociological precursors' such as Schneier and Anderson. The first tier involves the analyst deploying what the founder of the sociological approach called 'ethnomethodology', Harold Garfinkel, called the deliberate 'mis-reading' of (in the present case) the works of Schneier and Anderson. Textbooks such as Anderson's voluminous and authoritative *Security Engineering* (2008) can be intentionally 'mis-read' by the reader's bringing a set of sociological relevances to bear on a text that is meant for other (mainly engineering) purposes. As Garfinkel proposed, such planned mis-readings of conventional sociological texts, as well as other texts, for their unexplicated relevance to ethnomethodology or to praxiological concerns, is also a derivative intention of mine. These concerns lead to the second tier, the devising of a sociology that can analytically respecify or re-cast the conceptions held by engineers and psychologists about security issues (and not least 'security theatre') into terms that are not so explicit or precise when formulated in non-sociological terms. We are helped by the fact that Anderson has a most perspicuous 'case history' approach in his textbook. We might, then, see sociology as, *inter alia*, performing an 'underlabourer' task in explicating, clarifying, rendering more precise and in some cases re-casting some of the issues and phenomena intuitively noticed by distinguished security specialists such as Schneier and Anderson, whilst also taking the lead in rendering

visible phenomena that other observers have glossed over or simply missed.

The second tier of intended 'misreading' for me, involves re-reading the conventional sociology in praxiological terms, in order to facilitate the scrutiny of security practices in the greatest social-organizational detail. After all, 'security arrangements' are the outcomes of what security people and others actually do. In the spirit of such a deliberate re-reading, let us take from Anderson what I should term a 'representative scenario' (it may, indeed, be more than a mere scenario). It is a kind of parable for security studies. I hope to show how sociology can render explicit and can clarify or explicate issues concerning security that are, perhaps, not so explicitly or extensively set out in the original text: the fact that such issues might not be set out so extensively, or in these terms, in the original text is not to be understood as attesting to a failure in that text as to its (necessarily?) different relevances.

What I have termed Anderson's 'representative scenario', one of many possible scenarios, (Anderson also introduces 'bank', 'military base' and 'hospital' scenarios), concerns security measures at an airport (Anderson, 2008, pp. 4-5). For a start, Anderson notes, importantly, that the aircraft hijackers' getting knives through airport security was not a failure of security technology or practice but a failure of policy: knives with blades of up to three inches were, at that time, legally allowed through airport security and the hi-jackers used no guns or explosives on the aircraft concerned. Such things fall, then, outside the realm of 'security theatre' even though security

personnel are often publicly, and unjustly, blamed for it. We must be careful what we assign to ‘security theatre’. We must also realise that the proper legal instruments have to be in place if security values are to be maximised.

What is relevant to ‘security theatre’ as Schneier and Anderson define it is that whilst huge amounts (both in volume and money value) of passengers’ ‘innocent’ possessions- bottles of deodorant and aftershave, over-the-counter medications (and once, in my case, a bar of *doce de abobora com coco*, which I still miss) – are confiscated by uniformed security officials and then thrown away, well below 50% of all weapons taken through security screening are actually detected by the technology and the security operatives looking at the ‘x-ray’ screens. This is the essence of what Schneier and Anderson both call ‘security theatre’: merely apparent security – a kind of display to the public – rather than ‘real’, effective security. To be sure, one important issue raised by the linguistic opposition ‘security theatre’-‘real security’ is the perceptible mis-allocation of resources of all kinds, in all kinds of ways. I am here not referring just to cosmetics and comestibles, but to the allocation of financial resources to different aspects of, say, airport security. This is not even to mention issues in the allocation of what may be conceived as other scarce and valued resources, eg. attention and focus: time too can be conceived as a scarce and valued resource to be distributed and allocated, as can space. Is security theatre the best employment of scarce time and scarce space for security purposes? Of

course, such allocational considerations are not always ‘all-or-nothing’ matters, but ones of emphasis – the relative allocation and distribution of resources to ‘security theatre’ as opposed to ‘genuine security’.

Security theatre typically occurs in spaces where organizations or their security operatives encounter their publics, their ‘audience’ - passengers, visitors, customers, etc. Indeed, Anderson says that the TSA has spent \$14.7 billion on aggressive passenger screening of various types and that such screening has, he judges, been “fairly ineffective” (see below), from the point of view of ‘genuine security’ – and we are speaking of points of view, here. For example, Hall (op. cit.) has reported that the technology of what we have here called ‘security theatre’, experimenters at US airports succeeded in getting through up to 95% of the weapons they tried to get past the detection technologies. The expensive, state-of-the-art face-recognition technology at Manchester International Airport was shown not be able to distinguish between the faces of British politician Gordon Brown and the film actor Mel Gibson: a fact that will doubtless please Mr. Brown more than Mr. Gibson. Not surprisingly, that technology has now been abandoned by the authorities at the airport and even when it was still officially being used was treated by them with circumspection.

A Sociological Device for Analysing ‘Security Theatre’

One possible contribution by sociology could be to clarify and specify the nature

and organization of 'security theatre' and its implications. After all, no-one can fail to be struck by the huge increase in airport security in recent years, – not to mention its great increase in other public arenas also – and all this change has had palpable social organizational consequences whose nature most mainstream sociologists have yet to really face up to and explore. One possible starting-point is furnished by the non-mainstream sociologist Erving Goffman, a celebrated analyst of communication conduct and of 'region behaviour' in social organizations of all kinds and formal organizations in particular. A 'region' is, for Goffman, a bounded ecological space in a social/formal organization whose limits are 'barriers to perception' (cf. Michel Foucault) and is characterized by region-related, region-appropriate conduct, including that which produces region-relevant appearances and manner by the person in a given region. Thus, in a mental hospital studied by him (Goffman, 1974), in the wards to which visitors, members of the public, had access – the 'front regions' of the mental hospital – hospital personnel treated patients and visitors with consideration and politeness, the furniture was in good condition, was clean and hygienic and so on. By contrast in the wards where the patients were deemed to be suffering very serious, often threatening cases of mental illness, visitors were not allowed access and could not even see them as walls, locked doors, etc. created a barrier to perception. In these 'back regions', staff acted far less well towards patients – sometimes using violence –, plus the furniture was shabby and conditions were not clean, etc.

Goffman elucidates regions and region behaviour in social organizations through the deployment of a simile, a dramaturgical simile which he also uses to elucidate a wide variety of other situations too (though it is important to note that it is far from the only simile he uses for those other situations). Thus, the 'front regions' of an establishment or other social organization are treated as akin to theatre's 'onstage' and the 'back regions' as 'backstage' or 'offstage' and the most emphatic performance. 'Onstage' is where most of the performances are to be found. Performers often performed onstage in teams, each team member supporting her/his fellow team – members' presentation of their 'onstage character'. 'Onstage' is where the most 'props', i.e. stage properties are to be found, eg. in a mental hospital, one finds the better furniture 'onstage', where the visitors and other 'outsiders' have access. There too is to be found the costumes, the 'wardrobe' that enhance performers' work and reinforces their presentation of (public) 'character' and their performed characters' demeanour and manner. All of this attests to the fact that onstage conduct occurs in front of onlookers, an 'audience': it is in public view, and the 'performers' act as a team to support each other's self-presentational conduct in front of that audience. An image such as the theatrical or dramaturgical one may force into explicit view and may render more noticeable the more heavily institutionalised or embedded, more routinized, more unnoticeable features of the interactional encounters between the security officials and the passengers and others they are processing. To use a turn

of phrase from the ethnomethodological sociologist Harold Garfinkel, a trope such as the dramaturgical one “helps the goldfish to become aware of the water it is swimming in”. (Of course, security arrangements have also been commonly conceived using other tropes, eg. militaristic ones – ‘the war on terror’ and the like: terrorists use the militaristic trope also, conceiving of themselves as ‘soldiers’, etc. Such tropes, and not only because of their hyperbolic nature, may serve to amplify past or future threats).

‘Offstage’ or ‘backstage’ is where the team of ‘performers’ can relinquish or at least can relax their ‘performances’, though it would not be true to say that there is no elements of performance at all: for instance, those background elements of performance that enhance teamwork, morale and motivation may still, to varying extents, pertain ‘backstage’. This is, also where the onstage performers can to a certain extent ‘be themselves’ rather than being their ‘public’ selves as presented to the ‘audience’. Thus performances backstage may berate or insult the audience with imprecations – without the audience being privy to all this, of course. The team of performers may employ coarse language and conduct that, if it were onstage, would be frowned upon by an audience. The ‘props’ – pleasant dining furniture, sparkling cutlery, etc. are part of the onstage presentation. However, backstage where the performers are in the dressing room there is often dilapidated furniture which would never be used onstage in front of the audience. (My wife, Anita Alzamora an amateur actress, assures me that this is true for actual theatre life

as it is for any establishment in the wider world: it is reassuring when these similes have authentic rather than purely idealised groundings).

Goffman conducted a participant observation-based field study in Baltasound, a Shetland Island community, and observed front region/‘onstage’ performances and back region/‘offstage’ communicative conduct in a restaurant there. Onstage, in front of the gaze of the diners, the audience, the waiters and waitresses – the performers –, are polite, respectful and solicitous about hygiene, polishing the plates with napkins, and so on. In the kitchen, behind the wall separating them from the dining audience’s gaze, they blurt out fulminations about the diners, they produce unhygienic conduct (spitting, etc.). Of course this communicative conduct is in a sense a performance too, in that it displays team solidarity by enhancing an “us and them” group mentality. However, where the barrier to perception between the restaurant’s dining room and kitchen is somehow breached, eg. the kitchen door is left open and where, therefore, the often shabby kitchen furniture and coarse, unhygienic conduct of the staff may be glimpsed by the diners, the performers may be discredited in the eyes of the audience, and their onstage performance retrospectively dismissed as intendedly ‘deceptive’. For Goffman, though, this conduct may be deceptive it is not necessarily best deemed to be so: instead, the onstage performance should be analysed as, above all, ‘region-appropriate’, in context. This point is not irrelevant to issues concerning the ‘performances’ of the security team working on security theatre. It may well be the case, also, that what we

call 'security theatre' may often times not be seen as such except retrospectively, when something perceptibly 'goes wrong' so far as the public are concerned, eg. where there is a breach or a failure: indeed, this retrospective element may constitute the difference between the perspectives of the member of the public as opposed to that of the security professional.

One major feature of onstage conduct is that it contains a highly significant element of what Goffman terms 'ritual conduct'. His concept has often been misunderstood by analysts who are not in possession of a sociological sensibility, or who disattend such a sensibility. For instance, the linguist S.C. Levinson conceives of Goffman's usage of the term 'ritual' in terms of a narrow conception of 'social', a view pertaining largely to the social niceties, as opposed to more instrumental or 'system' constraints which he apparently sees as non-social. However, Goffman's notion of 'ritual' actually stands in contrast to Levinson's 'dinner party'; nor does Goffman's notion of 'ritual' reflect the common usage as 'empty ritual', 'mindless repetition', etc., although some sociological conceptions of ritual seem to suggest that.

Instead Goffman sees 'ritual' conduct as producing a symbolic or 'ceremonial' order (viz. Strong, 2006) or, as he, Goffman, often puts it, as 'expressive order'. What is expressed is *inter alia*, the instrumental ('system-') social organization of a given arrangement. Thus, with 'security theatre' there will be 'ritual features'— a routine, *pro forma* conduct by officials such as asking whether one packed one's suitcase

oneself, whether it contains weapons, banned containers of liquids, etc. These apparently protocol-based rituals also serve to express a concern for and commitment to security on the part of the official(s) involved and to express the fact that one is in the security system: in this sense, then, the ritual conduct expresses the very nature of the arrangements: ritual practices are exhibitory practices in that sense, practices that not only communicate but also define the self-same arrangements of which they are part, rendering these arrangements self-displaying. The exhibitory practices may be emblematic or, from a purely instrumental point of view, 'over-produced', 'over-emphatic', broad 'gestures in the round', etc. and because of that these characteristics may be seen as 'ritual', but they nonetheless perform this expressive work: they are not mere etiquette or social manners, as Levinson would have us believe. Anyone who has read Machiavelli will understand how much appearances matter, not least on issues of power and authority and therefore how much a 'ceremonial' or 'expressive' order matters (although it would be wrong to see Goffman's 'performing selves' as Machiavellian per se: their performances can, for instance, be perfectly sincere). In addition to being 'processed' by a security system, people – the 'audience' – must have a *sense* of security too. Security does not just have to be done, it has to be *seen* to be done. All social arrangements have to be self-displaying or witnessable, and security arrangements are no exception. As Edward Rose expressed it, "the look of things" is important, consequential.

We might also suggest that ‘the look of things’ is accountable – so much so that allegedly anomalous appearances may become accountable *ex post facto*. Thus, after the Nice attack on France’s Bastille Day, 2016, Mme. Bertin of the Nice Municipal Police alleged that she was pressured to make a false statement about visual evidence on the day after the attack:

(Speaking to the Journal du Dimanche, she alleged that): *“The day following the attack, the Interior Ministry sent a commissioner to the CSU (CCTV headquarters for the city of Nice) who put me in touch with someone in Place Beauvau (the Interior Ministry). This person demanded an account of where the municipal officers and barriers were as well as a statement that I had seen the national police in two places assigned by the security measures. I replied that I would not write something I had not seen. Perhaps the national police were there, but they didn’t show on the cameras. This person then asked me to send a modifiable version of my account by email in order to avoid having to re-type the entire text. I was pressured for one hour, ordered to record the exact locations of the national police. I hadn’t seen them. I eventually sent a non-modifiable PDF and one that could be modified. Several days later, the anti-terror department ordered me to delete the footage from the six cameras I mentioned in my report: those that had the footage of the attack”.*(cited by Carpenter, 2016, pp.12-3).

These alleged convolutions on the part of various security personnel just go to show the known, highly consequential implicativeness not only of visual appearances themselves, but also of their

subsequent accountability – hence the alleged post hoc attempts at manipulation of the accountability of visual appearances in this case. The visual is not just an immediate phenomenon. So it is, too, with ‘security theatre’ as a visual, accountable (including retrospectively-accountable) phenomenon. In any particular case, its purported failures – including of course its visual failures – may be called to account in any given instance and such a call may occasion a response that includes account-manipulation practices, just as much as is the case in so-called ‘real’ security measures. They may be called to account, with, possibly, similar retrospective manipulations (such purported failures of ‘security theatre’ may include the occasioning, by omission or even commission, of mass anxiety, even panic, amongst the public). This accountability, not least on a visual basis, and the potential for subsequent account-management, is one of several properties that are shared by ‘theatrical’ and ‘real’ security measures, and which should advert us against endorsing a simple opposition between ‘real’ and ‘illusory’ security measures. We might also consider the complex and reticulated interweavings between ‘onstage’ and ‘backstage’ aspects of security measures that the above example at least implies.

‘Security theatre’ can be analysed in terms of the dramaturgical simile with its emphasis on expressive conduct. Indeed, the simile can occasion a fresh view of the routine arrangements and activities of security, matters which might otherwise pass by unnoticed or might be taken for granted. Puetz (Puetz/Putz, 2012) has already very

usefully suggested the potential utility of Goffman's simile. This dramaturgical simile can explicate and may clarify (sometimes by contrast) a representative scenario such as Anderson's 'airport' one, outlined above. It can force into visibility features of the setting that are taken-for-granted', or which go unnoticed. Of course, there are, very often, problems with the use of tropes such as similes and, still more, metaphors in the description of social organization as ordinary society-members experience in the course of co-producing it. Metaphors and similes can falsify, i.e. mis-describe that experience and can thus falsify a basis for analysis, destroying its 'phenomenological integrity', as it were (Watson, 1999 and 2004). However, it can be argued that here we are employing a simile that members – not just security engineers but also members of the public – themselves employ to reason about the kinds of security arrangements we are here discussing. The term 'security theatre' is, increasingly, a term used in commonsense or lay reasoning about such arrangements, and thus our analytic resort to the 'theatre' trope is 'grounded' in ordinary members' own reasoning about those circumstances. We might, then, claim that the dramaturgical simile is not one that is just uncritically or arbitrarily appropriated from Goffman but that, instead, it has worldly foundations. Nevertheless, the analytic use of such tropes remains open and contentious for sociologists.

In terms of Anderson's representative scenario of the 'airport', 'onstage' equals the areas of security theatre, especially the hand luggage and person-screening

plus, presumably, the check-in and departures area to which, eg., visitors also have access. This is, of course, where the onstage performances are, with uniformed or badged officials, security guards, official announcements about unattended baggage, etc. Of course, there may be various kinds of electronic surveillance and plain-clothes operatives, other variously unobtrusive airport personnel, and so on, as well as photography, computer-generated imagery, full-body scans, fingerprinting technologies, questioning, and the rest.

'Backstage' in Anderson's representative scenario is past the check-in and screening, past the passenger departure lounge and in the baggage handling and baggage transfer, on the parking areas for the aircraft, in the hangars, etc. The common factors in these areas is that the public, whether checked-in passengers or those meeting or seeing passengers off, do not have access, and where their perception of activities is occluded by 'barriers', both intended and unintended. In these back regions, there are fewer if any 'performances' and, notionally, only airport personnel have access to them. Here is the area of limited or prohibited access, of specially attired, or uniformed, or badged personnel, an area of trusted familiar identities, trusted, recognized activities: in short, all this comprises a range of routine known-in-common activities, situations and settings. Security theatre is part of the gatekeeping or triaging activities that help maintain the distinction between the two, eg. uniformed airport personnel or aircrew who may well be let through 'security theatre' arrangements with minimal inspec-

tion, wearing familiar uniforms, etc. Indeed, some commentators have noted that a person wearing an airport uniform sent in for test purposes has got through security unchallenged, suggesting that a terrorist or other criminal could do so – or has done so – in a similar way. Again, a uniform or even a badge can be a ‘wardrobe feature’ of a trusted identity, of trusted and predictable behaviour, or even a familiar face, and trust can be manipulated or exploited by those with malign purposes. Such ‘trusted appearances’ mean that the person may pass by unchecked, may ‘jump the queue’. This is interpersonal trust as expressed in conduct, ‘trust-in-action’. Of course, as in all types of trust, it can be (and has been) exploited, but it is nevertheless a continuing condition of ‘business-as-usual’. For instance, uniforms worn by those presenting as airport personnel may communicate trusted identities, though as Paperman shows in her important study of surveillance in the Paris Metro (the subway) the wearing of a uniform may also occasion wariness and suspicion amongst the public. The uniform is not an ‘interaction device’ (as Paperman phrases it) that is monosemic: it is polysemic, and this has interactional consequences.

Of course, not all terrorists or other lawbreaking deeds are committed ‘backstage’ at airports: some are, and many on-plane activities involve backstage activity relating to loading luggage into the hold and staffing shops in the departure lounge. However, many such acts are indeed committed onstage, where the airport personnel come into contact with the public. In terms of our dramaturgical analogy, the public are

the ‘audience’ and the airport security staff the ‘performers’: it should be noted that the audience ‘perform’, too – exhibiting or displaying compliance, for instance. ‘Performances’ are, typically, reciprocal and this reciprocity is a central part of the social organisation of the setting. Audiences, also, may well adjudge the ‘performances’ of the performing team, just as the team, usually backstage, may adjudge the ‘performances’ of the ‘audience’.

An ‘onstage’ area at an airport is not necessarily an undifferentiated space any more than an actual theatre stage is, necessarily, an undifferentiated space. In an actual theatre, the stage may be divided up into, say, two rooms of a ‘home’ with a connecting door: the plays of Alan Ayckbourn often require such staging, as do plays such as ‘August: Osage County’. In an airport, the ‘onstage’ or ‘front region’ area may contain ‘points of transitivity’ which are partially or wholly bounded by ‘barriers to perception’. These points may be, for instance, points of triage, where, for example, those who are not passengers are winnowed out from those who are: check-in desks are, in terms of our analogy, the ‘props’ for such sifting activities. The subsequent baggage screening of intending passengers/travellers is also an onstage activity, as is the departure lounge. Inside and outside the terminal doors is another point of transitivity. Each of these points is visible to an ‘audience’, i.e. the general public.

Examples of ‘onstage’ attacks are many. The terrorist attack on Ataturk Airport in Turkey (28 June, 2016), involved shooting in the location of an x-ray scanner at a security

checkpoint in the International Terminal and the attack was, apparently, directed from the taxi rank outside that terminal. The Glasgow Airport attack in 2007, an attempted suicide bombing, involved a Jeep loaded with propane canisters driven up to the terminal doors. Had it not been for the security bollards, the Jeep would have been driven straight through the doors, crashing into the terminal. It is, then, frequently the points of transitivity that are the focal point of attack onstage. Hence, the 'onstage' and 'backstage' distinction does not map onto a 'no-attack'/'attack' distinction but rather might designate the nature and form of the attack.

'Security theatre' as a visible, witnessable set of 'onstage' arrangements may itself figure in the very attacks it is designed to prevent. I have, above, already noted its perceptible weaknesses. Indeed, the very queueing, clustering or increased density of persons at some of the transitivity points indicate a vulnerability. They can lead to overload, disruption, confusion or restrictions in visibility which can be exploited by terrorists seeking cover for their activities. Thus the rule that in baggage screening, for instance, 'everyone gets screened with no exceptions' (Puetz, 2012) can itself have consequences that increase the risk. Indeed, this rule risks being a merely presentational or performance rule – "everyone gets checked, everyone waits their turn", where, for instance, the rule may be defeated in a variety of circumstances where some persons are let through, rushed through, etc. It may, in this regard, be part of the legitimization of the queue in this face

of passengers' real or potential frustration at it. Despite the start made by Puetz and those few researchers who have followed him, the turn-organisation and membership category-based organisation of security queues still remains to be exhaustively studied by sociologists as a topic in its own right. How, for instance, does the turn-by-turn organisation modify as persons pass through the various checks? This is all relevant to security theatre.

As 'people-processing devices', the security checks involved are relatively superficial and the technology employed is, very often, improving but still all too fallible, as I have suggested above. I have already mentioned weaknesses in face-recognition technologies. Manchester Airport's face-recognition apparatus produced far too many false results and could not distinguish between the faces of Osama bin Laden, Kevin Spacey and Winona Ryder. Iris recognition technology, which is relatively effective, can still be put off track by as little as an eye infection, as Anderson notes. With such technologies, for instance, colour-recognition and colour-copying can be of variable quality, requiring a 'let it pass' attitude on the part of operators, (see Martin et. al., 2010, for this phenomenon in a different context). 'No-fly lists' can founder on the presentation of false identities: fake boarding cards can be printed at home, false passports or fake ID's can be acquired and used, etc. There is an established demand side and supply side for these things in the 'black economy'.

However, direct interpersonal techniques of inspection and observation fare

no better than the technology. Security officials' (the 'performers') direct, on-the-spot interpersonal scrutiny of members of the public has been shown to be ineffective (as are 'pat downs', spot checks, stop- and-interview, and random, personally- conducted bag searches or searches of pockets, etc.), and profiling, as a perceived 'stop and search' is little less so. In addition, profiling on the basis of race, religion, nationality or political commitment raises serious human rights and citizenship issues. Not only is such profiling controversial – and can increase resentment- but terrorist or other offender groups can evade such searches by choosing a confederate who falls outside the purportedly 'high-risk' profile classes, and this has indeed been done on more than one notable occasion. Techniques for evading technological detection can emerge too, just as Lyon (1994) and others have shown that street cameras do not necessarily reduce deviance but simply shift it out of camera-view ('backstage') or develop new('onstage') concealment techniques. So-called deviant subcultures build up and transmit a set of skills concerning such evasions, as Paperman's thought-provoking paper can also be read as suggesting.

The Use of the Dramaturgical Simile in Analysing Accountable Shortcomings of 'Security Theatre'

Whilst we shall here focus largely on the interpersonal encounters around 'security theatre', it should be noted that the effects of these arrangements can be more widely distributed and these distributed effects are

hard to calculate. It might be speculated that security theatre has some deterrent effect in stopping attempts at terrorist attacks, but of course it is not possible to demonstrate, prove or measure a negative. It is entirely possible, though, that the influence 'security theatre' has is a placebo effect on the 'audience', the travelling public or airport visitors.

For any such putative deterrence of offenders, there is, it has been argued, an equal and opposite deterrent effect, – the deterrence of legitimate users of establishments such as airports. A study by researchers at Cornell University found that, post- 9/11, strict security measures involving the authoritarian restricting or modifying of the travelling public's behaviour acted as a deterrent to the public use of the airport. For many innocent potential passengers, airport security checks, in themselves, are experienced as at least comprising unpleasant obstacles, and, at worst, as anxiety-provoking, even threatening. This is the case irrespective of whether travellers have fears concerning a terrorist attack. These are what Rachel Hall (2015) terms 'the costs' of security arrangements, not least of security theatre: the costs of such arrangements are by no means solely financial. Those who were deterred by security checks at airports such as La Guardia very often travelled by road instead, and this resulted in a great increase in road fatalities through automobile accidents and the like. One source estimates, quite possibly hyperbolically, that the level of fatalities owing to these alternative travel arrangements equated to a Boeing 737 with a full passenger load every four months.

Another perceptible ‘downside’ of ‘security theatre’ concerns the thorny issue of ‘ritual conduct’, something I have discussed above. As Puetz (2011) quite properly points out, security checkpoints involve a sequential ordering of persons and activities and we might add that this ordering is a visible one and is part of the visibility arrangements of (in this case) airport security – the visibility, including texts such as notices, being a highly important, but still largely unanalysed, feature of security measures. Of course, this sequential ordering, where incumbents of each turn in the sequential ordering get equal treatment, creates a highly routine and repetitive set of activities for the security staff. Body searches require repetitive checking procedures, a repetitive deployment of ‘civil inattention’, as Puetz, after Goffman, shows, and so on. Such repetition can, however, become ‘ritualized’. Hall (op. cit.) refers to an ‘aesthetics’ of transparency’ – sociologists might instead use the term ‘ritual’ to render what Hall indicates – where the travelling public are passivized, or at least present a passive, receptive, co-operative attitude towards, say, body scans or pat-downs. They ‘agree’ to being touched, searched, inspected, etc., and conscientiously display, over-display (a kind of overconformity) docile submission to the security regime and this displays as well the passenger’s acceptance of the legitimacy of the security official’s role. This exhibited docility is also part of the passenger’s ‘display of innocence’, Hall argues, where co-operation stands as a kind of placeholder for ‘having nothing to hide’. Passengers are thus actively, artfully

“doing being passive” and “doing being innocent”, to use Garfinkel’s phrase that intends to highlight that even ‘docility’ has to be actively done and exhibited. Docility is an accomplishment, a conjoint production within a situated interaction system, not just an ‘aesthetic’, as Hall would have it. Hall notes that just about the only active response that passengers routinely make takes the form of what are often feeble jokes made by the traveller about the search process to which s/he is being submitted (viz. the notorious and now-viral “Don’t touch my junk!” episode, as Hall records). Of course, the cultural techniques and performances of co-operation and innocence are equally available to terrorists and other malign persons seeking to pass through security systems.

Hall argues that this is important since the presumption of innocence appears to have been suspended by the security personnel – to the official, everyone is, pro tem, a suspect, or potential suspect. Thus the passenger’s display of co-operation and innocence may involve a ‘passive’ or ‘docile’ component but it also involves an active self-presentation by the traveller as being innocent. Person have to actively ‘do being docile’. The passenger’s perceptible docility is, perhaps, less complete than Hall claims. As she herself allows, some travellers are, by any standard, not so ‘docile’ – members of religious or ethnic minorities who object to having their ‘personal space’ impinged upon, or to being touched by a stranger. Other membership categories also may have similar objections – persons with disabilities, aged persons, racial minority

members who may suspect that they are being subject to discriminatory ‘racial profiling’, and many other categories of person. These persons may not display willingness to make themselves available for security checks, especially pat-downs and other forms of physical contact. Such uncooperative persons or groups of persons are often, then, selected out for special attention by the security authorities. In addition, there are ‘unruly persons’ who resist passivization (see, eg., Bassetti, 2014). Indeed, any such resistance stands out in sharp relief against a greater backdrop of collective docility. These activities all involve cultural practices or performances – the official’s performance of transparency monitoring, the passengers’ performances of self-monitoring (shades of Michel Foucault, here) and of ‘rendering oneself transparent’, making oneself available for inspection without objection. Of course, such ‘agreement’ is underpinned by coercion.

Following Goffman, I have argued above that such ‘ritual’ has an expressive dimension – it expresses or displays to the public being ‘processed’ the security official’s committed, diligent adherence to security protocols and so on. However, when officials are performing the same routine actions day after day, month after month, there is a distinct possibility that this expressive dimension may be lost, or the objective of these activities may cease to be borne in mind by the officials. This may be expressed, as, again, ‘overconformity’ where the end-state of the process is lost from view. Then, conduct can become ‘ritualistic’ in the canonical sociologist

Robert K. Merton’s (Merton 1949) sense rather than Goffman’s. The meticulous adherence to certain protocols or rules might mean that the officials begin to lose sight – or only occasionally keep in sight – of the very ends or purposes of their actions. Merton notes that this ‘ritualism’ is often found in bureaucracies, and it should not be forgotten that, ultimately, security measures are bureaucratic arrangements conducted by officials: indeed, as sociologists we need to examine security measures as exhibiting the intersubjective features of bureaucracies in Egon Bittner’s sense, (Bittner, 1974).

On bureaucratic ritualism, Merton notes:

Sentiments such as methodical performance of routine activity can lead to a transference...from the *aims* of the organization onto the particular details of the behaviour required by the rules. Adherence to the rules, originally conceived as a means, becomes transformed into an end-in-itself; there occurs the familiar process of *displacement of goals* whereby “an instrumental value becomes a terminal value” (Merton, 1949, pp.154-5).

Ritualism in this Mertonian sense can combine – as Merton might suggest –, excessively high-levels of conformity to security rules combined with low levels of technical efficacy, eg. detection rates. It may also lead to less ability to adapt to new or unexpected situations, to a rigid attitude to flexibility, adaptation and change in conducting arrangements relating to security. The visible ‘performing’ of security may thus not lead to attaining the goal of ‘actual’ security: such performance is

‘security theatre’, and ‘ritualism’ in Merton’s sense may well figure in it. As Hall (op. cit.) observes, what we term ‘security theatre’ may be, as she puts it, ‘a means without an end’ – a classic (though uncited) evocation of Merton’s much earlier observations on ritualism. Hall does, though, give us an ideal, observation-based, case study of what Merton intended by ‘ritualism’, and this is, of course, of very considerable value.

Security as a performative matter may even lead to ritual of the kind that might lead to what Merton would call ‘dysfunctional’ or counter-productive so far as the stated objectives or goals of security arrangements are concerned. Let us take a perspicuous example from a study by D.W. Ball (1969) of another setting, that of a dubiously legal abortion clinic on the USA/Mexico border. This may well be an instance of what Merton calls ‘overconformity’, for display purposes (in this respect, there is an end, if only a displaced one). Because of its marginally legal/illegal status, owing to the hardly-qualified medical personnel, the clinic strongly emphasized – perhaps overemphasised – uniforms, medical wear, insignia of medical rank, respectful ‘status-conscious’ address terms and polite forms for colleagues, etc. – much more than one might find in an unequivocally legal clinic. The conduct of the abortion clinic’s personnel also constantly emphasized their concern for asepsis, etc., especially when they were performing ‘onstage’, in front of their audience of nervous and anxious patients. What I have here called a ‘ritualistically-displayed’ concern for asepsis actually increased rather than reduced the

risk of infection. For instance, the surgical instruments (the ‘props’) to be used in the operation were displayed for a long time in the open air, in order to reassure the patient that they were shiny, clean and hygienic. In fact, exposing these instruments to the open air, increased the chances of infection rather than reducing them: they should have been kept in a sterilized environment, eg. an autoclave. Indeed there was not even an autoclave in the operating theatre. Here, then, it is not just that the objectives of the clinic – here, asepsis – were lost sight of in the ‘ritual’ behaviour and presentations of these personnel endangered those objectives, but that such behaviour and presentations actually exacerbate the risk of infection.

It might not be too great a leap to suggest that the routine repetitive displayed behaviour of security personnel at checkpoints may also, in some cases, detract from actual security objectives. A qualification of this notion of ‘ritualistic’ processing of airport passengers is to be found in the work of Puetz (2011) and Bassetti, both of whom employ “ground floor” ethnographic methods, often derived from Goffman, to examine, first-hand, the routine encounters between security personnel and passengers/travellers undergoing bag checks and/or body checks. Puetz’s article introduces another order of ‘ritualism’ in the Goffmanian sense, i.e. the way in which the co-participants create a framework which co-produces a disconnect between the ‘body’ and ‘person’ of the traveller. Many of the conventions of ordinary face-to-face encounters are thus elided, thereby often

avoiding intrusiveness, embarrassment and personal ‘entanglements’ of various kinds: building on Goffman’s notion of ‘non-person’ – Puetz observes that such an interactional framework frequently generates a sense of ‘non-place’ and ‘non-event’ to, say, a body search.

Puetz’ study adds to our knowledge of the ‘ritual’ of such encounters – eg. phenomena such as ‘civil inattention’ as Goffman puts it – in a security setting, though as I have noted above, Puetz notes that there remains the possibility of both discrimination and resistance (cf. Hall, 2015) in cases concerning certain membership categories of person, eg., again, from members of religious groups, who refuse on religious principle to submit to such body checks. Puetz also introduces a dramaturgical analogy for a small part of his analysis though most of it employs non-dramaturgical imagery – though still ‘Goffmanian’ in intent –, such as ‘non-places’, ‘civil inattention’ etc. These studies perhaps show a more detailed interactional analysis, based on sociological models of interaction, than does that of Hall. However, they share with Hall’s study and with David Lyon’s writings (Lyon 1994) the observation that persons’ bodies are oriented to by, *inter alia*, security and surveillance personnel as a crucial locus of information. Thus persons are, increasingly, potentially subject to the surveilling gaze – a gaze that is one moment of a process of control. Lyon shares with Schneier and Anderson considerable disquiet about the existence and possible uses of ‘the controlling gaze’ and about the (necessarily, in many cases), passive role of

those subjected to that gaze and who may not even know they are being surveilled. Like Schneier and Anderson, Lyon is an advocate of ethical procedure and human, civil rights concerning this increasingly pervasive and extensive monitoring of ordinary citizens, often *en masse* as a blanket surveillance exercise, and of what can happen to ‘whistle-blowers’ (Lyon, 2015).

It is to be noted that the controlling gaze, even when supplemented by interrogative technique, may not necessarily be effective as a detection device: instead, its perceived value may be as a control rather than detection device. For instance, many security officers in airports, often attached to ‘security theatres’, operate on a schedule of purported ‘indicators’ of when airport users are concealing something or are dissembling or lying. This schedule is often derived from the academic research work of the analyst of non-verbal communication Paul Ekman and his associates on concealment and deception in persons’ everyday conduct. The schedule is often a practical manual based on Ekman’s notion of information ‘leakage’ and ‘deception cues’, eg. a displayed anxiety or tension on the part of the subject. His research subjects showed very different levels of ability to hide these feelings, but many do show them to some degree, according to Ekman. The problem for security officials in, say, airports is that, as ever, contextual issues obtrude – if, say, a passenger is displaying anxiety, who is to say that s/he is concealing some compromising information or ill-intention? Who is to say whether that perceived ‘anxiety’ is indeed anxiety on the part of the subject, or if

it is, who is to say that any such anxiety is not owing to the tension of going through, or having to go through, the security arrangements (we know that one – unintended? – consequence of airport security theatre is that it often creates anxieties in perfectly innocent people) or owing to a fear, or fearful anticipation, of flying? Nor, of course, do these exhaust the possible sources of apparently-expressed anxiety amongst the travelling public. If anything, the activities of observation and visual monitoring, as observed by the travelling public, may function as a restraint on behaviour.

However, when persons are aware of this surveillance or checking there is always the possibility, at least, of resistance in one form or another, both major and minor. We have already alluded to joking by passengers under inspection as one form of response, one that came to be prohibited in some security jurisdictions, thus further intensifying passenger passivity. Bassetti (Bassetti 2014, Bassetti et. al. 2015) takes up the phenomenon of ‘resistance’ of some passengers to security checking. As does Puetz, she uses in an ethnographic way a mixture of field observation and video-recording concerning actual interactional events of security checking – events that are part of the quiddities of the airport’s work, events which have now come to define “what the airport is about”. She considers cases of passengers’ ‘resistance to power’ (though rather, in Weberian terms, ‘authority’ might more often be the apposite term) and her ethnography in many ways examines the standpoint of the security officer, noting, for instance, that the officer does not reciprocate

rudeness from a passenger with rudeness to that passenger: whilst performances-in-interaction are typically reciprocal, reciprocity is not necessarily symmetrical in a ‘like for like’ manner.

These studies suggest that whilst theoretical notions of ‘ritualism’ in Merton’s sense might indeed pertain in many cases, it needs to be modified by reference to these ‘ground floor’ observational studies of security officers’ interpersonal encounters with passengers/travellers, where not all such encounters are equivalent, not all such encounters are similarly routine: indeed, each encounter will have its own defining contingencies, etc. Above all, Bassetti notes that there is no such thing as ‘merely technological’ processing of passengers/travellers: in every case in which technology it used, it is used in an interactional nexus with its own social-organizational features. Of course, ‘interaction’ includes this technologically-mediated work. That is one of many reasons why the omission of sociology by ‘mainstream’ security studies experts risks being counter-productive: a whole domain of real-world activities and considerations may be short-circuited or even entirely overlooked. This domain comprises the ‘interactional substrate’, to adopt D. W. Maynard’s term, of security arrangements, including, of course, those of ‘security theatre’.

Sociological, or sociologically-relevant observational studies such as by Puetz/ Putz, and, later, Bassetti; and those of not a few others – not least, Hall – help to open up a new horizon for security studies. We may begin to see the ordinary, everyday,

unremarked challenges facing security personnel and the passengers/travellers they routinely ‘process’. We may also begin to see what are often conceived as ‘security theatre’ practices (‘performances’) close-up and in remarkable interactional, contextual detail – detail that an overall “bird’s-eye view” of security arrangements can not discern. Through these careful empirical and naturalistic studies of real-world naturally-situated, naturally-occurring and naturally-organized security practices as *interactional* matters (passengers are active, collaborative agents in security practice) current conceptions of ‘security theatre’ might be put to the test, or at least modified, qualified or entirely respecified in certain respects. A new, highly significant, domain of study is thereby opened up, one which can be admitted to the field of security studies. This is the domain of the social-interactional, contextual analysis of specific quotidian, ordinary orders of security practice, which would include, but not be restricted to, what security studies analysts term ‘security theatre’.

One relatively undeveloped aspect of this interactional analysis of security practice is that of the sociological approach known as ‘ethnomethodology’ (Watson and Gastaldo 2015, Chapter 1 and 2). In particular, ethnomethodological studies of worksite practice is highly relevant (*idem*, Chapter 3). Security practices are, au fond, work practices, deployed at a worksite and they have their distinctively-identifying characteristics in each case. So far, most field-observational studies have followed Goffman’s approach and frame

of reference and this frame of reference, arguably, is not so sensitive to the salient, specifically distinguishing characteristics of particular work practices and situations as are ethnomethodological studies of work. So far, ethnomethodological studies of work have been woefully under-represented in these ‘ground floor’ naturalistic approaches to security studies, though there are one or two highly significant exceptions, such as the study by Bassetti *et. al.*(2015). This relative dearth is a pity, for we need to know about worksite-based, work culture-informed *ad hoc* practices such as glossing practices, ‘let it pass’ practices, ‘factum valet’ practices, ‘etcetera-assumption’-based practices, retrospective-prospective practices, and so on in security work, whether it be dubbed ‘theatre’ or otherwise. Bassetti et al’s sociological and communication studies-based focus on collaborative work practices at airport security checkpoints employs an ethnographic, ethnomethodological and conversation-analytic approach to security measures. In particular these researchers contribute to the fields of HCI (Human-Computer Interaction), and CSCW (Computer-Supported Collaborative Work) in which the approaches of ethnomethodology and conversation analysis figure so greatly. Ethnomethodology and conversation analysis are applied to observations and analysis of interaction of video-recorded instances of the social interaction between travellers and security personnel with and around security technologies. This is a most important and promising addition to the sociology of security studies. We are in urgent need of further and more developed, deeper studies of how involved parties to

security organise their interaction in relation to what J. Gibson has sometimes (and not unproblematically) called the ‘affordances’ of these security technologies in ‘doing the airport’s essential, defining work’ and ‘doing airport security’s essential, defining work’.

Although they are, of course, not entirely unequivocal, all the above studies may, perhaps, lead us to begin to question the utility – both analytic and practical – of the ‘structuralist’ opposition between ‘security theatre’/‘real security’ and arguments based on that opposition. It is to this issue that I now turn.

‘Security Theatre’: the Concept and its Connotations Interrogated.

The omission of the explicit use of sociology from security studies textbooks, even the magisterially multidisciplinary textbook *Security Engineering* by Ross Anderson, has, it can be argued, detracted from the thorough analytic scrutiny of the concept ‘security theatre’ as an appropriate one for the field. In this regard, sociology could have greatly assisted the insightful deliberations more recently introduced by Schneier and others about the possibly eufunctional effects of ‘security theatre’ and about going beyond the concept ‘security theatre’ altogether.

Given limited space in this article, I can only point to one or two of the many advantages of incorporating sociology in the ‘mix’. One of these relates to the undeniably cognitivist and psychologistic nature of security studies when it comes

to things such as ‘human responses’ and the like. Such reductions to psychology often derive from the often unholy alliance between security studies and management ‘sciences’: the latter has long been built upon a cognitivist/psychologistic basis or a simplistic version of it. Reference is often made by security analysts to airport users’ “feelings of security”, their “sense of security” as an individual psychological phenomenon. Such references are often vague to the point of insubstantiality, even in terms of the discipline of psychology, and a “feeling of security” is often treated as attaching to an individual as a private, internal mental state.

This is where sociology comes in. To a sociologist – and an interactional analyst, especially an ethnomethodologist – to endorse this view, the ‘sense of security’ is not reducible to ‘private’, ‘internal’ individual terms but instead involves what sociologists might here justifiably, conceive of as a public, transparent, communicated “shared scheme of interpretation”, to use Herbert Blumer’s famous term, – where, for instance, more than one interpretation is putatively relevant, eg. ‘safety’ as opposed to ‘risk’ or ‘danger’. As the early sociologist William I. Thomas’ aphorism has it, (in less gender-sensitive times) “If men define situations as real, they are real in their consequences”. ‘Performances’ are not just done by individuals but also by teams. As Goffman explains (Goffman, 1959, pp.84-5), the basic performing unit may not be the individual but the team – equivalent to the ‘ensemble’ of players in a theatre – with its internal loyalties, its ‘dramaturgical co-

operation', etc. So, security officers can also perform as a team-like 'action group' in effectuating their tasks. Part of this team's task is, in Goffman's terms, to create and sustain for the 'audience', the travelling public, a particular definition of the situation, a conjoint claim to what reality is, eg. that security is a consequential situation, one to be taken seriously, one that requires the traveller's full attention and co-operation.

As another instance, let us take the 'props', the visibility arrangements of 'security theatre' – the uniforms, the badges, the notices, textual warnings and instructions and so on. These visually-available 'scenic features' of security arrangements are often not explicitly accorded the analytic importance they actually merit. Collectivities of people – persons in queues, persons in clusters or swarms – often rely on "the look of things", on appearances: just as this was true of the abortion clinic, it is also true of 'security theatre'. Of course, officials wearing uniforms have to manage their uniformed appearances to others, as Paperman (2003) importantly observes concerning surveillance underground in the subway. Visibility arrangements and their meaning *in situ* have to be interactionally managed through 'visibility practices' that are, for instance, adapted to the nature of the space available and other situational elements: as Paperman shows, even a 'wardrobe prop' such as a uniform must, as a visible object, be constantly managed by the wearer, the officer, in social interaction with the subway users in the Paris Metro. So it is with uniformed security officers in airports, also.

What such visibility arrangements do is not so much to affect 'individual psychology' as to establish a collectively-held, collectively-sustained interpretative frame – a frame that is, indeed, more powerful by being collectively produced, collectively-held and, crucially, collectively acted upon. Goffman gives us one approach to such shared interpretative schemes in his study *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* (1974). Arguably, Goffman's 'frame analysis' derives from Herbert Blumer's notion, above. Goffman refers to 'frames' as organizing the shared sense of reality for a collectivity of persons, where more than one frame can be potentially relevant at one time. In security situations, for instance, there may be at least two 'framed' senses of reality: eg. "this is a safe situation" or "this is not a safe situation, it is a risky one". Visibility arrangements as well as, eg. officials' conduct, are crucial in precipitating and fostering a shared, mutually endorsed, sense of reality among passengers/travellers. Whilst some of Goffman's claims about the relativity of such frames has justifiably come under criticism from Schuetzian ethnomethodologists and others, his basic conception of how these interpretative schemes frame our experience of the world is useful for our present purposes.

Airports – and, of course, the security arrangements in them – are also soundscapes. Imagine that a sound, a bang is heard in the security area or departure lounge. If the collectively held frame – interpretative frame – is that of "safety, no risk", then that bang may well be interpreted according

to frame, as “no big deal”, as no threat. However, if the frame of interpretation is that “this is a risky situation”, then the bang may be interpreted as an indication of danger, that something dangerous is happening. Clearly, such an interpretation can possibly lead to collective alarm or even mass panic. Security theatre can then be, both visibly and auditorily, an important feature of crowd management. Never mind whether the visual or auditory indications of security theatre are conceived by security experts as “phoney” or the effects of those indications are seen by psychologists as a “placebo effect”: those indications are potentially a positive resource in such crowd management and safety. However, we still do not have a sociological study of security as a soundscape, or of the work of the soundscape in sustaining or detracting from a given shared frame of interpretation of a given set of security measures.

The fact that these schemes of interpretation are essentially social or collective – ie., conjointly shared, communicated, transmitted and enforced – occurred to me when a passenger plane in which I was travelling hit a wind-shear over a high, remote mountain range. The plane rapidly dropped like a stone through several thousand feet. In their demeanour and manner (in Goffman’s senses of these terms, i.e. as *presented* features of interaction), the flight attendants displayed calmness and the passengers thus partook of a ‘calm’ frame of reference. It was only when the flight attendants ceased smiling and began to show fear and then when the pilots began to yell at each other (in the heat of the

moment, the p.a. system had accidentally been left on) that the passengers began to scream, pray and panic. We survived.

Such a frame-switch has been evidenced in some instances that have occurred since the attack in Nice on July 14 this year, in which more than 80 people were killed in an apparent terrorist attack. Elsa Carpenter reports that in late July, there was a rumour of an attack circulating in nearby Antibes: the rumour was without specific foundation. The role of rumour in bringing about a switch in interpretive frame after a heinous, highly-publicized, attack is something that sociologists might usefully further investigate. The following week, an accidental explosion caused further painful anxiety for residents and visitors. In the centre of Juan-les-Pins, again quite near Nice, almost 100 people were injured when sharp bangs went off there and people interpreted these bangs as gunshots – again, a ‘soundscape effect’, as there was no visual corroboration, no smell of cordite, etc. A stampede was sparked off which resulted in the injuries (these events are reported in Carpenter, 2016).

Thus we see that a publicized, heinous event may occasion a switch of a collectively-held interpretive frame from ‘business as normal’ to an informal ‘state of alert’. This switch may be seen as a kind of gestalt alternation (where the notion of gestalt is taken following Aron Gurwitsch, a culturally-based, not psychologically-based, phenomenon) whereby some particulars of a given situation are pieced together by ordinary people to form a ‘kaleidoscopic’ pattern that points to (say) “a terrorist

attack”, “another attack”, etc. As it were, the interpretive ‘kaleidoscope’ has been shaken to produce this new pattern. Indeed, we should here note that the ‘societal reaction’ theorists have almost always failed to explicitly address the observation that part of the possible societal reaction to any ‘standout’ instance of deviance is the occasioning of a new interpretive frame within a given population. It is this interpretive frame that results in the other aspects of the societal reaction, not least ‘security theatre’ itself.

What we are often talking about here is what is often called ‘interpersonal trust’. One feature of this form of trust is that, say, the airport security officials’ view of the situation demonstrably is the same as that of the passengers. Thus, the officials and passengers could exchange positions and they would still see the situation in the same way, and they would still share the same ‘constitutive (definitional) expectancies’ concerning the situation. To take a very banal example, the passenger assumes that the security officer is a ‘security officer’ and not some other category of person, eg. a terrorist. The trust is such that the category ‘terrorist’ would not even cross the passenger’s mind. Similarly, the security officer also considers him/her in the same terms. If the two were to exchange positions, they would still see that interaction, in part, according to that category. This is an essential precondition of interpersonal trust. Again, this notion of interpersonal trust, which is presupposed by actors in social interaction, is to do with culturally-based social organization, not individual psychology: in order for this

interpersonal trust to pertain, it has to be socially produced and shared (Garfinkel, 1963 and Watson, 2009). Such trust is an essential constituent of the interpretive schemes and frames to which I have referred immediately above. There are other forms of trust, too. Giddens claims, there is institutional trust, that is trust (or mistrust) in institutions, or establishments such as airports, sports stadia or banks. However, it is instructive to see how often so-called ‘institutional trust’ comes down to and is expressed in interpersonal trust, eg. trust between airport passengers and, say, security personnel (‘representatives of the airport’), who are in situated interaction with each other. Interpersonal trust is part and parcel of the ‘interpretative frame’ one brings to situations where, as Harvey Molotch says, there is a potential for ambiguity, both in how to make sense of the situation and how to act (Molotch 2012).

Of course, given the potential for ‘ambiguity’ in Molotch’s (2012) sense, an interpretative frame can be perceptibly breached. Where there is some perceptible (for participants) breach in, say, security officers’ ‘staging’, ‘performance’ or ‘teamwork/team performances’, a breach that passengers/travellers might construe as incongruous or anomalous with the rest of the staging and performance, then trust may be supplanted by suspicion (cf. Sacks 1972). This suspicion might be ‘generated’ through the drawing, in particular instances, of culturally-based inferences about the effectiveness of the security procedure, the commitment, sincerity or competence of the security official(s), or about matters

otherwise related to those issues. This initially-generated mistrust may then ‘expand’ and be extended to other aspects of the security setup or even of the airport per se: the conception of whole setting may be inferentially reinterpreted, re-configured.

The drawing of such inferences might even occasion an entire re-interpretation of the security arrangements as ‘mere’ ‘security theatre’, i.e. a re-framing. A funny thing happened to the term ‘security theatre’ on its way from the Berkman Center of Harvard University. It gained wider currency among security specialists, was then adopted by the mass media and is now part of the common parlance of ordinary society-members: it is no longer solely an ‘expert’ or ‘technical’ term, and, indeed, can be used in ordinary talk as a shibboleth. It is a shibboleth that is applied to such breaches of the “normal life”/“business as usual” interpretative frame, that is the frame that expresses an environment of normal, routine appearances. After the recent Belgian and Turkish airport attacks, airport users interviewed by the media used the term in this way, using in those specific situations the ‘structural’ binary opposition ‘security theatre’/‘real security’ as a relativizing or undermining device in criticism of the security arrangements, that pertained at the time of the attacks. They considered the security arrangements in these locales as ‘mere’ (the ‘mere’ is important) security theatre’ rather than its having been effective.

However, a Schuetzian *caveat* to all this is that interpretative frames are not casual options, not inconsequential

alternatives, even in situations characterized by ‘ambiguity’. In fact, *pace* Goffman’s *Frame Analysis*, the frame of everyday life, of “business as usual”, of an “environment of normal appearances” (Sacks 1972) is remarkably resistant to any undermining alternation and – depending, of course, on the particular instance – a single perceptible incongruity may not suffice to occasion a frame-change: for instance, a situation-specific “let it pass” procedure may be applied, *ad hoc*. For all the actual interpretive switches recently witnessed in Antibes and Juan les Pins, we must also take into account the very many but far less sharply visible cases where, say, sharp bangs (eg. from car exhausts backfiring) have been heard by people and have been interpreted according to the frame of everyday life continuing as normal, where a robust attitude of trust prevails.

Nonetheless, one can see that the term ‘security theatre’, with its logical grammar as an undermining or relativizing term, might, in occasioned ways, (eg. the performance breaches mentioned above), similarly be employed to erode public trust in security arrangements. As the term gains more and more common currency, it may be that it will usher in a collective loss of trust by the travelling public, and one might conjecture that this may even become a major problem for those responsible for administering security. An interpretive frame may be ushered in – especially in the face of specific events – which bring in mistrust of these arrangements. Such a lessening of trust or even outright mistrust might come to be interactionally expressed as an increasing

reluctance on the part of passengers to comport themselves in a docile manner when undergoing security checks.

Perhaps, though, ‘security theatre’ has had a bad rap, and we can, in a way, blame the term itself for that. After all, ‘security theatre’ is seen – even by some of those who routinely employ the term – as having ‘eufunctional’ or positive features. Perhaps then we need to conduct a deconstruction of the ‘security theatre’/‘real security’ opposition – ‘deconstruction’ in Derrida’s sense of deliberately dismantling and imploding the oppositional structure or its ‘order’, its purported essential organising logic. We might show how this opposition can not unequivocally be seen as an opposition, still less allowing one ‘side’ of the opposition, ‘real security’, to have moral priority or other precedence over the other, ‘security theatre’, with their ‘real’ and ‘ersatz’ characteristics accordingly. We may find it useful to use an analytic approach that implodes such a rigid oppositional priority. This operation would be more than just a purely academic exercise – it would also have potential practical implications.

We might, for instance, show that the features of ‘security theatre’ are (some of) the features of so-called ‘real (or) genuine’ security’ too: or if some of them are not, perhaps they should be. Similarly, we can, in deconstructionist mode, show that ‘real security’ has essential components that are commonly regarded as exclusive to ‘security theatre’. The visibility arrangements and “purely exhibitory” conduct that is, in the opposition, attached to ‘security theatre’ are to be found, to some extent, however

minor in many instances of “real” security arrangements as well. Security is not just about keeping individuals safe, it is also about managing, and thus keeping safe, what are sometimes (variably) large collectivities. This means fostering and managing a shared interpretative frame in terms of which they collectively make sense of the ‘real security’ – just as in ‘security theatre’. (‘Real’) security can not just ‘be done’: to be effective it has to be seen (and heard) to be done. In other words, ‘real security’ with all the exhibitory qualities of ‘security theatre’, and we could do worse than consult the features of security theatre in order to gain some hints as to how to establish, maintain and reinforce such an interpretive frame. Meanwhile, so-called ‘security theatre’ does, to some degree, possess some of the properties of ‘real security’. After all, even if, eg., ‘security theatre’ in hand luggage checks is only 40%, or even, perhaps, only 5% efficient in so far as detection is concerned and the rest is ‘stage performance’, that is still an element of real security; one assumes many passengers might see it as better than nothing. They might well regard the term ‘security theatre’ as hyperbole, especially from a deconstructionist perspective and one can see their point. Even though loci of ‘security theatre’ are focalized on some areas of the front regions of airport to the apparent neglect of other areas, airport users might still, one assumes, have security in, at least, those loci. In this way, we can implode the organising logic of the ‘security theatre’-‘real/genuine security’ structural opposition, to both analytic and more practical effect.

Conclusion

I have tried, in a most preliminary way, to make a case for the incorporation of sociology into the field of security studies. I have given models and examples derived from various strands of sociology, though, I confess, mainly those that have been praxiological (focalizing ordinary members' practices-in-interaction, in context) and communicational in nature. I have also attempted to show, again only provisionally in this article that introduces some foundations, how so-called 'security theatre' may be sociologically analysed. Here again I have largely focalized observation (fieldwork)-based praxiological studies of actual, real-world security situations, – research that often employs audio and/or video recordings and highly-detailed transcription and analysis of those situations. This is, mainly, where most of the studies, and most of the sociologically insightful studies, are currently to be found, though in every sociological style there is remains a lamentable paucity of studies of 'security theatre' and even in the field of security studies more generally. This burgeoning academic and practical field has, it would appear, passed most sociologists by.

By taking these two tacks, I have considered the analytical and practical utility of employing the binary opposition 'security theatre'/'real security' in analysing security arrangements and persons' conjoint reactions to them. From that, I have considered possible alternatives. It is important to observe too that no amount of security we have been considering, whether 'real' or 'fake', here will replace good,

disciplined police or controlled intelligence work or political/non-political negotiation, reconciliation and compromise, the initiation of a peace process, mediation, and the like – much like (for all its perceived shortcomings over time) between Great Britain and what were hitherto called 'terrorists' in Northern Ireland, the 'peace process'. A trope such as a militaristic one – "no surrender" and so on – does not, of course, serve the best interests of such processes, no matter which 'side' uses it: there are, of course, objections to sociologists using it for their purposes, too.

Finally, I have interspersed in this article various issues concerning the adopting of a measured, balanced approach to security, and have noted that at best some security engineers have gone out of their way both to recommend such an approach and a democratic approach that takes due regard of human, citizenship rights as well as minority right rather than espousing a 'panoptical' or totalitarian approach – a kind of electronic or digital equivalent to Foucault's (Foucault, 1979) interpretation of the philosopher of utilitarianism Jeremy Bentham's notion of the Panopticon (Bentham, 1843). As the European Court of Justice has said, panoptical security policies such as the proposed "Snooper's Charter" in Britain have no legal basis if they are applied *generally* rather than to specific matters such as serious crimes, and of course we should all take care to always avoid torture measures such as waterboarding, let alone the *auto-da-fé*. These measures not only violate human rights but they are, ultimately, counter-productive. Security arrangements

should not be used either, to bolster this “throwing the baby out with the bathwater”. Some, at least, of the comments made by the sociologist Harvey Molotch concerning ‘what to do with security’ (Molotch, 2012, pp. 217-23) comprise good commonsense – “be inclusive”, “make nice”, “add in some equality”, etc. We might elaborate Molotch’s advice by adding “do not provoke”, “don’t expect instant, seamless results,” and “short termism may occasionally be necessary but, in itself, it is not enough.” These are rather mundane and, in themselves, quite insufficient advisories, but, I think, they are not bad starting points.

Bibliography

Anderson, R. (2008): *Security Engineering: Guide to Building Dependable Distributed Systems*. London: Wiley.

Ball, D.W. (1969): ‘An Abortion Clinic Ethnography’. *Social Problems* vol. 14, pp. 293-301.

Bassetti, C. (2014): ‘Resisting at the Airport: Security Guards among TIP’s and “Unruly Passengers”’, *Proceedings of the Organization Studies Summer Workshop*, Corfu, (May).

Bassetti, C., M.L. M. Campos, R. Ferrario (2015): ‘Airport Security Checkpoints: An Empirically –Grounded Ontological Model for Supporting Collaborative Work Practices in Safety-Critical Environments’, in Palen, Buescher, Comer and Hughes, eds. *Proceedings of the 12th International Conference in Information Systems for Crisis Response and Management* (ISCRAM 2015), Kristiansand, Norway, 24-27 May, ISSN: 2422-3387.

Becker, H. S. (1963): *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, (Second Edition): New York: The Free Press.

Becker, H.S. (1973): ‘Labeling Theory Reconsidered’, in H.S. Becker: *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. (Second Edition): New York: The Free Press.

Bentham, J. (1843): *The Works*, ed. J. Bowring. Edinburgh: William Tait Publishers.

Bittner, E. (1965): ‘The Concept of Organization’, *Social Research*, vol. 32, pp. 230-55: reprinted in R. Turner, ed. 1974: *Ethnomethodology*, Harmondsworth: Penguin

Carpenter, E. (2016): ‘“The Darkest Moment in the History of Nice”. How the City lost its Innocence’. *Riviera Insider* magazine, September/October, pp.12-14.

Cohen, S. (1980): *Folk Devils and Moral Panics* (Second, Revised, Edition). Oxford: Martin Robertson Publishers.

Eglin, P., and S. Hester (2003): *The Montreal Massacre: A Story of Membership Categorization Analysis*. Waterloo, Ontario: The Wilfrid Laurier Press.

Foucault, M (1979): *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. New York: Vintage Books.

Garfinkel, H. (1963): ‘A Conception of, and Experiments with, “Trust” as a Condition of Stable Concerted Actions’. In O. J. Harvey, ed., *Motivation and Social Interaction*. New York: The Ronald Press, pp. 187-238.

Goffman, E. (1959): *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Doubleday.

Goffman, E. (1961): *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients*. New York: Doubleday.

Goffman, E. (1974): *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Cambridge MA.: Harvard University Press.

Hall, R. (2015): *The Transparent Traveler*. Durham, North Carolina: Duke University Press.

Klapp, O. (1962): *Heroes, Villians and Fools*. San Diego, California: Aegis Press.

- Lee, J.R.E. (1984): 'Innocent Victims and Evil-Doers'. *Women's Studies International Forum*, 7 (1), pp. 69-73.
- Levinson, S. C. (1983): *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyon, D. (1994): *The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society*. Cambridge: Polity Press.
- Lyon, D. (2015): *Surveillance after Snowden*. New York: Wiley.
- Mannheim, K. (1936): *Ideology and Utopia*. New York: Harcourt Brace.
- Martin, D., O'Neill, J., Columbino, T., Roulland, F. and Willamowski, J. (2010): 'Colour, It's Just a Constant Problem': An Examination of Practice, Infrastructure and Workflow in Colour Printing', in Randall, D. and Salembier, P., eds.: *From CSCW to Web 2.0: European Developments in Collaborative Design: Selected Papers from COOPO8*. London: Springer, pp. 21-42.
- Merton, R. K. (1949): *Social Theory and Social Structure*. Glencoe, Ill: The Free Press.
- Molotch, H. (2012): *Against Security: How We Go Wrong at Airports, Subways, and other Sites of Ambiguous Danger*. Princeton and Oxford: Oxford University Press.
- Paperman, P. (2003): 'Surveillance Underground: The Uniform as an Interaction Device'. Trans. From the French by P. Paperman and J. Katz, *Ethnography*, vol. 4, no. 3, pp. 397-419.
- Puetz (Putz), O. (2011): 'From Non-Places to Non-Events: The Airport Security Checkpoint'. *Journal of Contemporary Ethnography*, (13 December), pp. 154-88.
- Sacks, H. (1972): "Notes on Police Assessment of Moral Character", in D. Sudnow, ed., *Studies in Social Interaction*. New York: The Free Press, pp. 31-74.
- Schneier, B. (2003): *Beyond Fear*. New York: Copernicus Books.
- Schneier, B. (2009): "Beyond Security Theatre", *New Internationalist*, no 427, (Nov.) pp. 10-13.
- Schur, E. M. (1969): 'Societal Reactions to Deviance: A Critical Assessment', *American Journal of Sociology*, LXXV, (November), pp. 309-22.
- Strong, P.M. (2006): 'Two Types of Ceremonial Order', in P. M. Strong: *Sociology and Medicine: Selected Essays by P. M. Strong*. Edited by A. Murcott. Aldershot, U.K.: Ashgate Publications, pp. 57-80.
- Tannenbaum, F. (1938): *Crime and the Community*. New York: Columbia University Press.
- Watson, R. (1999): 'Reading Goffman on Interaction', in G. Smith, ed. *Goffman and Social Organization*. London: Routledge, pp. 138-55. Reprinted in Portuguese as 'Lendo Goffman em Interacao', in E. Gastaldo, ed., (2004): *Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano*. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial, pp. 81-100.
- Watson, R. (2009): 'Constitutive Practices and Garfinkel's Notion of Trust: Revisited'. *Journal of Classical Sociology*, Special Issue: John Rawls' "Two Concepts of Rules", ed. A. Warfield Rawls, vol. 9, issue 4, (November), pp. 475-99.
- Watson, R. with E. Gastaldo (2015): *Etnometodologia & Análise da Conversa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Acknowledgments:

I am grateful to Andrew Carlin for his extensive, patient, thoughtful and knowledgeable assistance on this paper. I also thank Anita Alzamora-Watson for clarifying many issues that otherwise might have been left unclear, and George E. Parker for his useful suggestions. I must reluctantly concede that any remaining defects in this paper are entirely my own responsibility.

A Lógica Paradoxal da Violência

*Adriano Duarte Rodrigues**

Resumo:

Este texto pretende lembrar que a violência é uma realidade de todos os tempos e de todas as sociedades e não dos nossos dias, que é uma categoria ética que obedece a uma lógica dual de natureza paradoxal e que é socialmente constituída.

Introdução

Os recentes acontecimentos terroristas, devido à sua natureza espetacular e à sua visibilidade mundial, podem fazer crer que estamos perante fenómenos próprios do nosso tempo. Alguns autores tendem a considerá-los como uma das consequências das transformações que ocorreram nas nossas sociedades, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em particular no domínio das recentes inovações técnicas. Com este texto vou tentar mostrar que esta visão é equivocada, não tem fundamento e revela desconhecimento ou, pelo menos, insuficiente ponderação da barbaridade dos comportamentos humanos vividos no passado, ao longo da história.

Começarei por recordar alguns exemplos.

Nos dois primeiros séculos da nossa era, cidadãos romanos e judeus colaboradores com a ocupação romana da Palestina foram assassinados às mãos de grupo de judeus zelotas, também conhecidos por sicários por utilizarem adagas ou punhais (*sicae*, em latim). Na mesma altura, os romanos divertiam-se no Coliseu de Roma

com o espetáculo da chacina dos cristãos, esfacelados por feras esfomeadas.

Entre os séculos XI e XIII, a Cristandade organizou dez cruzadas que, em nome da fé, provocaram a chacina de milhares de muçulmanos. O objetivo era a libertação dos lugares santos da Palestina, na altura sob domínio muçulmano, e a abertura de um corredor, através do território turco, que tornasse possível a peregrinação a Jerusalém.

A partir do século XVI, centenas de nações ameríndias foram dizimadas às mãos dos colonos europeus, tanto na América do Norte, como na América do Sul.

Em 1793 e 1794, durante o regime justamente apelidado do Terror, sob as ordens de Robespierre e Saint Just, foram guilhotinados 17.000 e presos 300.000 franceses que se opunham aos ideais da Revolução Francesa.

Nos Estados Unidos da América, foi fundado em 1867 o movimento de extrema-direita do Ku Klux Klan, desde então responsável pelo assassinio de milhares de ne-

* Professor Catedrático Emérito do Curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

gros e pelo incêndio de igrejas frequentadas por negros.

Entre 1879 e 1914, movimentos anarquistas, em França, na Itália, em Espanha, na Bósnia-Herzegovina, inspirados nos ideais de Bakunine, assassinaram barbaramente o rei Humberto, a imperatriz Elizabeth e o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, desencadeando assim o deflagrar da Primeira Guerra Mundial.

Entre 1905 e 1914, a Centúria Negra, movimento ultraconservador antisemita russo, assassinou milhares de pessoas e organizou progroms que mataram milhares de judeus.

A partir de 1917, foi a vez de Estaline implantar o terror vermelho com vista a liquidar os nostálgicos do regime czarista, de que resultaram deportações em massa e o fuzilamento de milhares de pessoas.

Todos nos recordamos que, entre 1933 e 1945, a Alemanha nazi assassinou 6 milhões de judeus e de ciganos nos seus campos de extermínio.

Em nome das causas de libertação, a Irlanda do Norte, os Sin Fein, a partir de 1920, assassinaram milhares de irlandeses protestantes, em nome da luta pela independência. Em Espanha, a ETA matou milhares de simpatizantes espanhóis lutando contra domínio de Castela sobre o País Basco. Entre 1954 e 1962, o FLN, movimento de libertação da Argélia, organizou vários atentados à bomba em Paris, em nome da causa da independência do seu país. Entre 1962 e 1975, foram chacinadas à catana milhares de mulheres e de crianças brancas,

em nome da independência, em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau. Ainda em África, recordemos as milhares de vítimas do movimento dos Mau-Mau que, entre 1952 e 1960, em nome da independência no Quênia, devastaram e incendiaram aldeias inteiras.

Entre 1966 e 1976, na Argentina, o ERP e os Montoneros organizaram diversas emboscadas de que resultaram milhares de vítimas militares governamentais e civis.

Desde 1979, a Al Qaeda, às ordens de Osama bin Laden, lançou várias ações de terror em nome da Jihad islâmica e está ainda bem vivo na nossa memória o ataque que levou a cabo contra as torres gémeas de Nova Iorque, em 11 de Setembro de 2011.

No Nigéria, em nome da Charia, a luta contra a corrupção supostamente provocada pela educação e pela influência da cultura ocidental, o movimento Boko Haram já assassinou mais de 20 mil pessoas. Está ainda bem presente o rapto, em Agosto de 2014, de 276 meninas, quando se preparavam para fazer uma prova de física, ato que este movimento considera como subserviência ao modo de vida ocidental que acusam de ser responsável pela destruição dos valores do Islão.

Os exemplos que acabo de referir são apenas uma pequena amostra das atrocidades que, nos últimos séculos, foram perpetradas sobre populações indefesas e desarmadas, pelas mais diferentes razões e em nome das mais diversas causas. São uma ínfima parte da violência que, ao longo da história da humanidade, comparada com a mortandade causada pelas guerras

travadas pelos exércitos regulares em campos de batalha. Deixam também de lado a violência que podemos observar diariamente, no seio da família e de outras instituições, assim como os homicídios levados a cabo por psicopatas nas situações de loucura mais inesperadas. Ao contrário dos exemplos que referi, muitas destas formas de violência incidem sobre vítimas indefesas desconhecidas e humildes que sofrem em silêncio os efeitos de toda a espécie de atrocidades.

Os exemplos referidos mostram que a violência não é uma realidade própria da nossa época, mas um fenómeno de todos os tempos e de todas as sociedades humanas. Apesar de a diversidade das suas causas e de as suas formas serem muito diversas e desafiarem aparentemente a nossa capacidade de entendimento, a violência obedece a uma lógica que vou agora procurar decifrar.

A violência enquanto categoria da linguagem

Se quisermos procurar dar conta da lógica da violência temos que começar por reconhecer que ela é uma marca de qualquer comportamento humano que pretenda atingir objetivos. Os seres humanos, ao contrário dos outros animais, se pretendem alcançar objetivos, tais com, por exemplo, preservar a saúde, manter o seu corpo tonificado ou competirem, em desportos, no mundo das artes ou na vida profissional, são obrigados a adotar comportamentos que apresentam, de alguma maneira, violência contra as suas tendências naturais. A violência é, por isso, uma característica

dos comportamentos humanos susceptível de avaliações diferentes e até antagónicas, consoante as circunstâncias.

As dificuldades da avaliação da violência decorrem do fato de não ser um conceito unívoco e de não se referir a nenhum objeto preciso, mas uma categoria que utilizamos para classificarmos pessoas, acontecimentos e comportamentos¹. Aquilo que observamos são pessoas ou comportamentos e acontecimentos que ocorrem num determinado momento e num determinado espaço e é a partir de juízos que fazemos sobre essas pessoas, essas ações e esses acontecimentos que as classificamos como violentos.

O termo utilizado para designar esta categoria tem como raiz o termo latino *vis*, força, e o sufixo *-(u)lentia*, que encontramos nos termos que se designam excesso, como em opulência, corpulência, ou então faculdade de, como em eloquência. Os romanos utilizavam este termo sobretudo para designar a profanação de um local, de um objeto ou de uma pessoa, de algo que, sendo *fanum*, sagrado, é tratado de maneira diferente (*pro-*) do tratamento reservado ao sagrado. Neste sentido, violento era para os romanos sinónimo de ímpio, de sacrílego, de criminoso. Não admira que o verbo violentar tenha a mesma origem etimológica do verbo violar. Por extensão, a violência acabaria por designar também a ferocidade, o uso excessivo da força, assim como o carácter ou a expressão do carácter feroz ou inclusivamente da manifestação de forças excessivas da natureza.

Podemos assim dizer que, de acordo com a etimologia do termo, violentos são os comportamentos de força que nós julgamos

excessivos e aplicamos a categoria de violento a pessoas ou a comportamentos que julgamos serem dotados de força excessiva.

A natureza dual da categoria da violência

A violência pertence, por conseguinte, a um conjunto específico de categorias que utilizamos para referir coisas, pessoas, comportamentos ou acontecimentos; é uma categoria dual, uma vez que faz parte das categorias que constituem duas posições. A categoria da violência constitui, por um lado, a posição do agente, habitualmente designado agressor, e, por outro lado, a posição do paciente, habitualmente designado vítima.

Nem todas as categorias que utilizamos são evidentemente duais. Assim, por exemplo, quando apresento uma pessoa conhecida a um amigo como engenheiro, estou a utilizar a categoria profissional, que é constituída, não por duas, mas por uma diversidade de posições, visto ser constituída, por exemplo, por empregado, empresário, operário, advogado, professor. Ao apresentar o meu amigo como engenheiro poderia ter escolhido evidentemente apresentá-lo com uma categoria dual como, por exemplo, marido de x, pai de y, como poderia evidentemente apresentá-lo com uma grande diversidade de outras categorias plurais, tais como, por exemplo, natural do país a, membro do clube b, meu vizinho. As categorias plurais, como a profissional, constitui uma multiplicidade de posições. Além disso, cada uma das posições da categoria profissional comporta, não duas, mas múltiplas

sub-posições. Assim, por exemplo, ao apresentar o meu amigo como engenheiro estou a inseri-lo num leque alargado de outras posições com as quais, enquanto engenheiro, estabelece relações, tais como, entre outras, as posições de colega, de administrador ou de empregado de uma empresa, de empregados do escritório, assim como de clientes dos projetos em que participa.

Ao contrário das categorizações plurais, como é o caso da categoria profissional de que acabo de dar um exemplo, a categoria da violência é constituída apenas por duas posições, pela de agressor e pela de vítima.

Quando falamos das posições de uma categoria, não estamos a falar de pessoas concretas, mas de posições que utilizamos quando falamos para nos referirmos a pessoas, a comportamentos, a coisas ou a acontecimentos. No caso da categoria da violência, é evidente que, tanto a posição de agressor, como a de vítima podem ser ocupadas por várias pessoas, tal como podem ser ocupadas por uma única pessoa. Quando, por exemplo, categorizo como violento o facto de me submeter a um plano de treino numa academia, estou a situar-me a mim próprio nas duas posições que esta categoria comporta, considerando-me como agressor de mim mesmo, desdobrando-me assim, de alguma maneira, em duas identidades, cada uma ocupando a sua posição. Quando digo que o professor de x é violento estou a situar o professor de x na posição de agressor e y na posição de vítima. Por seu lado, quando categorizo como violento o ato realizado por três representantes do Daesh de que resultaram dezenas de mortos e centenas de feridos,

estou a colocar, na posição de agressor as três pessoas que provocaram o atentado e, na posição de vítima, as centenas de pessoas que foram o alvo da sua agressão.

A violência não é evidentemente a única categoria dual que utilizamos para referir pessoas, comportamentos ou acontecimentos. Para facilitar a sua identificação, podemos agrupar as categorias duais em três conjuntos: 1. algumas categorias que referem estados (pai/mãe – filho/filha; marido – mulher), 2. a categoria género (homem – mulher), 3. as categorias de juízos ontológicos (acerca do ser ou do não ser de uma coisa ou de um acontecimento), de juízos éticos (acerca da bondade ou da maldade de coisa ou de uma ação) e de juízos estéticos (acerca da beleza ou da fealdade de uma coisa ou de uma ação).

A reciprocidade, a circularidade e a fundamentação comunicacional das posições constitutivas da violência

As principais características comuns a todas as categorias duais são a reciprocidade e a circularidade da relação entre as posições por elas constituídas.

Podemos dar-nos conta da reciprocidade das categorias duais observando que, por exemplo, se A é categorizado como marido de B então B é a esposa de A, se N é categorizado como pai de M então M é categorizado como filho de N, tal como, se R formula um juízo acerca da verdade, da bondade ou da beleza de X, então supõe que

S formula um juízo acerca da não verdade, da maldade ou da fealdade de X.

Podemos dar-nos conta da circularidade das categorias duais observando que, não só uma das posições constitui a outra posição, mas também a invocação desta última posição constitui a primeira, e assim por diante indefinidamente. Por exemplo, se R categoriza X na posição de vítima de Y, então categoriza Y na posição de agressor de X e contrapõe-se a S que posiciona X como agressor e Y como vítima. Aplicando esta propriedade das categorias duais ao caso da violência, observamos que, ao invocarmos a posição de vítima de violência, estamos a invocar, ao mesmo tempo, a existência da posição de agressor, mesmo que não estejamos em condições de identificar quem ocupa essas posições.

A categoria da violência distingue-se, no entanto, das categorias duais que se aplicam a estados, por pertencer ao conjunto das categorias duais formadas por juízos. Enquanto os primeiros são fundamentados em convenções sociais destinadas a estabelecer ou a mudar o estado das pessoas, dos acontecimentos ou dos comportamentos, os segundos recebem o seu fundamento de processos comunicacionais. Foi o que muito bem viu Kant, ao mostrar, na *Crítica da Faculdade do Juízo*, a especificidade comunicacional da racionalidade dos juízos éticos e dos juízos estéticos (Kant 1992).

Kant viu com clareza que, enquanto a verdade acerca dos juízos ontológicos, isto é, dos juízos acerca da existência ou não existência dos fenómenos a que se referem,

se impõe a qualquer pessoa dotada de razão, constatação da existência dos objetos sobre que incidem, a verdade dos juízos éticos e dos juízos estéticos só pode ser fundada na existência de um acordo, no termo de processos comunicacionais. É por isso que aquilo que nalgumas sociedades e por umas pessoas é considerado como belo ou como bom é noutras sociedades e por outras pessoas considerado como feio ou como mau.

Os juízos éticos e os juízos estéticos que as pessoas aceitam como válidos não se fundamentam, por conseguinte, em critérios idênticos aos que podem ser invocados para aceitar juízos acerca da existência ou do estado, por exemplo, de objetos, de pessoas ou de acontecimentos. Só podem ser aceites na sequência de um acordo, explícito ou tácito, entre os membros da sociedade em que esses juízos são tomados como válidos. Como, ao classificarmos um comportamento como violento estamos a formular um juízo acerca da adequação da força exercida no desempenho desse comportamento, a categoria da violência é claramente um juízo ético e, como tal, fundado no acordo, tácito ou explícito, entre os membros da sociedade em que ele é aplicado.

Gostaria de esclarecer imediatamente que a natureza comunicacional do fundamento da categoria da violência é uma questão lógica e, por isso, precede e é independente do uso que as mídias fazem dos comportamentos e dos acontecimentos. São antes os processos de interação em que as pessoas se envolvem e que a levam a tomar as decisões e a adotar os comportamentos que acham apropriados em cada uma das

circunstâncias da vida cotidiana que formam o acordo acerca daquilo que entendem classificar como violento. É importante sublinhar que é deste acordo tácito firmado nas interações em que as pessoas se envolvem no seu dia a dia que se alimentam os próprios juízos acerca da violência dos comportamentos e dos acontecimentos formulados pelas mídias. De outro modo, os juízos acerca da natureza violenta de pessoas ou de acontecimentos formulados pelas mídias seriam evidentemente incompreensíveis.

Uma das consequências da natureza comunicacional do fundamento da aplicação da categoria da violência é o dilema com que se encontram confrontados todos quantos, pelas suas responsabilidades, têm que tomar decisões perante os acontecimentos que são categorizados como violentos pela sociedade onde exercem as suas responsabilidades. Este dilema é expresso pelo diferendo, isto é, pela impossibilidade lógica de situar definitivamente os agentes da violência nas posições que ela própria constitui. Como os comportamentos que uns classificam como de agressão são pelos outros classificados como de vítima, e vice-versa, não é possível chegar a um acordo universal e indiscutível que permita resolver de vez o diferendo. A categoria da violência, como aliás as outras categorias duais, desencadeia, por isso, inevitavelmente uma espiral sem fim de alternância das posições ocupadas pelos que são por ela categorizados.

Devido à reversibilidade das posições constituídas pela violência e à natureza comunicacional do seu fundamento, quem se situa na posição de vítima, ao desencadear a resposta aos comportamentos que classifica

como agressivos, cria inevitavelmente as condições que fazem com que o que tinha sido classificado como agressor se situe na posição de vítima que, por sua vez, ao responder, se situa na posição de agressor, numa espiral sem fim. Podemos, por isso, dizer que os dispositivos de resposta da vítima ao agressor convertem-se inevitavelmente em dispositivos da agressão. Deste modo, a categoria da violência é ela própria uma armadilha na qual, tanto a vítima, como o agressor acabam definitivamente por se ver enredados.

Fiz este percurso para mostrar agora que, ao aplicarmos na sua pureza a lógica da categoria da violência, elaboramos a categoria do terrorismo. Mais do que os comportamentos que manifesta, o que o terrorismo põe em evidência é a natureza armadilhada da categoria da violência, decorrente da circularidade da relação entre as suas posições e da sua natureza comunicacional. Ao ser desencadeada, a lógica da violência enreda todos os que são por ela posicionados, quer sejam posicionados na posição de agressor quer na posição de vítima, numa armadilha, uma vez que desencadeia uma espiral interminável de lances.

Para tentar desarmadilhar esta espiral procuramos habitualmente averiguar a natureza originária da agressão, para de algum modo legitimar a resposta daquele que é colocado na posição de vítima. Mas, tal como é impossível determinar se foi a galinha ou ovo que apareceram primeiro, assim também é impossível chegar a um acordo universal acerca do primeiro comportamento agressivo que desencadeou

a armadilha da violência. É que determinar a origem remete inevitavelmente para uma narrativa mítica fundadora, por definição aceite apenas pelos que já estabeleceram um acordo acerca da determinação da posição ocupam na categoria da violência. Reparemos que, nas sociedades humanas, historicamente situadas, há sempre um ato que precede ou que espreita por detrás daquele que consideramos como o primeiro. Qualquer imposição da determinação de uma origem para a constituição da categoria da violência, parando assim o diferimento da sua constituição, equivale, por conseguinte, à instituição de um poder totalitário.

A natureza multimodal da violência

No parágrafo anterior tentei mostrar a lógica paradoxal das categorias duais e algumas consequências da especificidade da categoria da violência, em particular a sua conversão em armadilha. O meu objetivo principal foi mostrar a natureza lógica e, por conseguinte, racional da violência, lógica sem dúvida perversa, mas nem por isso menos racional. Gostaria agora de mostrar que a racionalidade da categoria da violência é de natureza multimodal, visto mobilizar recursos, ao mesmo tempo, biológicos, psíquicos e sociais específicos dos seres humanos.

Começemos por notar que, em rigor, não podemos propriamente classificar como violentas as manifestações de força que observamos nos comportamentos das outras espécies. As outras espécies utilizam os dispositivos biológicos que os habilitam

a comportamentos de força para atingir objetivos da sobrevivência individual e da sobrevivência da espécie, ao passo que os seres humanos inventam dispositivos técnicos que colocam ao serviço do exercício da força, dispositivos técnicos que fazem dos seres humanos predadores universais, capazes de colocar inclusivamente em risco a sua própria sobrevivência. Os animais matam as presas que lhes servem de alimento, os intrusos no território de que retiram o sustento e os concorrentes sexuais que impedem a transmissão dos seus genes. Os seres humanos inventam e utilizam dispositivos técnicos para comportamentos de força que ultrapassam a capacidade de destruição de todas as outras espécies. Além disso, adotam comportamentos violentos, pelo prazer que retiram do espetáculo do sofrimento ou para imporem aos outros seres humanos as suas próprias visões do mundo.

Os outros animais utilizam os dispositivos que foram adquirindo ao longo da sua evolução específica, de acordo com o processo de adaptação ao seu território. Os seres humanos, por seu lado, são obrigados a inventar dispositivos técnicos destinados a criar o seu próprio mundo, ao longo do processo de colonização do planeta. Os objetos técnicos que os seres humanos inventam para produzirem o seu mundo convertem-se assim em armas destinadas especificamente, no sentido etimológico deste termo, ao exercício da violência. É por isso na própria estrutura neurológica dos seres humanos, no seu sistema nervoso central, que permite a sua capacidade de colonizar o planeta e os

liberta da sua dependência de um território, que encontramos um dos fundamentos da especificidade da violência dos seres humanos.

Além de ser um fenómeno biológico, a violência é também um fenómeno psíquico, associado aos traumas inerentes ao próprio processo, tanto filogenético como ontogenético, de hominização. É abundante a literatura que, sobretudo desde a segunda metade do século XIX, os antropólogos e os psicólogos dedicaram a estes fenómenos. Charles Darwin (1981), Frazer (1890), Atkinson (1903), Robertson Smith (1894) são alguns dos nomes a que está associada a célebre hipótese da horda primitiva e do parricídio originário da nossa espécie. Sigmund Freud (1998) chamou a atenção para algumas das consequências deste mito originário, em particular para a formação das nevroses e das formações secundárias do inconsciente, associadas às diferentes modalidades de obsessões e às depressões.

As componentes biológica e psíquica da violência são, no entanto, inseparáveis da sua natureza social, decorrente da natureza e do funcionamento de regras que regulam as interações que estabelecem entre si assim e das relações entre as diferentes comunidades humanas.

Conclusão

A violência apresenta notáveis variações ao longo da história, uma vez que os comportamentos considerados como violentos numa determinada sociedade e numa determinada época deixam de ser considerados como violentos noutras

sociedades e noutras épocas. Michel Foucault chamou a atenção para o facto de, até ao final do século XIX, os tratamentos a que eram submetidos os criminosos eram considerados como expiação redentora pelos seus crimes, ao passo que hoje são categorizados como atrozidades barbaridades, inadmissíveis na maioria das nações do nosso tempo (Foucault 1975).

Mas gostaria de sublinhar sobretudo de sublinhar que a natureza social da violência decorre da natureza comunicacional do seu fundamento, do facto de, tal como Kant já tinha mostrado, depender de um acordo socialmente instituído entre os membros de uma sociedade. Foi também o que muito bem viu George Herbert Mead (1992). Partindo da observação daquilo que se passa numa luta de cães, nas sequências dos ataques ao longo da luta de esgrima e dos lances dos jogos de competição, Mead sublinhava, ao mesmo tempo as similitudes com aquilo que se passa com as outras espécies e a especificidade da comunicação entre os seres humanos. Mostrou que, quando interagimos uns com os outros, trocamos gestos que não se limitam a desencadear a reação da parte daqueles com quem interagimos, como é o caso da interação entre as outras espécies. No caso dos seres humanos, desencadeiam nos próprios indivíduos que os adotam o mesmo efeito que desencadeiam nos indivíduos a que são endereçados. Deste modo, acabam por se tornar símbolos significantes, ao enredarem-nos nos próprios efeitos que pretendem provocar nos outros.

Durkheim, por seu lado, sublinhava, em 1912, logo na introdução às *Formas*

Elementares da Vida Religiosa, que as categorias, que os seres humanos utilizam para se referir ao mundo, são socialmente fundamentadas, resultando das interações sociais que estabelecemos uns com os outros e com a maneira como nos relacionamos coletivamente com o mundo à nossa volta (1991: 51-68).

Podemos agora relacionar a observação de Mead acerca da natureza comunicacional da constituição da linguagem com a natureza social da categoria da violência, dizendo que, quer utilizemos quer sejamos alvo da violência, entramos inevitavelmente num jogo interacional em que nos enredamos, pelo simples facto de o seu efeito não atingir apenas a vítima, mas incidir de igual modo sobre o próprio agressor.

Referências

- Arendt, H. (1970) – *On violence*, Nova Iorque, Harcourt, Brace & World.
- Aristóteles (2008) – *Catégories. De l'Interprétation*, Paris, ed. Vrin (original: século IV a.C.)
- Atkinson, J.J. & Lang, A. (1903) – *Social Origin: Primal Law*, Chicago, University of Chicago Press
- Dahlberg, L. L. & Krug, E. G. (2007) – Violência: um problema de saúde pública, *Ciência e Saúde Coletiva*, 11 (supl), 1163-1178.
- Darwin, C. (871) – *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*, New York, Princeton University Press.
- Durkheim, E. (1991) – *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Librairie Générale Française (original: 1912).
- Foucault, M. (1975) – *Surveiller et Punir*, Paris, Gallimard.

Frazer, J. G. (1890) – *The Golden Bough. A study in Magic and Religion*, disponível em: <http://www.sacred-texts.com/pag/frazer/>

Freud, S. (1998) – *Totem et Tabou*, Paris, Payot (original: 1912-1913).

Kant, E. (1985) – *Crítica da Razão Pura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (original: 1781).

Kant, E. (1992) – *Crítica da Faculdade do Juízo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (original: 1790).

Mead, G. H. (1992) – *Mind, Self and Society from the standpoint of Social Behaviorist*, Chicago, University of Chicago Press (original: 1934).

Robertson Smith, (1894) – *Lectures on Religion of the Semites*, London, ed. Adam and Charles Black.

Sacks, H. (1992) – *Lectures on Conversation*, Oxford, Blackwell Publishing, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/book/10.1002/9781444328301>

Watson, R. & Gastaldo, E. (2015) – *Etnometodologia e Análise da Conversa*, Rio de Janeiro, PUC-Rio & Vozes.

NOTA

¹ A análise categorial foi pela primeira vez sistematizada por Aristóteles, no primeiro livro do *Organon*, a que deu o nome *Categorias*. É ainda hoje a referência inultrapassável e imprescindível. Foi reformulada ao longo da história do pensamento ocidental, merecendo particular destaque a proposta feita, no século XVIII, por Kant na *Crítica da Razão Pura* (Kant 1985). Emile Durkheim mostrou de maneira eloquente a natureza social da formação das categorias (Durkheim 1991: 51-68). A análise categorial seria retomada nos anos 70 do século passado de um ponto de vista sociológico por Harvey Sachs nalgumas das suas lições que viriam a ser publicadas por Emmanuel Schegloff (Sachs 1992). Para uma apresentação recente desta última perspectiva ver Watson & Gastaldo 2015, 135 e seguintes.

Medo e Miscigenação: A Visão dos Povos da Floresta nos Relatos dos Militares Brasileiros no Século XX

*Tássio Franchi**

Resumo:

O texto discorre sobre a construção das imagens das populações nativas da região amazônica pelos militares brasileiros ao longo do século XX. As fontes foram 120 obras de 67 diferentes militares publicadas entre 1915 e 2007, estando a maioria deles concentrada no segundo e terceiro quartéis do século. A visão sobre os indígenas não foi una, variando entre uma adjetivação positiva cujo principal argumento era vê-los como brasileiros e elementos importantes na ocupação do “vazio demográfico”, mas também como um ser que gerava medos por sua agressividade, gerada por contatos pouco amistosos. Ambas as visões tem nuances e se modificam no decorrer do período.

Palavras-Chave: Exército Brasileiro; Amazônia; Populações Nativas; Indígenas; Século XX

Abstract:

The paper issues the construction of the Amazon native's image by the Brazilian military during the twentieth century. The sources were 120 books of 67 different military authors, published between 1915 and 2007. Most of them concentrated in the second and third quarters of the century. The representation of the natives in these books changed over time. They were seen as Brazilians and as an important element in the occupation of the “demographic vacuum”, but they were also feared by their aggressiveness, impression produced after unfriendly contacts. Both views have nuances and change over the period.

Keywords: Brazilian Army; Amazon; Native populations; indigenous; twentieth century

Introdução

A área da Amazônia Legal corresponde a mais de 60% do território nacional e abriga mais de 25 milhões de brasileiros muitos dos quais indígenas. O contato destas populações com os homens brancos data do século XVI. No decorrer do século

XVIII, com os tratados que deram a posse da região à coroa portuguesa, fortificações e vilas foram sendo construídas e mobiliadas com tropas coloniais e imperiais, após 1822. Desde a instauração da república a defesa de toda a região cabe Forças Armadas

brasileiras constituídas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica (Art. 142, CF-1988). Sendo desta forma um ator com uma presença secular e importante no território em questão. Seus soldados, marinheiros e aviadores estiveram sempre em contato com as populações existentes na Amazônia, produzindo e reproduzindo para todo o país impressões sobre as mesmas. Este trabalho busca investigar de forma exploratória quais foram os principais argumentos ou ideias ligadas a estas populações que os militares, principalmente do Exército, construíram e reproduziram em obras publicadas ao longo do século XX.

De início é preciso alertar o leitor sobre os limites deste trabalho, que não construiu uma visão antropológica ou sociológica dos nativos e dos militares, mas tão somente uma visão histórica da reprodutibilidade de certos argumentos e ideias produzidos por militares e ex-militares sobre algumas das populações amazônicas, notadamente indígenas e imigrantes nordestinos. O recorte temporal extenso apresenta-se como uma possibilidade de investigação das estruturas discursivas de modo a compreender a sua permanência e o seu sentido ao longo do século, por outro ele torna imperativo outros recortes que viabilizem o texto. Nessa dimensão, os recortes incidiram sobre as fontes e métodos utilizadas¹, bem como sobre os exemplos escolhidos para ilustrar o texto. Optou-se por usar apenas as fontes bibliográficas produzidas por militares (livros e relatórios ostensivos)². Foram investigadas mais de 120 obras publicadas por 67 diferentes militares brasileiros, todas publicadas durante o século XX, além de

documentos oficiais das FFAA relacionados com a região amazônica³.

A inspiração para o recorte temporal deriva da concepção de longa duração⁴, proposta por Fernand Braudel (1995) para investigar as continuidades e as rupturas históricas. Braudel coloca “(...) a dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração” (BRAUDEL, 1990, p. 14). Para tal no apoiamos metodologicamente, na análise de conteúdo, observando essas reações e enquadramentos mentais diante das populações da Amazônia que se buscou identificar nos escritos dos militares brasileiros.

A visão dos indígenas nos relatos dos militares durante o século XX é dual e complementar. Nela tanto encontramos os nativos retratados como perigosos e selvagens, quanto como sendo os ‘primeiros brasileiros’ ou *brasilvícolas*, para usar o termo cunhado pelo Marechal Cândido Rondon, como vítimas do contato com os brancos e carentes da proteção do Estado. Mais que somente uma visão, nos parece que houve durante décadas uma verdadeira relação dual. De um lado, indígenas trabalhavam junto na construção das linhas telegráficas feitas por Rondon; auxiliando os trabalhos dos irmãos Villas Boas na abertura de trechos de estradas que estavam sendo feitas pelos Batalhões de Engenharia e Construção (BEC) na década de 1970; e mais recentemente integrando as fileiras, principalmente, do Exército Brasileiro. E

de outro lado, indígenas que geralmente não haviam ainda feito contato com os civilizados e que lutavam para proteger suas terras daqueles invasores, o que gerava encontros pouco amistosos, alguns dos quais terminaram com mortes de ambos os lados. No texto tentamos retratar essa dupla visão do nativo, ora como um perigo dentro do “inferno verde”, ora como um elemento que o estado deveria proteger por ser, junto com os ribeirinhos e imigrantes, um elemento essencial ao povoamento da região.

Desenvolvimento

Na Amazônia havia diversos grupos indígenas nativos, cujo contato com os chamados civilizados já havia sido feito há gerações nos séculos anteriores (HEMMING, 2004, 2007, 2008; RIBEIRO, 2010; RONDON 1946; 1953; 1955). Entretanto, havia os ‘bravos’, índios que ou não conheciam ou rejeitavam o contato com os civilizados. Esses grupos indígenas arredios defendiam os seus territórios de forma aguerrida contra a invasão dos estrangeiros ou de outras tribos que fugiam ao contato com os brancos. Durante a primeira metade do século XX, existiam regiões do país que ainda estavam ‘fechadas’ à colonização por esses grupos. Vários indivíduos, brancos e índios, perderam a vida em encontros e tentativas de pacificação desses indígenas (VILLAS BOAS, 2012). Nesse trabalho de contatos com os nativos, alguns nomes se destacam durante o século XX: Candido Mariano da Silva Rondon e os irmãos Villas-Bôas. Mas, esse contato também ocorrida com diversos militares que serviam em postos avançados

nas fronteiras do país, ou que simplesmente estavam envolvidos em alguma missão pela área.

As visões e o direcionamento das ações das Forças Armadas no século XX com relação aos indígenas na Amazônia foram amplamente influenciados pelos trabalhos do Marechal Rondon e, posteriormente, por seus discípulos à frente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que veio a se tornar a atual Fundação Nacional do Índio (Funai). Para introduzir o pensamento de Rondon sobre os indígenas, podemos partir da seguinte citação:

Que é o índio? Neste particular, permito-me o prazer de transmitir a opinião do Serviço de Proteção ao Índio pela sua ardorosa diretoria: ‘A preciosidade maior que encontramos na marcha para o Oeste,’ E essa preciosidade, continua ela percorrendo, vem das grandes qualidades que a sua incorporação trará ao povo brasileiro (RONDON, 1942, p. 22).

Embora Rondon defendesse com ardor os indígenas durante a primeira metade do século XX, os seus relatos e os da Comissão Rondon com certeza contribuíram, de forma inconsciente, para reforçar uma mística em torno de alguns grupos como bravios ou agressivos. Ao ler em sequência algumas publicações de Rondon e os textos da Comissão Rondon (1915; 1916; 1942; 2003), ou ao folhear os três volumes de *Índios do Brasil* (1946; 1953; 1955), são retratadas as fisionomias, os costumes, a cultura material de diversas tribos, além das localidades, os animais e o meio ambiente da região⁵. Vemos que alguns grupos, como os Nhambiquaras, foram retratados como donos de tamanha

ferocidade que, conforme o próprio texto, algumas vezes os simples vestígios da sua presença bastavam para causar desconforto às tropas:

O que não teria passado pelo espírito dos nossos soldados e tropeiros, cercados, nestes ermos, de **indícios e vestígios dos Nhambiquaras**, nome que só por si basta para arrebatrar as almas, mesmo as mais frias, às regiões povoadas de **cenar pavorosas da antropofagia**, de que andam cheias as lendas secularmente entretecidas em torno desta nação de silvícolas?! (RONDON, 1916, p. 136).

A citação reverbera um dos temores mais antigos relacionados aos nativos brasileiros, o da antropofagia. Entretanto, mais que somente indícios da presença de índios, ocorreram muitos incidentes com eles, envolvendo inclusive o próprio Rondon. “Eu próprio e as minhas turmas de exploração de 1907 e 1908 fomos duas vezes violentamente agredidos a flechadas, pelos altivos guerreiros Nhambiquara, às margens do famoso rio Jurema” (Rondon, 1946, p. 6). No primeiro ataque, o Ten. Nicolau Bueno dos Santos Horta Barbosa e o Aspirante a Oficial Tito de Barros foram as vítimas:

[...] ambos no exercício de funções concernentes à construção da linha telegráfica entre as estações de Jurema e Nhambiquaras, **foram flechados pelos índios desta última denominação, em pleno peito**. Fiel ao nosso lema, o Tenente Nicolau, comprimindo o ferimento donde brotava abundante, tão generoso sangue brasileiro, não consentiu de modo algum que perseguissem nem atirassem contra os silvícolas e, ao contrário, mandou empilhar presentes,

destinados aos agressores, no próprio local em que eles o hostilizaram 6. Grifo nosso

No segundo ataque, Rondon se encontrava junto com o grupo que foi alvo das flechas disparadas pelos índios Nhambiquaras:

Na frente ia o Domingos, armado de carabina Winchester, em seguida eu com uma *Remington* de caça, a tiracolo, depois o Ten. Lyra e o fotógrafo Leduc, ambos armados com pistolas *Colt*. Mais atrasado vinha o resto do pessoal. (...) **Domingos fora alvejado por duas flechas**, eu por três, a terceira das quais viera quebrar-se de encontro a minha arma, no momento em que desfechei sobre o selvagem da esquerda, o que me alvejou no peito. **Não sei por que acaso encontrou esta flecha o furo da bandoleira onde se engastou, senão ter-me-ia fatalmente morto** (RONDON, 1946, p. 10-11. Grifo nosso).

Mesmo sendo um grupo relativamente grande e bem armado de homens, os índios não hesitaram em atacar. A presença de fotógrafos durante os trabalhos permitiu que o fato fosse registrado em imagens divulgadas *a posteriori*. Rondon, o Tenente Lyra e outros homens estavam a cavalo, conforme se vê nas fotos (RONDON, 1946, p. 37). Ao relato de Rondon seguem-se a foto da espingarda com a ponta da flecha presa na bainha e outras fotos do local do incidente. Existem amplos registros fotográficos dos trabalhos de Rondon à frente da Comissão de Linhas e Telégrafos e de outras missões, disponíveis em diversas publicações suas e em relatórios entregues ao Ministério da Guerra.

O material fotográfico e os relatos na coleção *Índios do Brasil* (RONDON 1946; 1953; 1955) desenharam aos leitores, civis ou militares, os rincões do Brasil longe do litoral. Nos relatórios sobre os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas, ficou demonstrado que inúmeros homens perderam a vida, vítimas dos encontros com índios bravios:

Além da morte por febre a que aludimos, teve a expedição de lamentar mais as consequências dum assalto inopinado que alguns **índios caritianas** deram a uma das canoas, na tarde de 2 de setembro. Infelizmente, **desse assalto resultou sair ferido o médico Dr. Paulo dos Santos**, alcançado no braço esquerdo por duas flechas, e no abdome por uma; **e morto, por submersão no rio, o remador Eugênio Martins Afonso** (RONDON, 2003, p. 115. Grifo nosso).

Depois da instalação das linhas telegráficas, era necessário criar postos de retransmissão, operadas por turmas de soldados ou índios incorporados aos serviços para manutenção das linhas. Esses destacamentos, situados ao longo de todo o percurso das linhas, também eram alvos de ataques. O Cel. Amílcar Botelho de Magalhães, subordinado de Rondon nas obras das linhas telegráficas, relata: “Com a linha já em tráfego, os Nhambiquara surpreenderam o destacamento do rio Juína, aí instalado principalmente para tomar conta da balsa em que era feita a travessia deste curso d’água, e mataram todos os soldados” (MAGALHÃES. Apud *In*: RONDON, 1946, p. 14).

Nos relatórios das Comissões Mistas que subiram os rios Juruá e Purus, tanto o

Gen. Belarmino quanto Euclides da Cunha haviam descrito incidentes com os nativos que os seus próprios soldados sofreram ou presenciaram. Sobre o rio Purus, Euclides escreveu:

Sobre tudo isto, **a ameaça dos infieles**. Duas horas antes de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma amauaca. Fora, ao que colhemos depois, **trucidada pelos bárbaros**, que rondavam por perto **numa ameaça permanente e surda** (CUNHA, 2000 [1907], p. 330).

Cabe destacar que Euclides usa termos pejorativos como ‘infieles’ e ‘bárbaros’ para se referir aos indígenas. Porém, esses termos não são comuns nos relatos. Nos textos de Rondon há termos como selvagem, silvícolas, brasilvícolas, ou o nome da etnia ou da tribo, quando isso era conhecido, ou se usava simplesmente o termo índios, de forma genérica.

Na região do Araguaia-Tocantins, os primeiros índios abordados pelo SPI foram os Xavante. Uma aproximação mal sucedida culminou com a morte do Dr. Genésio Pimentel Barbosa e de mais quatro ajudantes, descrita de forma minuciosa por Rondon, mencionando as armas usadas para o ataque (*bordunas*) e o estado em que os corpos foram achados:

[...] verificaram os dois homens [que retornaram ao acampamento posterior ao ataque] que o seu chefe havia trancado à chave todas as armas de fogo e que, na sua imobilidade cadavérica, que perpetuara no rosto o sorriso com que passou da vida objetiva para subjetiva – o seu último

sorriso, dedicado aos seus inconscientes agressores, a nimbar-lhe a fisionomia de mártir – mantinha ainda, entre ambas as mãos hirtas, uma porção de brindes, que certamente insistia em oferecer aos atacantes, mesmo depois dos primeiros atos de hostilidade e violência! (RONDON, 1953, p. 157).

Esse relato de Rondon mostra o valor dado aos indígenas por Rondon – “o seu último sorriso, dedicado aos seus inconscientes agressores”. O último sorriso é do vitimado, não dos agressores. Essa postura de Rondon marcou a forma pela qual o Exército percebia o seu papel com relação aos nativos, embora até o início da década de 1970 ainda houvesse relatos de incidentes com nativos. É o caso de um trabalhador do 9º BEC que trabalhava na vanguarda da construção da rodovia Cuiabá-Santarém e foi flechado por índios da etnia Krenakore. Nas semanas posteriores, com a ajuda dos irmãos Villas-Bôas, foram estabelecidos os primeiros contatos pacíficos com esses índios, possibilitando que a construção seguisse sem outros incidentes (VILLAS BOAS, 2012, p. 543).

Mesmo com os numerosos incidentes envolvendo soldados e índios, a postura de Rondon, perpetuada no SPI e posteriormente na Funai, contribuiu para a construção de uma postura das FFAA que visava integrar os indígenas à sociedade, e não exterminá-los (BIGIO, 2003; 2009).

Durante o período em que comandou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), Rondon, descendente de índios Bororo, procurou proteger os nativos. Em 1910,

ele tornou-se presidente do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) (Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910). Conforme o nome do órgão indica, havia uma associação entre proteção aos indígenas e recrutamento de trabalhadores (de outras regiões) para ocuparem terras nas imediações das linhas telegráficas. O SPILTN tanto visava proteger quanto integrar o indígena à sociedade brasileira. Rondon empregou inúmeros indígenas que trabalharam tanto na construção quanto na operação das linhas telegráficas. Para Bigio, foi nesse momento do início do século que se forjou a política indigenista do regime republicano, cujo “[...] principal pensador e articulador dessa política foi o Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon que, alicerçado nos pressupostos positivistas de Augusto Conte, propôs uma ação indigenista para integrar as populações indígenas à sociedade nacional” (BIGIO, 2003, p. 256).

O modelo de contato e integração dos indígenas era pacífico, por meio de aproximações, com a oferta de “brindes” e a ajuda de outros indígenas, que serviam de interlocutores. Entretanto, para Bigio, os métodos praticados pelo SPI não impediram o “extermínio físico [por doenças] ou a aniquilação cultural de partes dessas sociedades” (BIGIO, 2003, p. 259). O órgão serviu, em última instância, para a incorporação dos territórios indígenas à nação. Todavia, a posição de Darcy Ribeiro com relação a Rondon e ao SPI é divergente. Ele entendia que a criação do SPI e o papel da Rondon foram decisivos na promoção da política indigenista nacional:

Esse acontecimento [da criação do SPI] representa para os índios o que representou a Abolição para os escravos. Rondon não só afirmava o direito de os índios serem e continuarem sendo índios, mas criava todo um serviço, integrado por jovens oficiais [das FFAA], dedicado à localização e pacificação das tribos arredias e à proteção dos antigos grupos indígenas dispersos por todo o país” (RIBEIRO, 2010, p. 36).

O envolvimento sistemático de jovens oficiais, sob o comando de Rondon, em serviços de proteção aos indígenas foi, com certeza, uma experiência sem paralelo dentro das FFAA. É possível rastrear as influências de Rondon nos oficiais de gerações posteriores, na medida em que o citam como exemplo ao longo do século XX⁶.

Durante o processo de integração de vastas áreas da Amazônia ao território nacional, o contato com populações indígenas foi inevitável. Após as linhas telegráficas abertas por Rondon, outro grande projeto que acabou promovendo esse contato foi a Marcha para o Oeste (1942) e a Expedição Roncador-Xingu (1943). A diferença no trato com os índios herdada de Rondon pode ser percebida na explicação de Oliveira sobre a Marcha para o Oeste:

Mas a nossa ‘marcha para o oeste’ foi algo muito distinto, um fenômeno do século XX, em que o Estado teve um papel muito mais ativo e os pioneiros não estiveram nas linhas de frente. As razões que justificavam a penetração nos sertões do Brasil Central eram principalmente de natureza geopolítica, e a ideologia que cimentava suas ações era um apaixonado nacionalismo. Enquanto nos Estados

Unidos as populações autóctones foram vencidas por unidades militares regulares, cujas conquistas eram consignadas em tratados de paz, no Brasil o uso da força estava proscrito, o Estado assumia uma tutela quanto aos indígenas, mas não lhes reconhecia territórios específicos (OLIVEIRA. *In*: VILLAS BOAS, 2012, p. 17-18).

Institucionalmente, fora das FFAA, o legado de Rondon se perpetuou. Em 1967, o SPI desapareceu, mas permaneceram as concepções de contato pacífico, de assimilação do indígena e de relação tutelar do Estado Brasileiro para com os indígenas. O órgão criado para substituir o SPI, a Fundação Nacional do Índio (Funai), pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, herdou esse legado (BIGIO, 2003). Em seu Art. 1º, alínea V, lê-se: “promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional”. Na sequência: “Parágrafo único. A Fundação exercerá os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais” (Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967). Assim, a concepção da função tutelar do estado brasileiro para com as populações indígenas sofreu forte influência das ideias preconizadas por Rondon. Todd Daicon afirma que “o legado de Rondon mantém-se influente porque a ideia de nação que ele acalentou nasceu de sua visão dos índios como símbolos de brasilidade” (DAICON, 2006, p.198). Essa identidade indígena, inventada ou não, é para Daicon um dos alicerces da moderna identidade da nação brasileira, apesar de os

indígenas serem um grupo numericamente reduzido da população brasileira (DAICON, 2006). Cabia ao Estado e, em última instância, às FFAA, como braços desse Estado, cuidar do bem-estar das populações indígenas.

Com relação aos indígenas existe ainda uma visão positiva dentro do Exército Brasileiro que o constrói como soldado excepcional por já deter vários dos conhecimentos necessários à sobrevivência na selva. Fregapani em sua obra, entende serem os índios os “guerreiros da floresta”, donos de saberes milenares e naturalmente mais adaptados à vida na floresta (FREGAPANI, 1995).

Existem casos em que militares identificaram os indígenas de uma forma depreciativa, associando-os a interesses ligados ao argumento da cobiça internacional sobre o território amazônico. Mas esses casos não são recorrentes ao longo do século nos autores trabalhados. O exemplo mais sólido disso gira em torno dos Ianomâmi, em Roraima. Nesse caso, em particular, levantou-se a hipótese de que grupos indígenas cooptados por interesses estrangeiros viessem a declarar independência do Brasil, formando um país cujo território seria formado pelo território das reservas indígenas. Barreto (1995) segue essa linha argumentativa de que os indígenas de Roraima estariam sendo usados por organizações e interesses que não eram próprios deles. Sobre esse caso, encontramos a fala de Meira Mattos na introdução do livro de Barreto:

Estes próprios índios ignoram as reivindicações que são feitas em seu

nome, por organizações internacionais mascaradas com intenções científicas (ecologia, ambientalismo, antropologia) e que fazem uma pressão crescente no sentido de entregar a soberania dessa área aos seus habitantes. Parece absurda, estapafúrdia, a proposta dessas organizações internacionais. Só se pode entendê-las, admitindo que há um propósito velado atrás de tudo isto – a *internacionalização da Amazônia*, em nome da sonhada criação de áreas do interesse da humanidade (MATTOS. In: BARRETO, 1995, p. 11).

Percebe-se que os indígenas são colocados apenas como novos instrumentos de interesses de internacionalização da Amazônia, sem que entendam as reivindicações feitas em seu nome. Mas o próprio Barreto compactua com uma ideia bem mais forte e secular dentro do discurso militar sobre os indivíduos na região amazônica, indígenas ou não, a da miscigenação racial como formadora do povo brasileiro:

É preciso redescobrir o Brasil, o Brasil do século XXI, quinhentos anos depois de Cabral. Com um povo de brancos, negros e índios, todos misturados e unidos pelo mesmo sonho de grandeza. Um povo simples, generoso e nobre. Inteligente, destemido e forte. Capaz de sacrifícios e milagres (BARRETO, 1995, p. 169).

O argumento da virtude, ou vantagem, da miscigenação das raças encontra fundamentos, como apresentamos, no próprio *modus operandi* inventado pelos portugueses no século XVIII para consolidar a conquista da região. O incentivo à migração de elementos externos à região para povoar efetivamente o território estava atrelado à

ideia de miscigenação desses migrantes com os habitantes locais (SILVA. In: BETHELL, 2004). Exemplo desse argumento, no século XXI, vem do Coronel Moacyr Barcellos Potyguara (2003). Ele descreve um casamento triplo visto pelos olhos de um tenente do exército recém-chegado do sul do país e que passava seu primeiro dia no PEF. O casamento envolvendo dois militares e quatro civis, ocorrido em 1967, foi assim descrito:

A cerimônia estava no meio, e o Tenente Schultz, ao analisar aquela cena, filosofava para si mesmo: 'É...isso é que faz a grandeza deste país. Um crioulo, baiano, casa com uma cabocla, um caboclo com uma índia e um branco com uma cabocla. Todos ficarão aqui e terão filhos... assim vai-se construindo uma pátria...' (POTYGUARA, 2003, p. 191).

No trecho citado, os militares aparecem como os próprios agentes dessa miscigenação, que contribuiria para a edificação da nação. Esta é a mensagem que o texto tenta passar de forma subjetiva. Efetivamente, são poucos homens em postos de fronteiras, e seria difícil identificar quantos deles se casaram e com pessoas de 'raças' diferentes. O número, mesmo que alto, seria irrisório no montante da população, mas o que o livro traz à baila com esse exemplo é essa ideia de que a miscigenação contribui para a formação da nação.

Com certeza, o principal elemento exterior à região do qual descendem inúmeros caboclos e que figura de forma secular nos relatos e análises dos militares são os nordestinos. Grupos humanos oriundos dos estados do Nordeste se sucederam em

diferentes levadas que se dirigiram para o interior da Amazônia durante o século XX. O Nordeste teve uma densidade demográfica superior à da Amazônia durante todo o século XX. As secas periódicas que assolaram a região fragilizavam as suas cadeias produtivas, forçando os indivíduos a buscar alternativas fora da região. Isso fez dos nordestinos trabalhadores em potencial nos diferentes ciclos econômicos da Amazônia. Euclides de Cunha, durante a viagem ao Purus, citava o papel dos nordestinos na Amazônia: "O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto" (CUNHA, 2000 [1907], p. 146). Parafraseando Cunha, Rodrigues apontava:

É esse homem soberbo, êsse 'domador de desertos', êsse miscigenado 'antes de tudo um forte', êsse buscador de caucho, apanhador de castanha do Pará, da ipecacuanha, da maniçoba, do mate, êsse pesquisador de cristais, batedor de ouro, garimpeiro de diamantes, êsse derrubador de florestas ou jangadeiro do nordeste que é o heróico vencedor dessa natureza excepcional (RODRIGUES, 1947, p. 75).

É perceptível a influência de Euclides sobre Rodrigues. A concepção de que a miscigenação, em vez de deteriorar a raça, como afirmavam as teorias vigentes à época, a fortaleciam, já haviam sido escritas por Euclides em *Os Sertões* e em seus textos sobre a Amazônia e reaparecem em Lysias. Também proveniente dos quadros da Força Aérea, o Brigadeiro Eduardo Gomes em um discurso realizado em Fortaleza (11 de Novembro de 1945), afirma:

Na região cobiçada, que só a **constância de nossos patrícios impediu se apresentasse ‘à voracidade das potências como um problema do mundo’**, na frase enérgica de Nilo Peçanha – **o cearense tem um destino histórico**, pela tenacidade e pela inteireza de ânimo, reveladas na ousadia das incursões em terra inóspita, como pioneiro do progresso humano e do trabalho produtivo. (...) **raça de desbravadores e povoadores da Amazônia** (GOMES, 1945, p. 186. Grifo nosso).

A fala, feita após o final da Segunda Guerra Mundial, pontua a ideia da necessidade da presença para se confrontar a cobiça sobre a região e repete a ideia do nordestino como que imbuído de um ‘destino histórico’ de desbravar e povoar a Amazônia. Essa relação dos nordestinos com o povoamento da região volta à tona com o presidente Médici durante a sua campanha de “Integrar para não Entregar”, que afirmava ser necessário um esforço da nação na direção da “solução dos dois problemas: o do homem sem terras do Nordeste e da Terra sem homens na Amazônia” (MÉDICI, 1970, p.11).

Durante o período militar houve a tentativa da materialização de uma solução permanente que promovesse essa conexão do ‘Homem sem terras do Nordeste’ com as ‘Terra sem homens na Amazônia’, que foi a rodovia Transamazônica. Nas palavras do general Lyra Tavares: “Veio, afinal, a construção da Transamazônica com o projeto de transferência de grande número de famílias nordestinas para fixá-las nas cidades chamadas cidades-piloto” (TAVARES, 1978, p. 49).

Mas o nordestino figurava, como coloca o Cel. Fregapani, como o elemento de miscigenação: “A miscigenação entre nativos e imigrantes, particularmente nordestinos da época da borracha, resultou em uma população capaz de enfrentar o meio geográfico com sucesso, e de uma especificidade cultural digna de maiores estudos” (FREGAPANI, 1987, p. 68). Voltando a Menna Barreto, vejamos a descrição que faz da tropa no Segundo Batalhão Especial de Fronteira de Roraima:

Com toda a pobreza, nunca ví gente tão boa e tão feliz! E, também, nunca ví melhores soldados! (...) A miscigenação estava estampada nas feições do rosto e nos costumes de quase todos. Não eram índios nem brancos: eram mestiços. E orgulhavam-se disso. Porque assim se sentiam mais brasileiros (BARRETO, 1995, p. 107).

Tanto na fala de Menna Barreto quanto em Fregapani, é clara a construção positiva da miscigenação e do papel fundamental dos migrantes de contribuírem para compor a população. Essa população era de fundamental importância para desenvolver as possibilidades do território, garantindo assim a posse da terra e afastando o receio da cobiça internacional sobre a Amazônia.

A miscigenação se conecta com a percepção secular dos militares de que a Amazônia é uma região isolada e vazia do ponto de vista demográfico (FRANCHI, 2013), o que suscitava respostas no sentido de integrar e povoar a região como garantia inclusive de ratificar a posse efetiva sobre ela.

Em 1964, é criado o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) Coronel Jorge Teixeira. Sua missão era, e é, criar uma doutrina para ambiente selvático e ministrar estágios e cursos de sobrevivência, operações e guerra na selva, muitos dos quais eram conhecimentos de mateiros, ribeirinhos e indígenas. De outro lado o aumento da presença efetiva na região com a implantação de novas organizações militares (CASTRO, 2006; FRANCHI, 2010), inclusive brigadas inteiras, possibilitou o maior contato com elementos nativos, tanto no cotidiano de vilas e operações, quanto eventualmente na incorporação à tropa.

Conclusões e Perspectivas

A imagem das populações nativas como agressivas foi construída nos relatos de encontros pouco amistosos, com ataques e ocasionais mortes. Também nas descrições das características de cada etnia, onde se destacava a ferocidade de um ou outro grupo em relação aos demais. Até a década de 1970 ainda encontramos relatos com estes elementos. De fato no período militar, quando os BEC ficaram responsáveis pelas aberturas de rodovias de integração na região amazônica (BR-174, BR-319, BR-230, e outras) o contato com tribos se intensificou e ocorreram incidentes. Neste período, os trabalhos dos irmãos Villas-Bôas junto com as frentes pioneiras e as turmas de topografia do Exército estabeleceram uma série de contatos (VILLAS-BÔAS, 2012). A criação do CIGS e a incorporação a tropa de descendentes diretos de indígenas gradativamente minou esta visão, de modo que após os anos 1970 ela desaparecem

dos relatos, o que indica uma ruptura neste tipo de representação pelos militares. De forma paralela, a percepção de que os nativos eram um elo importante para o povoamento do país foi observada durante todo o período abordado, constituindo-se assim uma continuidade de longa duração. Nesta continuidade uma nuance importante indicada nos relatos mais recentes é a miscigenação como um elemento de construção da nacionalidade, neste ponto a presença dos migrantes nordestinos, e outros, ganha destaque.

Desta forma podemos inferir que se houve uma ruptura na visão dos nativos como uma ameaça a percepção destas populações como elementos importantes ao povoamento da região permanece. Esse tipo de enquadramento mental, que atravessa mais de cem anos, deve ser reproduzido nas próximas gerações de militares. Ao estudo cabe uma continuidade da investigação, abordando novas fontes como mídias eletrônicas, jornais e outras plataformas de difusão e reprodução das experiências que possam ser utilizadas pelos militares. Os resultados possíveis até aqui indicam concepções que os futuros comandantes podem ter nas próximas décadas, e que irá parcialmente influenciar a maneira como se relacionam com estas populações.

Referências

- BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon: a integração nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2003.

BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas: As Estratégias Políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília: CGDOC / FUNAI, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DAICON, A. Todd. **RONDON: o Marechal da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FRANCHI, Tássio. A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX. In: **Novos Cadernos NAEA**. V.14, n.1, pp. 21-41, jun. 2001.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. 2013. 333 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

HEMMING, John. **Frenteira Amazônica**. São Paulo: EDUSP, 2009.

HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. pp.101-128.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: a Conquista dos índios Brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2007.

HEMMING, John. **Tree of Rivers: the story of the Amazon**. New York: Thames & Hudson. 2008.

RIBEIRO, Darcy. **Falando dos índios**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010.

ROOSEVELT, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Org.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq, 1991. p. 103-142.

ROOSEVELT, Anna. Lost Civilizations of the Lower Amazon. **Natural History**. February 1989:74-83. 1989.

VILLASBÔAS, Orlando; Cláudio. **Amarcha para o oeste: A epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diretrizes Estratégicas para o Programa Calha Norte (PCN)**. Ministério da Defesa/ Departamento de Política e Estratégia: Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional-1996**. Brasília: Ministério da Defesa, 1996.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional-2006**. Brasília: Ministério da Defesa, 2006.

Fontes (Militares)

ANDRADE, João Walter de. Planos de Desenvolvimento: SUDAM. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et ali*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 149-172. [Coronel]

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Frágil: um pouco da História do nosso Exército**. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1960. [General]

ARRUDA, João Rodrigues. **O Uso Político das Forças Armadas e outras questões militares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [Tenente]

BALIÚ, M. Monteiro. **À Sombra do Inferno Verde (Aspectos de um destacamento de Fronteira: Tabatinga)**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946. [Major]

BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. [Coronel]

BARRETO, Carlos Alberto Lima Menna. **A farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. [Coronel]

BARROS, Glímedes Rego. **Nos Confins do Extremo Oeste: alvorecer do poente acreano**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. [Capitão]

BARROSO, Gustavo. **O Brasil em Face do Prata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952. [1930] [ex-soldado]

BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia Brasileira: Conquista, Consolidação e Manutenção (1616-2002)**. Porto Alegre: Genesis, 2003. [Coronel]

BITTENCOURT, Armando. In: BRAGA, Cláudio da Costa. **A Guerra da Lagosta**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004. [Almirante da MB]

BOITEAUX, Nylson Reis. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.175-196. [Coronel]

BRAGA, Cláudio da Costa. **A Guerra da Lagosta**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 2004. [Comandante Marinha]

BRASIL, Altino Berthier et ali. **Amazônia II**. Rio de Janeiro: Editora Tauari, 2003.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico/Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 1992.

CAMINHA, João Carlos. **História Marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [Vice Almirante]

CAMPOS, Senna. **Logística na Guerra e na Paz**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952. [Coronel]

CARVALHO, Estevão Leitão de [General]. **A Paz do Chaco, como foi efetuada no campo de batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CARVALHO, Ferdinando. **Os sete matizes do Vermelho**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1977. [Gen.]

CAVALCANTI, José da Costa. Integração Nacional: SUDAM/SUDENE. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alli*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. [General]

CHAVES, Omar Emir. **Fronteiras do Brasil (Limites com a República da Colômbia) Os Tratados**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar/Bedeschi, 1943. [Capitão]

CIDADE, F. de Paula. **Notas de Geografia Militar Sul-Americana**. Biblioteca Militar: Rio de Janeiro: 1940. [Coronel]

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. [Tenente]

CUNHA, Euclides. **Um paraíso perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. [Tenente]

Da Gama, Saldanha. **Almanak do Ministério da Marinha**, de 1895 para 1896. 1896. (sem/ref.) (Almirante)

DINIZ, Esteves. **Documentos Históricos do Estado Maior do Exército**. Editora do Estado Maior do Exército. Brasília, 1996. [Coronel]

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas. Vol 1**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. [General]

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas. Vol 2**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. [General]

FILHO, Olympio Mourão. **Reforma para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga Editora, 1969.[General]

FLORES, Mário Cesar. **Bases para uma Política Militar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. [Almirante]

FLORES, Mário Cesar. **Panorama do Poder Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. [Almirante]

FLORES, Mário César. **Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional**. São Paulo: Editora Realizações, 2002. [Almirante]

FREGAPANI, Gelio. **Amazônia 1996, soberania ameaçada**. Brasília: Thesaurus, 1995. [Coronel]

FREGAPANI, Gelio. **No lado de dentro da Selva**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. [Coronel]

GOMES, Anapio. **Radiografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1955. [General]

GOMES, Eduardo. **Campanha de Libertação**. São Paulo; Livraria Martins Editora, 1945. [Major Brigadeiro]

GOYOCHÊA, Castilhos. **O espírito militar na questão acreana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. [1939] [ex-soldado]

GUIMARÃES, Leonan dos Santos; CONCEIÇÃO JÚNIOR. Sistemas de Armas Fluviais para região amazônica. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v121, n. 10-12, pp. 193-204, out/dez. 2001. [Capitão de Fragata]

JÚNIOR, Antônio de Souza. **O Brasil e a 3ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. [General]

LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et ali*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 11-64. [General]

LIMA, Marco Aurélio de Andrade. **A Iniciativa da Bacia do Atlântico: Um risco para o Brasil?** Rio de Janeiro: ESG, 2011. [Comandante de Mar e Guerra]

LIMA, Samuel Ayres de. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.428-443. [Suboficial FAB]

LOBO, Thomaz Thedim. Tecnologia e Desenvolvimento. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alli*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. (Comandante Marinha do Brasil)(necessidade de política de PD nacional)

MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1957. [1ª ed. 1863] [General]

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. [General] [1958]

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [General]

MALAN, Alfredo Souto. **Uma Escolha Um Destino, vida do General Malan D'Angrogne**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]

MARTINS, Marseno Alvim. **A Amazônia e Nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. [Coronel]

MATTOS, Carlos de Meira. (Org.). **Castello Branco e a revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias Militares Dominantes, Sugestões para uma estratégia militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 1984. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Nova estratégia de defesa nuclear: guerra nas estrelas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [General]

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Ato de Fé na Amazônia**. Brasília: Departamento de Imprensa Oficial, 1970. Discurso de 8 de outubro de 1970. [General]

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Ato de Fé na Amazônia**. Publicação da Assessoria Espacial de Relações Públicas da Presidência da República, 1970. [General]

MÉLO, Hildebrando Bayard. **No Exército do meu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987. [General]

MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá (1905)**. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. [General][1ª ed. 1907]

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984. [1964] (Marechal)

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976. [Coronel]

MOURA, Lourival de A [Coronel]. **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. [Brasileira]

MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Palavras de um Soldado**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1971. [General]

NUNES, Richard Fernandez; COSTA, Sergio Aita Dias da; FERREIRA José Maria da Mota; LIMA, Reinaldo Nonato Oliveira; BAPTISTA, Ricardo Ribeiro Cavalcanti;

SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes; COSTA, Jaime Flammarion Santos. **Meio ambiente e Defesa Nacional: Brasil. Coleção Meira Mattos**, Meio Ambiente e Defesa Nacional. v. 1, n. 25. Rio de Janeiro: 1º Quadrimestre 2012. [Tenente-Coronel; Coronel, alunos ECEME/ESG]

OLIVEIRA, Áthila de Faria. **O futuro do Corpo de Fuzileiros Navais e as Ameaças do século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), Rio de Janeiro: 2011. [Coronel]

PEIXOTO, João Baptista (Org.). **Os transportes no atual desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]

PEIXOTO, João Baptista. **Conquista de uma Década, radiografia sócio-econômica do Brasil revolucionário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Artenova Editora, 1975. [General]

PERES, Alberto Lopes. **Antes – Durante – Depois**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. [Brigadeiro] [1970]

PERI, Enzo Martins (Comandante do Exército). **Palestra na A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal**. Brasília 04 de outubro de 2007. **Diário do Senado Federal - Suplemento**. Brasília: 2007. p. 726. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/11/01112007/suplemento/00721.pdf>> Acessado em: 01/10/2009.

PESCE, Eduardo Ítalo. 'Forças Armadas e o Orçamento.' In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro v. 126 n. 04/06 abr./jun. 2006 pp.103-113.

PIMENTEL, Joaquim Silverio de Azevedo. **Episódios militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. [General]

PINHEIRO, Coronel Alvaro de Souza. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Military Review** 1º Trim 1995. pp14-30. (versão em português) [Coronel]

PINHEIRO, Coronel Alvaro de Souza. Guerrilhas in the Brazilian Amazon. **Military Review** 2º Trim 1996. [Coronel]

PINHEIRO, Ênio dos Santos [General]. **À Sombra de Rondon e Juarez**. São Paulo: EDICON, 1985.

PINTO, Lauro Alves. A participação das Forças Armadas na Ocupação da Amazônia. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et alii*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 301-322. [General]

RÊGO, José Luiz Guarany. As Perspectivas da Indústria Eletrônica Nacional. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alii*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. [Comandante Marinha do Brasil]

RODRIGUES, Lysias A. **Brasil Aeronáutico**. Rio de Janeiro: Coleção Brasil, 1944. [Brigadeiro]

RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar Brasil, 1947. [Brigadeiro]

RODRIGUES, Lysias A. **O rio dos Tocantins**. Tocantins: Edição Alexandre Acampora, 2001. [1ª ed 1945; Brigadeiro]

RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943. [Brigadeiro]

RONDON, 1919. [livreto de homenagens quando Rondon assume o posto de General]

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Conferências: Expedição Científica Roosevelt-Rondon e Comissão Telegraphica**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1916.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **História Natural/Ethnographia, anexo nº 5**. Rio de Janeiro: Papellaria Luiz Macedo, 19??.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1946.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil, cabeceiras do Xingu/rio Araguaia e Oiapoque**. Vol. III, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1953.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil, norte do rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1955.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Lectures: Roosevelt-Rondon Scientific Expedition and The Telegraph Line Commission**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger. 1916.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas/sob a direção do coronel de engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Missão Rondon**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1916. – Coletânea de artigos publicados no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro no ano de 1915.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Rumo ao Oeste**. Rio de Janeiro: Biblioteca militar, 1942.

RONDON, Frederico Augusto. **Amazônia Brasileira: problemas regionais**. Rio de Janeiro: Record, 1980. [General]

RONDON, Frederico Augusto. **Pelo Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934. [Brasileira] [Capitão]

ROOSEVELT, Theodore. **Nas Selvas do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de informação agrícola/Ministério da Agricultura, 1948. [1914en; 1922pt]

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em Surdina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (cabo)

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional; O poder executivo[1967] & Geopolítica do Brasil [1980]**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1981. . [General]

SILVA, Nilo Brasília. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.437-445. [Sgt. Esp. FAB]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: Radiografia de um modelo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975. [Coronel][1973]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973. [1ªed. 1945] [Coronel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. [Coronel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Narrativas Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. [Ten Cel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. [Coronel][1945]

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. [Ten. Coronel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. [Ten. Coronel]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Brasil França ao longo de 5 séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Brasil de minha Geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Exército Brasileiro visto pelo seu Ministro**. Recife: Universidade de Pernambuco Imprensa Universitária, 1968. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Organização Política e Administrativa do Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Temas do Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: edição do autor, 1978. [General]

TÁVORA, Juarez. **Organização para o Brasil**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1959. [General]

TÁVORA, Juarez. **Petróleo para o Brasil**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1955. [General]

TAVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 1º - da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. [Marechal]

TAVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 2º - a caminhada no altiplano**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. [Marechal]

TAVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 3º - voltando à planície**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [Marechal]

TRAVASSOS, Mário. **As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca de a Defesa Nacional, 1941. Separata nº 51. [Tenente-Coronel]

TRAVASSOS, Mário. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942. [General]

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (Brasiliana). [1ª ed. 1931] [General]

VARGAS, Getúlio. **Apolítica Nacionalista do Petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **11 de setembro de 2001**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2002. [Vice-Almirante]

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A Amazônia Azul, o ar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. [Vice-Almirante]

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. [Vice-Almirante]

WIEDEMANN, Luiz Felipe. (Coord.). **Brasil: Realidade e Desenvolvimento**. São Paulo: 1977. [4ª edição] [General]

NOTES

1 A concepção de obras bibliográficas e relatos enquanto fontes documentais encontram suporte nas concepções de fontes oriundas da escola dos *Annales* (BURKE, 1992)

2 A opção por limitar as fontes de consulta a obras publicadas, endenda-se livros, é devido ao fato que por meio deste tipo de publicação se alcançava todo o público nacional e não apenas os militares e poucos interessados, no caso das publicações em relatórios restritos, ou revistas militares.

3 Ver: FRANCHI, 2013.

4 Para Braudel, o tempo longo é o tempo estrutural, que se diferencia do tempo conjuntural e dos acontecimentos por sua temporalidade longa, que cria verdadeiras “estruturas mentais” sólidas que atravessam várias décadas, podendo chegar a mais de uma centena de anos. Braudel explica: “Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma visão tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer” (BRAUDEL, 1990, p. 14).

5 Índios do Brasil Vol. I - Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso; Vol. II – Cabeceiras do Xingu/ Rio Araguaia e Oiapoque; Vol. III – Norte do Amazonas;

6 Algumas obras de autoria de militares em que Rondon é citado: BALIÚ, 1947; RONDON, Frederico 1934. 1980; MARTINS (1971); PINHEIRO (1985); FREGAPANI (1995); SILVA, Golbery do Couto, 1981; MATTOS, 1980. 1984. 1990; MOTTA, 2007; BENTO, 2003; BARRETO, 1995.

Manchester Bomb, 1996: Emergency Services, Evacuation & Ethno-Methods

*Andrew P. Carlin, Ph.D.**



Abstract:

This paper is a single-case analysis of “doing security”, using data transcribed from a corpus of tape-recorded interviews. On the twentieth anniversary of the Manchester City Centre bomb of June 15 1996, this paper presents a preliminary discussion of the work of the Emergency Services. At more than 3300lb of fertilizer packed into a lorry, the bomb was the largest terrorist device to explode in Great Britain. Many people’s lives were changed with the explosion, as some suffered severe injuries or, with the extensive damage to buildings, had their livelihoods destroyed. This paper outlines some of the ethno-methods used by members of the police and fire services in the logistical work of searching for the bomb, and in the logistical work of evacuating more than 80,000 people from the vicinity of the device. As an initial move in the analysis of “doing security”, this paper provides background and explication of Harold Garfinkel’s “Documentary Method of Interpretation” in the contexts of receiving coded warnings of a bomb, and the search for the bomb, in Manchester.

Acknowledgements:

The research reported here derives from a project, ‘Euphoria and Dysphoria in Everyday Life’. This project was part-funded by The British Council in an award given to Rod Watson at the Department of Sociology, University of Manchester; and Yves Winkin, at the Laboratoire d’Anthropologie de la Communication, University of Liège. I am grateful to everyone who shared their experiences; and to the Greater Manchester Fire Service for permission to quote from an internal report following the Manchester bombing.

Introduction

The publication of this paper is remarkably timely: it is the twentieth anniversary of the specific incident upon which this discussion is based – the bombing of the city centre of Manchester, United Kingdom, in June 1996. Responsibility for the bomb was claimed by the Irish Republican Army (IRA).

The data resources for this discussion are excerpts from interview accounts between myself and interviewees who were affected by the explosion (Carlin 2006). The nature of their relation to the events of June 15 1996 varied: some were present in Manchester on the day of the bombing; some were not present in Manchester that day, but their routines were adversely affected by the damage caused; some were shopkeepers, who had to vacate their premises which had been destroyed by the explosion; and others, who shall be the focus of the present paper, were members of the emergency services who had been on duty. As it turned out, everyone had a story to tell.¹

A corpus of material was assembled, a mixture of occasioned talk, street or opportunistic interviews that I was permitted to record for research purposes, and interviews by appointment. Most of these interviews were conducted during the month of August, 1997. The study was part of a larger project, which attempted to return to the pioneering ethnographic inquiries of “Larimer Street” in Denver, Colorado, by Edward Rose (1909-2002) and his research team. It coincided with the journal publication of the final report

of the “Larimer Street” inquiries – *The Unattached Society* (Rose, 1997) – and sought methodological coincidence in terms of duration, perspective, and procedure.

The timing of the interviews, following the anniversary of the bombing, afforded the recounting of the events of the day using regularized story formats: what the City Centre had been like before the bomb, and how it had changed subsequent to the explosion. Many interviewees also organized their accounts in terms of where they had been at the time of the explosion, what they had been doing at the time, and how they had accounted for the sound of the explosion – “At first I thought ...” (Jefferson 2004) – frequently discounting “a bomb” as an explanation.

Elsewhere I have examined data from this project as instantiations of members’ practical reasoning procedures as conjoint productions (Carlin 2006); and how stretches of ordinary talk about the explosion exhibited identifiable and recurrent practices (Carlin 2009). For instance, accounting and re-counting, attributing moral credit, normal appearances, dispreferred versions, contested versions, and common sense metrics, were found to be among the common organizational structures within people’s talk in referring to the Manchester bomb.

The analytic resources for this discussion are ethnographic and, as well as building upon Edward Rose’s “ethno-inquiries” (Carlin 2009), they derive from the sociological field of Ethnomethodology. Ethnomethodology was originally

introduced and developed by Harold Garfinkel (1917-2011), who spent much of his academic career at UCLA.

Ratified Information

1. AC: Now I presume you've had experiences of bomb alerts before
1. PC: Erm, all too often, erm. Generally speaking they are (.) hoaxes, erm but of course we have got a system of recognized code-words (.) something which has developed over a period of time and um if we do receive a message which contains a recognized code-word then obviously we have to take it very seriously and erm, react quickly
2. AC: Mm
3. PC: and erm so yeah there's, there's hundreds and thousands of hoax calls but every now and then you get a coded warning and then
4. AC: Mm
5. PC: you know you've got a problem²

Excerpt 1

One of the defining features of the Manchester bombing was the receipt of a warning. There are several aspects of this characteristic, one of which may seem axiomatic: the emergency services actually receive a warning. Regrettably, this is not always the case. Whilst changing "threat assessments" may indicate that there is an increased likelihood of attacks³, the accuracy of information received by security services

in making evaluations of a particular threat assessment level is, unfortunately, realized only on the commencement of an attack, e.g. the explosion of a device.

Second, warnings are subject to "authorization procedures". Authorization procedures alert the emergency services that the warning is genuine, rather than a hoax (Excerpt 1). As the Police Chief outlines above, the emergency services receive a large number of bomb hoaxes; authorization procedures, such as "recognized code-words", are developed and agreed with proscribed organizations and the provision of a recognized code-word enables the emergency services to identify matters of genuine concern from the malicious hoaxes. In effect, the "system of recognized code-words" (Excerpt 1) is a sorting procedure which provides an assurance that information is ratified by the organization delivering the warning.

The identification of matters of genuine concern requires the discernment of "patterns", which will be outlined in this paper. The hoax call/genuine call pairing (or, in the words of the Police Chief, the hoax call/coded warning pair) is amenable to conceptualization as a form of *gestalt contexture*, whereby features of genuine calls are brought into relief *in comparison with* hoax calls. Further, genuine calls – those containing recognized code-words – 'stand out' from the crowd of hoax calls *because* they contain recognized code-words.⁴ In this paper, the *gestalt contexture* of genuine calls or "coded warnings" will be surfaced in terms of the "Documentary Method of Interpretation".

Third, information provided within genuine or “coded” warnings may be vague; even inaccurate. There are two aspects to this in the case of the Manchester bombing: the coded warning contained information that a bomb had been planted within the City Centre. As one of the largest cities in the UK, the warning that a bomb was planted in the City Centre, which is a very large area, could have been more specific. Furthermore, the warning contained information regarding the timing of the detonation, which suggested that the emergency services would have more time to find the device and to evacuate the City.⁵

Having been informed that a bomb had been placed in the city centre, the emergency services were faced with two logistical problems, one of which was contingent on the other. First, they had to locate the bomb. Secondly, they had to evacuate members of the public from the surrounding area; obviously they could not move people to (what was euphemistically called) a “safe distance” without precise knowledge of the whereabouts of the bomb.

This paper is concerned with “doing security”: members’ practical methods for maintaining the security of public space. The premises of the paper relate to what we may call the “primitive recognizability” of visual scenes, such as public spaces within urban environments. As such, this paper makes overlaps between people with reference to the use of various “ethno-methods”: as analysts, specifically sociologists; as members of the emergency services; and as passers-by. The overlaps are provided by shared membership of a culture; and

particularly, by the “attitude of daily life” as described by the philosopher Alfred Schutz.

Harold Garfinkel, who shall be discussed at greater length below, introduced the memorable phrase, “We must suppose that the attitude of daily life operates in the sociological inquiries not only of the members of a society but of professional sociologists as well. Just as sociological inquiries are not confined to professional sociologists, neither is the attitude of daily life confined to ‘the man in the street’” (Garfinkel 1961: 55). This quotation is emblematic of this paper because it is my contention that the techniques of surveillance, for the practical purposes of doing security, are not confined to members of the emergency services but are available as methods of the attitude of daily life by sociologists, the emergency services, and the public. This is not to conceptualize the “sociologist as detective”, to use William Sanders’ (1974) phrase; nor to traduce the skill of members of the emergency services as work that anybody could do.⁶

As Harvey Sacks (1972) suggested, the police operate with different relevancies from members of the public. These relevancies are fostered through training and experience (Bayley & Bittner 1984) – a particular approach to people, to settings, to events, and to members’ accounts of events (Sacks 1972, 1985). The relevancies of police work “[involve] the exercise of an intelligence that comes into its own in communication with the concrete and actual realities of its natural setting” (Bittner 1983: 253). Moreover, as we shall see with the specific case of the search for a bomb in Manchester

City Centre, there were a number of practical contingencies requiring highly trained personnel (such as the evacuation of a large volume of people, in a limited time; the provision of first aid to those who suffered blast injuries; and, as ambulances could not enter the vicinity, the appropriation of vehicles to transport casualties to Accident & Emergency departments of hospitals as quickly as possible).⁷

These caveats in place, this paper shows that the activities involved in “doing security” are not limited to the analysis of web traffic and information flows between networks, or the communications and movements of those identified as ‘persons of note’ (or ‘watch lists’); nor are those activities of “doing security” reducible to theoreticized simulations or the visualizations afforded by CCTV technology (Murukami Wood et al. 2007). “Doing security” is not devolved to threat assessments, as while threat assessments may involve formalizations they are dependent on members’ practical reasoning procedures.⁸ Sometimes, as with the Manchester bomb, “doing security” consists in the attitude of daily life *as well as* the attitudes of emergency services work, in that it trades on practical reasoning of ordinary members in ordinary, and extraordinary, situations.

Categorization and the Provision of Political Background

The background to the bombing may be inferred as a warning to the British Government (at the time it was a Conservative administration, led by the Prime Minister, John Major) that the IRA

had not been disbanded nor defeated, despite the nature of Anglo-Irish relations during that period following the signing of the “Downing Street Declaration” in 1993 by John Major and his Irish counterpart – the Taoiseach of the Republic of Ireland, Albert Reynolds. It may also have signalled that Sinn Féin, the political party which had, in the past, been affiliated with the IRA and maintained informal connections, was not necessarily an intermediary at the diplomatic negotiating table – whatever claims they made to have influence with the IRA, that influence did not extend to preventing members of the IRA planting such a large device in England. However, the roots of the conflict go much further back than this.

It is beyond the scope of this paper to offer a précis of the reasons why the IRA were at war with the UK. This is, in part, because it has been such a contentious issue for so long, for so many people, that any gloss risks causing offence to various ‘sides’.

Moreover, as various authors have articulated, there is an recognizable imbalance in both media accounts of conflict situations, and narratives of nationhood, in the use of asymmetric terms from the “freedom fighter”/“terrorist” gestalt (Anderson & Sharrock, 1979; Sa’di 2007: 304). Lena Jayyusi made the categorial turn not just in relation to members’ contrastive uses of the dichotomized category-pair “freedom fighter”/“terrorist” – what she (Jayyusi 1984: 123) refers to as “disjunctive category sets” – but elaborated this in terms of the categorial implications of the activities,

sites of activities, and moral attributions of such activities. Jayyusi (1984: 7) invites readers to consider the characterization of accounts:

“Terrorists exploded a bomb at a military installation today” versus “Freedom fighters exploded a bomb at a military installation today”.

Jayyusi then seeks to explicate the categorial profiles of these accounts:

“In the first account there is an implied delegitimation of the actions of a group of persons; in the latter, implicatively, there is some form of justification (i.e. for the community of hearers who would avowedly take ‘freedom’ to be a right and ‘terrorism’ to be absolutely condemnable). In each case there is a different account being given of the same action/event (the explosion of a bomb). But further, the character of the location under attack, by implication, is different. In the first, the ‘military installation’ may be taken to be ‘legitimate’; in the second, it could be taken to be intrusive and illegitimate, e.g. an outpost of an occupying power. And in each case the hearer is invited to seek a different explanation and to project an alternative trajectory of events and actions, both prospectively and retrospectively” (Jayyusi 1984: 8)

The categorial profile of accounts is complicated further by the introduction of the term “civilian” (Jayyusi 2015: 280), which implicates both oppositional categories and a “potential continuum” of category-pair parts⁹; or, as Jayyusi elaborates, “there is an embedded contrast with ‘non-civilians’ which may in situ implicate a number of possible further categories: ‘combatants’, ‘soldiers’, ‘the military’, ‘terrorists’ etc.

In other words, two discourse frames – ‘war/violence’ and ‘ordinary life’ – are simultaneously involved. In this mapping, a variety of trajectories for the categorization and location of persons in this environment become available as morally implicative matters” (Jayyusi 2007a: 19).¹⁰

In the light of such concerns, and in accord with a methodological protocol dissuading me from ‘framing’ the conflict along such categorizational contours (the policy of “ethnomethodological indifference” – Garfinkel & Sacks 1970), the background that I provide above is minimal for the practical purposes of contextualization.¹¹

Lessons from the Manchester Bombing

It should be noted that the “headlines” from the Manchester bombing – that it was the largest bomb exploded in a UK city; and, given the size of the explosion, that there were no fatalities – gloss over the immense changes brought about, suddenly, to many people’s lives. While there had been no fatalities, there was a high number of casualties: many of these were caused by flying glass, and the scattering of debris, from the explosion. A large number of businesses were affected by the blast, as buildings were damaged. (Some small businesses were relocated into other parts of the city centre – though the new locations of displaced enterprises were not always favourable to the continued operation of shops.)

However, each of the emergency services was able to realize various changes to their current practices. Given the scale of

the major incident, the non-fatal nature of the event was a source of relief. However, there were casualties and, as such, the Manchester bomb occasioned a review of practices and procedures (Baccus 1986: 24). For example, the emergency response and medical attention to casualties fed into analyses and systematic reviews on the treatment of mass casualties in emergency situations (Arnold et al. 2003; Arnold et al. 2004; Lettieri et al. 2009). For example, and without compromising operational considerations, lessons from the Manchester bombing also included implications for despatching emergency vehicles when major incidents are ongoing, so that emergency personnel and vehicles are not being directed towards congested areas without communication of potential hazards.

One of the most significant lessons learned from the Manchester bombing was the guidance on evacuation and the notion of a “safe distance”, which was problematized with the explosion. Whilst the emergency services moved people back beyond the perimeter designated as a safe distance in procedural manuals, the eventual cordon distance proved insufficient. The police cordon around the bomb was delineated by plastic traffic tape, stretched out at adult waist height, which was in practice seen by the public as a protective line not to be crossed, when of course it was just thin, plastic tape which afforded no protection from flying glass.

Furthermore, the sheer volume of glass-related injuries sustained in the blast

informed recommendations on adequate areas to move evacuated crowds: the explosion was so forceful that it shattered the glass on ornamental canopies over the external concourse at Victoria Railway Station, where people had been standing when the bomb exploded; and brought down the heavy glass roof tiles inside Victoria Station, on top of those people who had been evacuated there.

The Manchester bomb was also instructive for crowd management and people management: not only were representatives of the emergency services faced with obstructions caused by an unwillingness to retreat to a safe distance; it turned out that not everyone who was supposed to have been evacuated from buildings had actually complied with instructions.¹² Of course, in one sense, the emergency services cannot anticipate activities such as persons deliberately evading evacuation orders, or the placement of explosive devices. In September 1999, a series of bombs in apartment blocks in Moscow caused widespread panic. On September 13, the city’s mayor, Yuri Luzhkov, ordered all the residential blocks in the capital to be searched by security forces. Hours after a nine-storey residential apartment block was searched for explosives in the southern Russian town of Volgodonsk, near the borders with the Caucasus, a lorry-bomb was parked outside it.¹³ Robust security measures may assist in these scenarios; however, in cases of complicity among security agencies, as suggested by Dunlop (2014), it seems uncertain how effective any security measures could become.

However, the evacuation phase prior to the detonation of the Manchester bomb was problematic. This was, in part, due to the context of that Saturday morning. It was a particularly hot day (which had implications later in the afternoon, due to the dehydration of members of the emergency services) and the crowds of shoppers had been swelled by it being the last Saturday before Father's Day. More significantly, the crowds were added to by football supporters, comprising a large volume of non-English speaking visitors. June 1996 marked the staging of the Euros, the UEFA international football competition, and many had journeyed into Manchester City Centre to watch screenings of the England versus Scotland match at Wembley, in London. Many more were in Manchester to see Germany versus Russia, at Old Trafford, on the Sunday.

The staging of the football competition meant that members of the Greater Manchester Police Force, *as a force*, were not as concentrated within the Greater Manchester area than usual. Accordingly, even though the police take *de facto* precedence among the emergency services, it was members of the fire service who assumed greater responsibility given the temporary dislocation of the GMP.

From discussions for the project reported in this paper, it was clear that organizational structures were already in place because of the larger number of visitors to Manchester that were anticipated. That is, while the numbers of police officers were limited as they were on duty elsewhere, the command and control structures were in a state of preparation and were activated

with the commencement of the emergency procedure, following the determination of the telephoned warnings as genuine. So, ironically, the preparations for the increased numbers of visitors to the city actually helped to expedite the evacuation.

Whilst the command and control structures were in a state of readiness, the actualization of the evacuation was impeded. Not only were building evacuation procedures dependent upon universal compliance with evacuation orders, as mentioned above and detailed in the internal Fire Service report (Rigby et al. 1996), discussants – in particular, the Fire Chief and the Police Chief – were willing to set on record their dismay (Excerpt 2 and 3) at the public's reaction to orders, for their own safety, to clear the area:

FC: So then there was a mammoth task of evacuating eighty thousand people from the city, a tremendous number of people, er from the city centre (.) and you know when people, you you you're doing cordons and then people doing limbo dances under the tape you know

AC: Hm

FC: to get in "I just want to change this" and "I won't be long" you know "I've just come from Northwich can I just change this" you know. I don't er, °you know° that's the psychology of people I, I, I, I can understand to a certain degree but erm (.) that was quite a mammoth task so ourselves in conjunction with the police embarked on the, the evacuation¹⁴

Excerpt 2

So the police and fire-fighters encountered a situation that was "non-

negotiablely coercible”, whereby “when a deputized police officer decides that force is necessary, then, within the boundaries of this situation, he is not accountable to anyone, nor is he required to brook the arguments or opposition of anyone who might object to it. We set this forth not as a legal but as a practical rule” (Bittner 1970: 41). As such, contingent upon locating the bomb was the evacuation of an unusually large number of people from the City Centre, which involved interactional work (Excerpt 3):

PC: But um one of the biggest problems that we certainly had with the bombing last year (.) um and it’s a social issue, really, and that’s a matter of respect for authority. Um, I I’ve, I’ve used the expression before (.) many of my officers

AC: Aha

PC: used their full repertoire of social skills to try and get people to go because people don’t believe anymore. They don’t respect. So um, people were being asked to move, they were being told to move, they were being shouted at, and some of them were kicked down the road (.) because they wouldn’t leave (.) until there was a very loud bang and then they left

AC: Mm

PC: But of course um it meant that some people could have been much further away um (.) but weren’t and of course one of the big hazards with an explosion of that size is the amount of flying glass. And you know once you get that sort of glass flying then you get a lot of injuries¹⁵

Excerpt 3

A Version of Ethnomethodology’s Program: The Documentary Method of Interpretation

Garfinkel’s project was to explicate the practical reasoning procedures used by members of society in their ordinary activities. One of the ironies of sociology, for Garfinkel, was how these reasoning procedures were specifically theorized out of sociological accounts; yet sociological accounts were dependent on these ordinary reasoning procedures. As formulated by two of Garfinkel’s students, sociology confused matters of topic and resource (Zimmerman & Pollner 1970). Sociology trades upon members’ practical reasoning procedures as resources for sociological studies, when the description and analysis of members’ practical reasoning procedures should be sociology’s topic of study.

The ironicization of members’ practical reasoning procedures inherent within sociological accounts is exhibited in a collection of conference papers from the International Sociological Association annual conference in Stresa, Italy, September 1959. Talcott Parsons, who had supervised Garfinkel’s Ph.D. thesis at Harvard University, presented an overview of the Sociology of Knowledge (Parsons 1961), the problems it provided for society and social science, and how it could be elaborated by his own “Theory of Action” (Parsons & Shils 1951). Parsons sought to differentiate aspects of “ideology” within Mannheim’s work (even re-wording aspects to gain analytic purchase on his differentiations).

In effect, Parsons accepted Mannheim's "terms and determinations", to use Egon Bittner's (2013) phrase, regarding the conceptualization of "ideology" as the core of the Sociology of Knowledge. In so doing, and in advocating the elaboration of Mannheim's conceptualization through his Theory of Action, Parsons ensured that ideology would remain "the sociologist's object", whereby members' reasoning was incidental to a convenient and analytically efficient theoretical schema.

The differentiations that Parsons advocated were cut through using Alfred Schutz's phenomenological distinction between the "natural attitude" and the "scientific attitude", rendering a typology of forms of ideology redundant. In contrast to his supervisor's presentation, Garfinkel (1961) borrows a phrase introduced by Mannheim (1953) in developing his Sociology of Knowledge – the "Documentary Method of Interpretation" – but does not, unlike Parsons, accept the original terms and determinations of the concept. This was a feature of Garfinkel's work, to borrow a "slogan" (Garfinkel & Sacks 1970) but, instead of preserving the accepted terms of use as a slogan, as defined by sociology, he would redeploy the phrase for his own purposes. This both problematized sociology's use of such "slogans" and made available members' phenomena that had hitherto remained absent from sociological investigation. In later writings, Garfinkel (2002) would describe such procedures as "deliberate misreading".

One of the reasoning procedures (or "ethno-methods") that Garfinkel (1961)

identified was the "Documentary Method of Interpretation".¹⁶ In describing the documentary method as a member's practice, Garfinkel borrowed the phraseology of Karl Mannheim's development of the Sociology of Knowledge. However, he rejected its original terms of use in order to reveal activities that members ordinarily use in making sense of situations. Garfinkel's explication of the documentary method of interpretation provides a demonstration of what he meant by the term "reflexivity":

"The method consists of treating an actual appearance as 'the document of', as 'pointing to', as 'standing on behalf of' a pre-supposed underlying pattern. Not only is the underlying pattern derived from its individual documentary evidences, but the individual documentary evidences, in their turn, are interpreted on the basis of 'what is known' about the underlying pattern. Each is used to elaborate the other" (Garfinkel 1967a: 78)

A practical, security related example is provided by the aforementioned report written by security consultants following the campus shooting at Virginia Tech, in 2007:

"If you have concerns about a person or situation, even if you think it may be nothing, you are encouraged to share the information. The information you provide, no matter how trivial it may seem by itself, may be critical to understanding a broader range of problematic or threatening behavior" (Randazzo & Plummer 2009: 124)

This security advice is an activity that members do already, and at an accomplished level. However, the threat assessment model is advocating that a 'prospective' approach to

actions, whereby actions (or “appearances”) could be seen as pointers towards a pattern of *threat*; in effect, to adopt and maintain an attitude that regards *threat* as a potential interpretation and that any actions may be indicative of *threat* to those who are competent to make such judgements. The difference in approach is to recommend that members become “intermediaries” – conduits of indexical particulars rather than “interpreters” of indexical particulars – discounting members’ competences to recognize such indexical particulars of any particular underlying pattern.

The relevance of a family of members’ practices that constitute the documentary method of interpretation is brought out in descriptions not only for pedagogic purposes¹⁷ but also in ethnographic accounts of occupational practice:

“SPC [Suicide Prevention Center] inquiries begin with a death that the coroner finds equivocal as to *mode* of death. They use the death as a precedent by means of which various ways of living in society that could have terminated with the death are searched for and read ‘in the remains’ – in the scraps of this and that, such as the body and its trappings, medicine bottles, notes, bits and pieces of clothing, memorabilia: anything that can be photographed, collected, and packaged. Other ‘remains’ are collected too: rumors, passing remarks, and stories – material in the ‘repertoire’ of whomever might be consulted through the common work of conversations. These ‘whatsoever’ bits and pieces that a story or a rule or a proverb might make intelligible are used to formulate a recognizably coherent, standard, typical, cogent, uniform,

planful, i.e., a professionally defensible, and thereby for members, *recognizably* rational account of how the society worked to produce these remains” (Garfinkel 1967b: 176).

In later work, Garfinkel distanced himself from the documentary method of interpretation;¹⁸ he argued that it was subject to being invoked without the provision of those concrete details of members’ activities which demonstrate its operation:

“The documentary method of interpretation is a convenient gloss for the work of local, retrospective-prospective, proactively evolving ordered phenomenal details of seriality, sequence, repetition, comparison, generality, and other structures. The gloss is convenient and somehow convincing. It is also very powerful in its coverage; too powerful. It gets everything in the world for practitioner/analysts. Its shortcomings are notorious: In any actual case it is indiscriminating; and just in any actual case it is absurdly wrong” (Garfinkel 2002: 113).

Within ethnomethodological studies, this does not mean that the documentary method of interpretation has been redacted. Indeed, it is arguable that Garfinkel’s assertion (originally made in 1996) was not only premature but neglected the embedding of the documentary method of interpretation within members’ work, that was occasioned in particular professional settings, and was described in meticulous detail in studies of their work, e.g. on radiographers’ collaborative readings of mammograms (Slack et al. 2007); on librarians’ classification of bibliographic materials (Watson & Carlin 2012; Ikeya

1997); on the interrogation of suspects by the police (Watson 1990).

That is to say, instead of characterizing such work as a “rehabilitation” of the documentary method of interpretation in specific settings rather than as a tool for generalized descriptions, as Garfinkel presaged, analyses of the documentary method of interpretation have always been, and still are, ongoing features of the ethnomethodological program. On top of these are Liberman’s exquisite demonstrations of Garfinkel’s commitments to phenomenological work (Liberman 2007) and how members use the documentary method of interpretation in and as of practical activities, e.g. playing board games, and coffee tasting (Liberman 2013).

Furthermore, Garfinkel failed to acknowledge the pioneering development and elaboration of the concept by Michael L. Williams, who disambiguated rival forms of the documentary method of interpretation in particular settings, in terms of the “discovery model” of the documentary method of interpretation; and the “creation model” of the documentary method of interpretation (Williams 1975). The purview of Williams’ concerns addresses precisely the concerns that Garfinkel had expressed over its “undiscriminating” nature.

Williams suggests overlaps between practitioners (police officers) and analysts (sociologists and criminologists) not only in their use of the documentary method of interpretation, as members of society, but in their use of a particular version of the documentary method of interpretation – the “discovery model”:

“The “discovery model” reflects the perspective of the police. Police officers assume that there are persons labelled criminal, who commit acts forbidden by law, and that the location and circumstances of offenses make the collection of evidence a difficult task. Despite the enormous problems faced by the police they believe that if they maintain a systematic investigative attitude they can, in fact, discover evidence.

Though researchers who rely on a “discovery model” certainly have different interests than the police, their basic assumption is remarkably similar to that of the police. The basic assumption of the “discovery model” is that evidence exists independently of the searching by the police officer. Though the officer may be extremely ingenious in locating evidence, “discovery” analysts and the police acknowledge that “it was there all the time.” The implication of this assumption is that proper indicators can be prescribed which enable the officer to more efficiently discover evidence.” (Williams 1975: 4-5)

For example, Tom Thurman describes how explosive devices on airliners are hidden within an everyday object, for example, a radio – known as the “internal container”; which is carried onto the plane within another object, often a suitcase – known as the “external container”. Describing meticulous, forensic search of debris from the Lockerbie bombing in 1988, Thurman outlines how sufficient items were recovered in order to identify the materials used in the attack:

“Following an intensive ground search for debris from the explosion, sufficient quantities of the suitcase containing the bomb were recovered to permit a

conclusion that not only was the suitcase manufactured by Samsonite, but from the locking mechanism recovered, it was not manufactured for the U.S. market but the overseas market. But that is not all. A fragment of the internal container of the bomb was recovered to permit the unquestionable conclusion that the internal container was a Toshiba BomBeat radio, Model RT-SF 16. So, yes, materials can be found. The investigator must have the determination to find them.” (Thurman 2006: 143)

One of the ‘operative’ facilities of the discovery model of the documentary method of interpretation, for Williams, is the nature of “evidence”. In the discovery model, evidence is found through the application and diligence of police procedures. Yet it is this, the nature of “evidence” that, for Williams, magnifies a difference in members’ ethno-methods, which he terms the “creation model” of the documentary method of interpretation:

“In contrast to the “discovery model” the “creation model” assumes that evidence exists as evidence because of and through police “searches” for information. Thus, through their activity the police are viewed as creating the evidence they seek. From the perspective of the “creation model” the issue of whether objects or events exist prior to their “discovery” is not relevant, however. What is relevant is that the specific meaning of those objects or activities is created when they are perceived as signs representing underlying patterns of behavior. From the “creation” perspective meaning is continually accomplished through the employment of situated practices by members of society.” (Williams 1975: 6; emphasis supplied)

Williams’ advancement of the documentary method is highly significant for ethnomethodology, and for the study of members’ practices vis-à-vis the practices of sociology; however, because it was never published it is rarely cited (*pace* Watson 1990) and its implicativeness for sociological description remains unacknowledged. In formulating the documentary method of interpretation as a unitary phenomenon rather than constituted by rival models, as used by members in situ and by sociologists in writing up sociological accounts, Garfinkel had provided for the very insufficiencies he later identified.

In Manchester, the coded warning received by the emergency services provides for an underlying pattern, that there is a bomb in the City Centre.

One of the interesting features of members’ use of the documentary method of interpretation is how underlying patterns and indexical particulars are reciprocal and mutually elaborative. The coded warning received by the emergency services is also, then, treatable as an indexical particular and provides an underlying pattern. Among the volume of hoax calls, the coded warning is brought into sharp relief by the presence of a recognized code-word. Information provided in the coded warning is thus “authorized” as *credible* information; even if, as outlined earlier, the specificity of the information is not completely accurate. The coded warning, as an indexical particular, is thus *accountable* and *admissible* in that the instantiation of a coded warning is in and of itself justification for any actions taken by the emergency services subsequent to its

receipt. A warning that there was a bomb in the City Centre would not be justification for the evacuation of people from the buildings and pavements of the City Centre. A coded warning that there is a bomb in the City Centre, however, does justify the decision by the emergency services to evacuate the City Centre.

Indeed, as a chronology of events leading up to the explosion shows, this is precisely what happened. From 09.43 hours on Saturday 15 June 1996, warnings were received by institutions including North Manchester General Hospital, Manchester Evening News, and Granada Television Studios, that there was a bomb in the City Centre. This information was passed to the Police Service and the Fire Service and, according to an internal report (Rigby et al. 1996: 2), “[b]y 09.50 hours the Police were convinced this was a genuine call” and the emergency procedure was activated. As suggested above, while information within such warnings may not be entirely accurate, the information is treated as “good enough” information for the practical purposes of activating the emergency procedure. As such, while information may not be completely trustworthy, it is *trustworthy enough*; furthermore, in contrast to the foliage of hoaxes, information is coming from a trusted source.¹⁹

However, the justification to evacuate the City Centre is further predicated upon the identification of the lorry, parked on Corporation Street, as the external container of the bomb. Identifying the lorry as the bomb, and observing the appearances of the lorry, enables a common-sense estimation of the size of the bomb that it contains.²⁰

Normal Appearances

In accounting for versions of “Ethnomethodology’s Program”, this paper moves from elucidation of the documentary method of interpretation to Harvey Sacks’ (1972) notion of “normal appearances”. In the case of the search for a bomb in the City Centre of Manchester, we may note that the “normal appearances” of the urban environment of Manchester was used in and as of the documentary method of interpretation. That is, the “normal appearances” of familiar objects and familiar settings (Driessen 1997) were recognized as indexical particulars of an underlying pattern – that there is a bomb in the City Centre. As such, this paper looks at members’ practices (or “ethno-methods”) not as discrete, analytically distinct entities but as reflexively constituted, mutually elaborating practices of sense-assembly.

As soon as Greater Manchester Police realized that the coded warnings were genuine, activating the emergency procedure, the search for the bomb in the City Centre began (Excerpt 4). The logistical problems facing members of the emergency services were, through and through, problems of competent membership. In locating the bomb they were trading upon the ordinary, everyday, recognition procedures not just of police work but of members’ work.

FC: at that juncture because they just said there was a bomb within the city now A we didn’t know whether we’ve had smaller bombs we’ve had sent little incendiary devices we didn’t know what we were looking for. Was it was it small was it large

AC: There've been bombs in litter bins haven't there?

FC: absolutely it could have been absolutely anywhere. So nobody really knew it was like looking for a needle in a haystack really²¹

Excerpt 4

In a subsequent conversation, another discussant told me about occasions in which they, similarly, were engaged in attending to the “normal appearances” of a setting (Victoria Railway Station in Manchester City Centre). An extended extract is reproduced (Excerpt 5): this procedure allows readers to adjudge whether “relevant” passages are only relevant through having been decontextualized, i.e. whether the provision of “sense” or interpretation is an analyst's achievement. Also, readers may adjudge whether, or indeed to what extent, the quoted remarks have been elicited.

1. AC: Can I just ask then has the place changed for you?

1. FRANK: Changed? Oh yeah it's changed. It's er, it's er I mean for a start er immediate change if you like is not being able to get your sandwiches like you used to do.

:

:

1. FRANK: It's it's (.) yeah, so there are changes. There are, there are changes that have taken place that you haven't really realised they've changed, but they have, they've been definite changes to the way we go about our working lives. And of course it meant changes within the station because our security

awareness went up. Er, right up until the cease fire of the IRA recently

1. AC: Hmm

1. FRANK: er, whenever there was er er the security level went up, as advised by the [], we started doing er (.) hourly checks of the station. (.) We already check the station anyway but

1. AC: Hmm

1. FRANK: we went to hourly checks whereby we actually detach staff a member of staff to actually walk the station. And it's the car park, and round the building, round, round and round the building kind of thing just to look and see if there's anything suspicious. Packages (.) er, we have curtailed the parking of cars on the front, station front. All kinds of things. You know, it it it the these are changes that we never did before

1. AC: Hmm

1. FRANK: I mean, some of the initial changes with the (.) er the troubles with the IRA of course was the loss of er lost property offices in pl in major railway stations. Erm, (.) the lockers went because it's their favourite place to stick a bomb you know what I mean

1. AC: Hmm

1. FRANK: I mean you didn't all you'd need was a quid or something just stick in the thing, open it up shove it in (.) erm, but right to the point now we, we can have a security alert and the first you know about it is when you see all the BT police coming round to sweep the station

1. AC: °Hmm°

1. FRANK: And then you'll be instructed

then that there's that that staff-wise you've got to do your own sweeps, every hour twenty four hours of the day and night

1. AC: Mm

1. FRANK: And we've done about four of them, since the bomb

1. AC: Right

1. FRANK: We've actually been involved (.) when I say four (.) talking maybe, first one I think lasted about five weeks (.) where we actually combed the station day and night. We had members of staff going (.) just walking round

1. AC: °Hmm°

1. FRANK: To all intents and purposes it was just walking round but they were actually walking round to see that there was nothing suspicious, and that no, er, bags or whatever had been left lying about

1. AC: °Hmm°

1. FRANK: But I've been in, a couple of times there's been a few false alarms

1. AC: °Hmm°

1. FRANK: not where we've sent for the bomb squad but where we've (.) taken that taken the necessary action to sort it

1. AC: °Hmm°

1. FRANK: and then discovered it was nothing

1. AC: °Hmm°

1. FRANK: and then went back. (.) erm (.) the last one we did lasted about should have lasted a week went on for three. And then we had the ceasefire and we ceased to do it, we're not (.) we still check the station, don't don't get me wrong, it's erm, the []

on duty still has his daily he he he has a a check of the station, usually three times on his shift. He'll he'll check out the station anyway as a matter of course

1. AC: Right

1. FRANK: Er, we had er, all kinds of directives from the thing about advising the staff, that's train crew, drivers and everybody basically to be more alert to watch what's going on round about them. Er, those are still in force. There was there was a there was although I would be willing to say that people have since the ceasefire have eased off in that

1. AC: °Right°

1. FRANK: Erm, (.) yeah there, so there was a, there was quite a lot of changes

1. AC: Hmm

1. FRANK: to the, to the way we did things

1. AC: Right

1. FRANK: apart from physical changes to the nature of the surroundings round about. Oh yeah. (.) I would definitely say there was²²

Excerpt 5

In Line 34, we see that – in Schutzian terms as outlined at the start of this paper – the relevancies or attitude is changed: “And of course it meant changes within the station because our security awareness went up”. The subsequent passage then details how the new attitude towards “security awareness” implicates heightened attention to the “normal appearances” of familiar settings, in Frank's case, Victoria Railway Station.

Sacks' "normal appearances" are coherent with the documentary method of interpretation. For instance, at Line 40 – "Erm, (.) the lockers went because it's their favourite place to stick a bomb you know what I mean" – Frank produces an occasioned phrase reminiscent of Sacks' observation that "For the police, objects and places having routine uses are conceived in terms of favorite misuses. Garbage cans are places in which dead babies are thrown, schoolyards are places where molesters hang out, stores are places where shoplifters go, etc." (Sacks 1972: 292).

Furthermore, here we can see the ethnomethodological significance of Michael Williams' (1975) disambiguation between the use of discovery and creation models of the documentary method of interpretation. Recognizing "normal appearances" provides for the re-interpretation of indexical particulars in that members are competent to realize how ordinary settings and ordinary objects manifest incongruities; i.e. members are able to recognize "that looks normal" and, contrariwise, "that does not look normal". It is the recognition of incongruity which enables members to "see through appearances", to borrow Williams' phrase.

Conclusion

The evacuation of more than 80000 people from buildings, pavements, shops, and shopping centres, was not just a logistical feat, then. As both the Fire Chief and the Police Chief confirm, ensuring that people moved away from the lorry to

what, from previous experience, had been deemed to be a "safe distance" from a bomb, involved interactional work (by individual fire fighters, police officers, and security guards).

This paper has outlined the development and enhancements of Harold Garfinkel's notion, the "documentary method of interpretation". It has formulated the documentary method of interpretation as one of a family of "ethno-methods" that are used in the activities of "doing security". These activities are routinely accomplished by members of the emergency services and members of the public – indeed, these activities are indices of competent society membership.

This paper has described how sequences of activities within emergency procedures – in this specific case, the identification of a bomb warning as a *ratified* bomb warning; and the subsequent search for an explosive device within the city – are available for analysis as aspects of the documentary method of interpretation. While the relevancies of emergency work cohere with the Schutzian attitude of daily life, they are not reducible to it. However, this paper also shows that Garfinkel's distancing from the documentary method of interpretation did not account for the versions of the documentary method of interpretation identified by Michael Williams. Moreover, both the discovery and creation models of the documentary method of interpretation are operative in the emergency procedures implicated in and triggered by a coded warning.

References

- Anderson, Digby C. & Sharrock, Wesley W. 1979. "Biasing the news: Technical issues in 'media studies'" *Sociology* 13(3): 367-385.
- Arnold, Jeffrey L., Halpern, Pinchas, Tsai, Ming-Che, Smithline, Howard 2004. "Mass Casualty Terrorist Bombings: A comparison of outcomes by bombing type." *Annals of Emergency Medicine* 43(2): 263-273.
- Arnold, Jeffrey L., Tsai, Ming-Che, Halpern, Pinchas, Smithline, Howard, Stok, Edita, Ersoy, Gurkan 2003. "Mass-casualty, terrorist bombings: Epidemiological outcomes, resource utilization, and time-course of emergency needs (Part I)." *Prehospital Disaster Medicine* 18(3): 220-234.
- Baccus, Melinda D. 1986. Multipiece truck wheel accidents and their regulations. In H. Garfinkel, ed. *Ethnomethodological Studies of Work* London: Routledge & Kegan Paul: 21-58.
- Bassetti, Chiara 2014. "Resisting at the airport: Security guards among TIP and 'unruly' passengers" Paper presented at the Organization Studies Summer Workshop, May 21-24, 2014 – Corfù, Greece.
- Bassetti, Chiara, Ferrario, Roberta, Campos, Maria Luiza M. 2015. "Airport security checkpoints: An empirically-grounded ontological model for supporting collaborative work practices in safety critical environments" Proceedings of the ISCRAM 2015 Conference, May 24-27 - Kristiansand, Norway. <http://iscram2015.uia.no/wp-content/uploads/2015/05/14-3.pdf>
- Bayley, David H. and Egon Bittner. 1984. "Learning the skills of policing." *Law and Contemporary Problems* 47(4): 35-59.
- Bittner, Egon. 1970. *The Functions of the Police in Modern Society*. Rockville, MD: National Institute of Mental Health, Center for Studies of Crime and Delinquency.
- Bittner, Egon. 1983. "Technique and the conduct of social life." *Social Problems* 30(3): 249-261.
- Bittner, Egon. 2013. "The concept of organization." *Ethnographic Studies* 13: 175-187.
- Bittner, Egon. 2013. "Some elements of methodical police work." *Ethnographic Studies* 13: 188-194.
- Boden, Deirdre. 1994. "Talk, text and history: President Kennedy and the Mississippi Crisis." In D. Crowley and D. Mitchell, eds., *Communication Theory Today*. Cambridge: Polity Press.
- Bogen, David, Michael Lynch. 1989. "Taking account of the hostile native: plausible deniability and the production of conventional history in the Iran-Contra Hearings." *Social Problems* 36: 197-224.
- Carlin, Andrew P. 2006. "Observations on features of a research interview." *Ciências Sociais Unisinos* 42(3): 177-188.
- Carlin, Andrew P. 2009. "Edward Rose and linguistic ethnography: An Ethno-Inquiries approach to interviewing." *Qualitative Research* 9(3): 331-354.
- Driessen, Jon J. 1997. "Worldly interpretations of a suspicious story." *Ethnographic Studies* 2: 3-15.
- Dunlop, John B. 1998. *Russia Confronts Chechnya*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dunlop, John B. 2014. *The Moscow Bombings of September 1999*. Stuttgart: Ibidem.
- Else, Christopher, Mair, Michael, Smith, Paul V. and Watson, Patrick G. 2016. "Ethnomethodology, conversation analysis and the study of action-in-interaction in military settings." In: Alison J. Williams, Neil Jenkins, Rachel Woodward, Matthew F. Rech, eds., *The Routledge Companion to Military Research Methods* Abingdon, UK: Routledge: 180-195.
- Garfinkel, Harold 1961. "Aspects of the problem of common-sense knowledge of social structures." *Transactions of the Fourth World Congress of Sociology, Milan and Stresa 1959, Volume IV The Sociology*

of Knowledge International Sociological Association: 51-65.

Garfinkel, Harold 1962. "Common-sense knowledge of social structures: The documentary method of interpretation" In: *Theories of the Mind*, edited by Jordan M. Scher. New York: The Free Press: 689-712.

Garfinkel, Harold 1963. "A conception of, and experiments with, 'trust' as a condition for stable concerted actions" In: *Motivation and Social Interaction*, edited by O.J. Harvey. New York: Ronald Press: 187-238.

Garfinkel, H. 1967a. *Studies in Ethnomethodology* Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Garfinkel, H. 1967b. "Practical sociological reasoning: Some features in the work of the Los Angeles Suicide Prevention Center." In: E.S. Shneidman (Ed.) *Essays in Self Destruction*. New York: Jason Aronson: 171-187.

Garfinkel, H. 2002. *Ethnomethodology's Program: Working Out Durkheim's Aphorism*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.

Garfinkel, H. and H. Sacks. 1970. "On formal structures of practical actions." In: *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*, edited by J.C. McKinney and E.A. Tiryakian. New York, NY: Appleton-Century-Crofts: 337-366.

Ikeya, N. (1997) *The Practical Management of the Social Stock of Knowledge: The Case of an Information Giving Service*. Unpublished Ph.D. thesis, University of Manchester.

Jayussi, Lena. 1984. *Categorization and the Moral Order*. London: Routledge & Kegan Paul.

Jayussi, Lena. 2007. "Between saying and showing: Making and contesting truth claims in the media." *Ethnographic Studies* 9: 19-43.

Jayussi, Lena. 2015. "Discursive cartographies, moral practices: International law and the Gaza War." In: *Law at Work:*

Studies in Legal Ethnomethods, Edited by Baudouin Dupret, Michael Lynch, and Tim Berard. Oxford: Oxford University Press: 273-298.

Jefferson, Gail 2004. "'At first I thought'". In: Gene H. Lerner, editor, *Conversation Analysis: Studies from the First Generation* Amsterdam: John Benjamins: 131-167.

Lettieri, Emanuele, Masella, Cristina and Radaelli, Giovanni 2009. "Disaster management: findings from a systematic review." *Disaster Prevention and Management* 18(2): 117-136.

Lieberman, Kenneth L. 2007. *Husserl's Criticism of Reason: With Ethnomethodological Specifications*. Lanham, MD: Lexington Books.

Lieberman, Kenneth L. 2013. *More Studies in Ethnomethodology* Albany: SUNY Press.

Lynch, Michael. 2009. "Ethnomethodology and history: Documents and the production of history" *Ethnographic Studies* 11: 87-106.

Mair, Michael, Elsey, Chris, Watson, Patrick G. and Smith, Paul V. 2013. "Interpretive asymmetry, retrospective inquiry and the explication of action in an incident of friendly fire" *Symbolic Interaction* 36(4): 398-416.

Mannheim, Karl. 1953. "On the interpretation of Weltanschauung" In: *Essays of the Sociology of Knowledge* New York: Oxford University Press: 53-63.

Murakami Wood, David, Lyon, David and Abe, Kiyoshi 2007. "Surveillance in urban Japan: A critical introduction" *Urban Studies* 44(3): 551-568.

National Commission on Terrorist Attacks. 2004. *The 9/11 Commission Report*. Washington DC: W.W. Norton & Company.

Parsons, Talcott. 1961. "An approach to the Sociology of Knowledge." *Transactions of the Fourth World Congress of Sociology, Milan and Stresa 1959, Volume IV The Sociology of Knowledge* International Sociological Association: 25-49.

Parsons, Talcott & Shils, Edward A. 1951. *Toward a General Theory of Action*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Randazzo, Marisa R. and Plummer, Ellen. 2009. *Implementing Behavioral Threat Assessment on Campus: A Virginia Tech Demonstration Project* Blacksburg, VA: Virginia Polytechnic Institute and State University.

Rose, Edward 1997. "The Unattached Society." *Ethnographic Studies* 1: xv-43.

Sacks, Harvey 1972. "Notes on police assessment of moral character". In: David Sudnow, ed. *Studies in Social Interaction*. New York: Free Press: 280-93

Sacks, Harvey. 1985. "The inference-making machine: Notes on observability." In: Teun Van Dijk, ed. *Handbook of Discourse Analysis Volume 3: Discourse and Dialogue* London: Academic Press: 13-23.

Sa'di, Ahmad H. 2007. "Reflections on representations, history, and moral accountability" In: Ahmad H. Sa'di & Lila Abu-Lughod, eds, *Nakba: Palestine, 1948, and the Claims of Memory* New York: Columbia University Press: 285-314.

Sanders, William B. 1974. *The Sociologist as Detective: An Introduction to Research Methods* New York: Praeger.

Slack, Roger, Mark Hartwood, Rob Procter and Mark Rouncefield 2007. "Cultures of reading: On professional vision and the lived work of mammography" In: Stephen Hester, David Francis, eds. *Orders of Ordinary Action: Respecifying Sociological Knowledge*. Aldershot: Ashgate: 175-93.

Watson, D.R. 1990. "Features of the elicitation of confessions in murder interrogations" In: George Psathas, ed. *Interactional Competence*. Washington: University Press of America: 263-296.

Watson, R. 2009. "Constitutive practices and Garfinkel's notion of trust: Revisited." *Journal of Classical Sociology* 9(4): 475-499.

Williams, Michael L. 1975. "Seeing through appearances: procedures for 'discovering' criminal activity" Presented at a Conference on Ethnomethodology and Conversation Analysis, University of California, Santa Barbara.

Zimmerman, Don H. and Pollner, Melvin. 1970. "The everyday world as phenomenon." In: Jack D. Douglas ed. *Understanding Everyday Life* London: Routledge and Kegan Paul: 80-103.

NOTES

¹ This is not 'reducible' to a Sacksian phenomenon regarding stories, where members designed stories to be relevant to a substantive topic, namely, the Manchester bomb. When reviewing the corpus of interview accounts it is notable how each member of the interview cohort was able to provide, in exquisite detail, precisely how their Saturday had been affected by the bomb; or, how they encountered the fact of the bomb even if they were not first-hand witnesses of the explosion; or, how their personal and/or professional lives were affected subsequent to the explosion.

² Excerpt from interview, 10 September 1997. AC = Andrew Carlin; PC = Police Chief.

³ For a schematic of "threat assessment levels", see <https://www.gov.uk/terrorism-national-emergency/terrorism-threat-levels>

⁴ In Garfinkelian terms, a genuine warning thus appears as an "animal in the foliage" (Garfinkel 2002).

⁵ Whilst this discrepant timing may be attributed to the controlled explosion by the bomb squad, the inaccuracy of information within coded warnings was much more consequential two years later in the Omagh bombing of August 1998.

⁶ For example, I would not suggest that doing searching for lesions on mammograms, which involves recognizing and distinguishing masses as objects from masses as objects of concern, is anything but a highly technical, highly skilled activity (Slack et al. 2007); nor, that the operation and participation in teams of security personnel within "safety critical environments" (Bassetti et al. 2015) such as the airport security checkpoint (Bassetti 2014), searching for suspect materials prior to boarding planes, is available to everyone through the Schutzian attitude of daily life.

7 At this juncture, in contextualizing the activities of members of the public vis-à-vis trained personnel, it is worth quoting *The 9/11 Commission Report*, which found that whilst the immediate reaction to the events “was not conducted in accord with pre-existing training and protocols”, this was not to be taken as evidence of a failing in military systems of the Northeast Air Defense Sector (NEADS): “It was improvised by civilians who had never handled a hijacked aircraft that attempted to disappear, and by a military unprepared for the transformation of commercial aircraft into weapons of mass destruction” (National Commission on Terrorist Attacks 2004: 31).

8 For example, it is evident from materials drawn up for the purposes of conducting threat assessments (Randazzo & Plummer 2009) that “behaviors of concern” are used as indicators of, or pointers to, the possibilities of *threat*. While such materials have been produced by “security consultants”, the practical operation of such guides are, through and through, matters of competent membership of society (Garfinkel 1967). (See below.)

9 Such a continuum was also operative in the rhetorical presentation by political parties opposed to Sinn Féin, who, rather than naming Sinn Féin, took to describing them as “Sinn Féin / IRA”, to emphasize the connections between them and, importantly, as a concerted attempt to establish, in the eyes of the electorate, the inseparability of support for Sinn Féin from support for the IRA.

10 It is of note, also, that the “variety of trajectories for the categorization and location of persons ... become available as morally implicative matters” in instances of ‘friendly fire’ in conflict situations. A perspicuous case of this occurs with the consideration of a cockpit video and the accounting of actions within the video by expert witnesses at a coroner’s inquest (Else et al. 2016; Mair et al. 2013).

11 There are topics that sociologists should resist temptation to enter, rather than providing partial and simplistic accounts of complex, contested and reticulated issues. There is scope for sociological analysis of the iterative properties of historical accounts, as demonstrated elsewhere (Boden 1994; Bogen & Lynch 1989; Lynch 2009). However, I leave the accounting for the context of the Manchester bomb to the field of Irish History.

12 These individuals were subsequently trapped by blast damage and in some cases suffered severe injuries (Rigby et al. 1996).

13 Although in the particular case of Moscow, it is instructive to compare accounts of internal security

by John Dunlop, published before (Dunlop 1998) and written after (Dunlop 2014) the Moscow apartment bombings of 1999.

14 Excerpt from interview, 30 August 1997. AC = Andrew Carlin; FC = Fire Chief.

15 Excerpt from interview, 10 September 1997. AC = Andrew Carlin; PC = Police Chief.

16 An expanded version of this presentation was published the following year (Garfinkel 1962); and a slightly amended version of the 1962 publication is included in his collection of papers, *Studies in Ethnomethodology* (Garfinkel 1967a). The focus of his ISA presentation is the documentary method of interpretation as a member’s method of practical reasoning. However, in *Studies in Ethnomethodology* Garfinkel also went on to outline a number of practical methods, such as “ad hocery”, that members use for dealing with ordinary and extraordinary occurrences.

17 Such as offering explananda regarding what the documentary method of interpretation is, and how it is seen to work: “The method is recognizable for the everyday necessities of recognizing what a person is ‘talking about’ given that he does not say exactly what he means, or in recognizing such common occurrences and objects as mailmen, friendly gestures, and promises” (Garfinkel 1967a: 78).

18 Garfinkel had already dropped the encapsulation, “The documentary method consists essentially in the retrospective-prospective reading of a present occurrence so as to maintain the constancy of the object as a sensible thing through temporal and circumstantial alterations in its actual appearances” (Garfinkel 1961: 64) from his subsequent iterations (Garfinkel 1962, 1967).

19 For considered extensions of Garfinkel’s (1963) early treatments of trust, see Watson (2009).

20 CCTV footage was released via social media in February 2016, shows the lorry containing the bomb parked on Corporation Street, the moment of the explosion, and its aftermath: https://www.youtube.com/watch?v=i_IuHA5DKGY&feature=youtu.be

21 Excerpt from interview, 30 August 1997. AC = Andrew Carlin; FC = Fire Chief.

22 Excerpt from interview, 19 August 1997. AC = Andrew Carlin; Frank = Railway station manager. Colons between Lines 2 and 3 indicate a long, missing block of talk.

A Guerra Ofensiva aos “Botocudos Antropófagos” nas Minas Oitocentistas e seus Significados para a Nacionalidade Brasileira em Formação: Uma Abordagem Comparativa¹

*Izabel Missagia de Mattos**

Resumo:

O alvorecer do século XIX foi palco de extrema violência de Estado contra os indígenas habitantes dos sertões dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, assim como em meados do século XIX seriam para os povos do Pampa e Patagônia na Argentina e no Uruguai. Estes cenários de guerra e conquista de fronteiras internas permaneceram nos imaginários nacionais dos países latinoamericanos em formação em uma escala de longa duração, por meio da construção de narrativas sobre as nacionalidades. A proeminência do papel da “mestiçagem” para a ideia de Brasil – ao contrário da Argentina, que consagrou o extermínio dos indígenas enquanto fundamento de uma nacionalidade branca e civilizada – entreteceu não apenas as pautas de uma política civilizacional nos sertões como marcou também estratégias indígenas por sobrevivência, em meio àquele cenário beligerante e de expansão de fronteiras.

Palavras-chave: Antropologia e História Indígena; Identidade Nacional; Pacificação

Abstract:

On early XIXth Century there were a number of violent conflicts against the indians from the valleys of Rio Doce, Rio Mucuri and Rio Jequitinhonha, in Central Brazil, as in mid-XIX Century it has happened to the indians from La Pampa and Patagonia in Argentina and Uruguay. These conquest war settings across the inner borders of Latin American countries remained for a long time on the national imagery of these South American countries, through the construction of narratives about their nationalities. The prominence of the idea of “mestiçagem” for the narratives regarding Brazilian identity – differently than it has been in Argentina, where the genocide of the indians were regarded as the grounds for a white, civilized nationality – has fostered the civilizational policies in Brazilian wilderness as well as the indians’ strategies for survival in a context of war and territorial expansion.

Keywords: Indian Anthropology and History; National Identity; Pacification.

* Professora Associada de Antropologia (ICHS/PPGCS/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

Introdução

Ao longo do século XIX, nações latino-americanas foram concebidas e consolidadas em meio a ideários republicanos. No caso do Brasil, no entanto, os sentidos de pertencimento à nacionalidade brasileira foram construídos no decorrer do período Imperial por meio da elaboração de alguns de seus principais mitos fundacionais, para os quais contribuíram reflexões de caráter historiográfico e literário - cujos interesses recaíam com frequência sobre o interior do país e suas populações desconhecidas². Com isso, as regiões de sertão passaram, inclusive, a serem simbolicamente retratadas de modo a fornecerem fundamentos para uma brasibilidade autêntica e capazes de conferir identidade ao “nacional”.³

Por lançarem luz sobre os diferentes projetos de nação, ancorados em imagens sobre os indígenas ao longo dos processos de expansão nacional nas regiões de fronteira, as comparações das relações entre políticas indígenas e estatais na América espanhola e portuguesa tornaram evidentes os profundos significados conferidos aos eventos abordados ao longo deste artigo enquanto processos de larga duração, dada a propagação de seu conteúdo ideológico, constantemente reeditado como verdadeiros mitos de fundação de nacionalidades nas narrativas sobre os países enfocados. As bases histórico-etnográficas que constituem o eixo da comparação proposta serão os processos de negociação de paz com os *Botocudos*⁴ nas Minas Oitocentistas e os *tratados de paz* celebrados pelos militares na ao longo das campanhas de *conquista do deserto* a partir de em meados do século

XIX na região conhecida como Cone Sul do continente americano, envolvendo setores da Argentina, Chile e Uruguai⁵

Etnógrafos interessados em compreender processos de “pacificação” sobretudo no mundo contemporâneo, vêm enfocando as tecnologias de poder por meio das quais os Estados tentam “manejar” e “pacificar” populações “rebeldes”, transformando em “sujeitos legais do estado” aqueles sujeitos situados em suas margens, seja por meio da força ou da “pedagogia da conversão”.⁶ Ao longo dos processos de “pacificação” dos povos indígenas nas Minas Oitocentistas, acompanhados a seguir, o uso combinado de violência militar e pedagogia de conversão será largamente observado.

O foco da presente reflexão recaía originalmente sobre os contextos de celebração de “tratados de paz” entre povos indígenas e o estado no Brasil Imperial, tendo como principais fontes os relatos do político mineiro Teófilo Benedito Otoni⁷ - que concebeu e dirigiu a Companhia de Comércio, Navegação e Colonização do Mucuri (1847-1861) guiado por um ideário liberal de instauração de novas relações de liberdade no processo de conquista do “centro da mata”, onde fundaria sua Filadélfia (atual cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais). No entanto, em que pese a excepcionalidade dos relatos em tela, tais contextos ofereceram possibilidades comparativas com os “tratados de paz” congêneres na América espanhola, seja no período colonial ou republicano - sobre os quais abundam referências em fontes diversificadas⁸, diversamente da América portuguesa, sobretudo no período imperial.

É importante lembrar que, no caso brasileiro, as diretrizes políticas que envolveram os indígenas, desde a reforma pombalina, de fato visaram a promover a mestiçagem nos sertões coloniais. O Diretório dos Índios, de 1757⁹ - inspirado na legislação de 1755 que estabelecia a liberdade dos indígenas - incentivava a presença de não indígenas nas aldeias, para “acabar com a odiosa separação, entre uns e outros”. Segundo a Provisão de 17/10/1653 e pela Lei de 12/9/1663, os índios deveriam ser administrados pelos seus próprios chefes, denominados “principais” da aldeia; o Diretório, no entanto, passou a considerar os índios incapazes e instituir sua administração por meio de tutela¹⁰.

A partir das décadas finais dos Setecentos, as “bandeiras” palmilharam os sertões do rio Doce, e seus relatos fornecem importantes elementos para as representações sobre os indígenas¹¹ e o território de fronteira a ser conquistado, considerado - tal como o deserto argentino - antítese da civilização, e por isso *vazio*.¹² Ampliar a escala temporal deste estudo para períodos anteriores aos trabalhos da Companhia do Mucuri pareceu essencial para a contextualização das narrativas sobre os indígenas *mansos* ou *selvagens*, capaz de tornar mais eloquentes as diferenças entre os projetos de nação em jogo, bem como os significados das concepções sobre “pacificação” dos indígenas existentes em seu bojo.

A retórica do indigenismo na história iberoamericana, de fato, configurou a imagem do *índio* relativamente às sociedades nacionais - na medida em que dela se aproxima ou se afasta -, seja como elemento ne-

cessário para “resgatar” de forma romântica um passado supostamente “original” e aliado das potências colonizadoras europeias, seja para construir distâncias entre o “índio ideal” - no bojo da nova e distinta nacionalidade - e o “índio real” - para ser combatido ou absorvido.

Tal binômio classificatório pode ser considerado como dispositivos do saber e poder do indigenismo, implicando, por exemplo, na categorização e atribuição de etnônimos e lugares para os indígenas. Sob a égide de tais classificações operadas pelo indigenismo nos espaços e *complexos fronteiriços* configurados nas margens do Império - onde grupos diversos estabeleceram relações relativamente estáveis, ainda que sob um contexto de lutas - passaram a ser produzidos “efeitos de etnificação e territorialização”,¹³ de certa forma coincidentes com o conceito de “pacificação indígena” aqui desenvolvido.

Focando e contrastando os processos de guerra e negociação de paz nas fronteiras denominadas Sertões do Leste, em Minas, ao longo do Século XIX, e o ocorrido na região pampeana no mesmo período, os significados das violentas campanhas contra os indígenas, bem como a negociação de alianças pacíficas celebradas com o intermédio de algumas de suas lideranças, evidenciam *processos de territorialização* concebidos, no âmbito das políticas coloniais, como apropriação do espaço, controle dos caminhos e estabelecimento de uma ordem jurídica orquestrada pelo Estado nacional.

A seguir serão examinadas as táticas de guerra e ocupação da região conhecida

sertões do leste,¹⁴ passando pelos processos de mediação e mestiçagens entre indígenas e colonizadores, detendo principalmente sobre as detalhadas descrições legadas por Guido Tomás Marlière,¹⁵ Teófilo Benedito Otoni e Frei Ângelo de Sassoferrato,¹⁶ respectivos diretores das principais instituições de fronteira ali estabelecidas, a saber: as Divisões Militares do Rio Doce (1808-1839); a Companhia de Comércio, Navegação e Colonização do Mucuri (1847-1861) e o Aldeamento Missionário Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri (1873-1911). Para fins de comparação, abordaremos ainda alguns aspectos das campanhas de *conquista do deserto*, no que diz respeito ao ideário nacional na Argentina, bem como na guerra contra os *charruas*, no Uruguai, para, em seguida, tecermos algumas considerações finais.

A Guerra Ofensiva aos “Botocudos Antropófagos” dos Sertões do Leste

O século XIX no Brasil pode ser caracterizado por sua diversidade: em primeiro lugar, por ter sido palco de três regimes políticos distintos, uma vez que teve início na Colônia (até 1822) e terminou na República (1889), tendo ainda passado pelo Império em sua maior parte; em segundo lugar devido ao contraste entre áreas de colonização mais antigas com frentes de expansão coetâneas, como era o caso dos sertões aqui enfocados. Sendo assim, a relação dos povos indígenas com o Estado, por meio das políticas indigenistas, não poderia deixar de refletir todas estas disparidades.

Vários argumentos jurídicos foram utilizados para que o príncipe regente D. João VI, no mesmo ano em que desembarcou com a Corte portuguesa no Brasil, viesse a decretar a Guerra Justa (1808-1831) contra os “botocudos antropófagos” dos Sertões do Rio Doce.

O que poderia justificar esse tipo de guerra contra os indígenas, se eram considerados seres humanos como os demais em seus direitos? Para o jurista espanhol Luís de Molina (1535-1600), o argumento residiria na própria injustiça das guerras já cometidas entre si pelos “bárbaros”, como a antropofagia¹⁷. Segundo ele, este tipo de declaração de Guerra era considerada legítima em casos como as comunidades africanas por ele apresentados, nas quais os reis seriam “tirânicos, governando com trapaças e não admitindo recurso judicial das suas decisões”.¹⁸

Considerando a tese do historiador português A. Hespanha, a justiça real não poderia disciplinar os conflitos em todos os domínios coloniais portugueses, bastando, para isso, “intervir o suficiente para lembrar a todos que, lá no alto, meio adormecida mas sempre latente, estava a *suprema puniva potestas* do rei. Tal como o Supremo Juiz, o rei devolvia aos equilíbrios naturais da sociedade o encargo de instauração da ordem social”.¹⁹ Sendo assim, como refletiu V. Moreira, a Guerra Justa serviria ao Império Ultramarino “para lembrar a todos – portugueses, luso-brasileiros, escravos, libertos, índios, pardos, mestiços, pobres e ricos – a potência do poder real”.²⁰

Por outro lado, a noção de uma *autoridade negociada*, introduzida por Jack

Greene²¹ para referir-se às permanentes negociações necessárias entre o poder central e os locais na América Inglesa capazes de viabilizar a governação do reino, também parece iluminar o contexto e a oportunidade do Decreto de Guerra Ofensiva contra os Botocudos Antropófago,²² se tivermos em mente que *entradas* e *bandeiras* ocorriam espontaneamente, sem a existência do decreto, de acordo com os interesses dos potentados locais.²³ Segundo a argumentação de Greene, o poder local passaria a tecer a autoridade real nos espaços periféricos, na medida em que - por meio de um pacto tecido pela negociação - tornava-se seu representante.

O Decreto de Guerra constituía também uma Junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação do Rio Doce, ficando a ocupação daqueles *sertões* ordenada por meio de Divisões Militares, as quais - devido às escassas possibilidades de comunicação com o comando central - viriam a constituir unidades estáticas com relativa autonomia para a organização de *bandeiras* de combate aos indígenas. Para estimular o cumprimento daquela missão, foram oferecidas honrarias e gratificações aos que apresentassem melhores resultados em termos de mortes e capturas. O restabelecimento da servidão indígena também passou a ser previsto e legalizado pelo Decreto.

Para os novos centros de povoação e “civilização” estabelecidos naqueles sertões - também conhecidos como presídios - seriam levados criminosos, degredados e tipos aventureiros com interesses em explorar as riquezas e a mão-de-obra indígena. Segundo o historiador H. Espíndola, que

estudou detidamente facetas da economia e da política envolvidas na conquista dos sertões do Rio Doce, “oportunistas de todo tipo, jagunços, garimpeiros, prostitutas, fabricantes de aguardente, taberneiros, canoeiros do comércio de sal, tropeiros”, passaram a penetrar aqueles sertões”.²⁴

Os processos de negociação com os indígenas levados a cabo por gente tão “bárbara” - como chegou a denunciar um dos governadores da capitania de Minas, Diogo de Vasconcelos - com os povos genericamente chamados de Botocudos no rio Doce, coincide com o processo de fixação e sedentarização dos indígenas conhecida, segundo os termos coevos, como de seu “aterramento”. São esses processos de negociação que interessam à presente investigação, uma vez que podem ser concebidos como proposta e prática de “pacificação” dos indígenas, e que passaremos a enfocar.

Pacificação, Mediação e Mestiçagens nos Sertões

Em outubro de 1812 circulavam na imprensa da Corte resultados das medidas adotadas para a “civilização” dos indígenas do Rio Doce. O Jornal *O Investigador Portuguez em Inglaterra* ou *Jornal Literário, Político, Etc.* publicou um excerto destas notícias com o seguinte preâmbulo:

Os artigos seguintes, que extrahimos das Gazetas do Rio de Janeiro Nos. 100, e 101, mostram o feliz resultado das providencias decretadas S.A.R. o Principe Regente Nosso Senher para a civilização dos índios, e quanto o Governo do Brazil se empenha

e no promover a prosperidade daquelles vastos Estados.²⁵

Esta notícia, além de defender a Guerra Ofensiva, ironizava, ainda, o “systema de brandura, de soffrimento, e de humildade”, que “por affectação de princípios Philantropicos” teriam causado grandes despesas da Real Fazenda e... sacrificio das vidas e das culturas dos Vassalos de S.A.R”. Além disso, reconhecia “o grande proveito que se tem colhido das Sabias, Luminosas, e Paternaes Providencias de S.A.R. a bem da Civilisaçãodosíndios, como o estabelecimento das Divisoens Militares em todo o immenso terreno occupado por Naçoens Salvagens, que unicamente se occupavão em destruir nossas culturas, em assassinar, e devorar nosso compatriotas...”²⁶

O “systema adoptado na Carta Régia de 13 de Maio de 1808” passaria, então, a ser exaltado em seus resultados relativos à pacificação por meio da alusão aos novos estabelecimentos levantados “nestes vastos Sertões: abrem-se estradas para a communicação dos povos; apparece a barbara Nação dos índios Xamixunas pedindo a paz, e sujeitando-se a viverem em Aldeas debaixo de nossas Leis”.²⁷

As negociações em torno dos termos da “pacificação” (ou rendição) dos indígenas em suas relações junto às Divisões Militares do Rio Doce, passarão a ser aqui examinados sobretudo por meio dos escritos do francês Guido Tomás Marlière (1767-1836).

Após ter sido revogado o decreto de Guerra em 1831 –cujo período foi marcado por ações declaradamente genocida –, as negociações de pacificação dos indígenas refugiados nas matas do Mucuri

seriam retomadas pelo politico de ideias republicanos Teófilo Benedito Otoni, por ocasião da implantação de sua Companhia de Comércio, Navegação e Colonização do Mucuri (1847-1862).

Talvez por ter sido acusado em 1811 – ainda que posteriormente inocentado – de ser espião de Napoleão Bonaparte, ou quem sabe ainda por seu declarado anticlericalismo, Marlière aceitou ser transferido em 1813 para o presídio de São João Batista, nos *sertões* do rio Pomba, em missão de pacificar conflitos entre índios e fazendeiros. Experiências como essa, acumuladas ao longo de uma década, acabaram por lhe valer a nomeação para inspetor de todas as Divisões Militares do Rio Doce (DMRD). Entre 1824 e 1829 foi o comandante-geral das DMRDe diretor-geral dos índios de Minas de Minas Gerais.²⁸

Com sua nomeação, a “civilização” dos indígenas enquanto política pública em Minas passaria finalmente a ser pautada nos trâmites institucionais – ainda que apenas concebida unicamente por meio da convivência forçada com os “brasileiros”, proposta como medida capaz de promover sua sedentarização (ou “aterramento”).

Na passagem abaixo, Marlière revela como naquela guerra foram adotadas práticas fratricidas, na medida em que foram abrigados, nos quartéis, tropas de soldados indígenas que passavam a atacar povos inimigos, liberando, assim os territórios para os colonos interessados em povoar aquela zona de fronteira.

... levarão a vingança à hum exesso q’ não esperava: mataram o Chefe dos Puris chamado Igir, e me trosuserã os despojos

delle, e vários pares d'Orelhas do inimigo vencido – intentando eu por fim à essa Guerra desastrosa, e repugnante – mandei Offerecer a paz aos Puris pelo modo usitado entr'os Índios, o qual he pendurar nas suas picadas mallócas de Espigas de Milho: quando o que quer a paz come o Milho, então ella está feita; aliás o deixa ficar...²⁹

Por meio das Divisões Militares foram exercidas a tutela dos índios e a função de polícia, a edificação de capelas e cemitérios, além da concessão de sesmarias e arruamentos das povoações. Cada guarnição estava obrigada a abrir clareiras e fazer grandes plantações em locais estratégicos, estabelecendo e controlando novos pontos de colonização e rotas de circulação. Os aldeamentos, assim estabelecidos nos quartéis ou presídios, não eram concebidos como “reservas indígenas”, mas como estágio do processo de atrair e *aterrar* o índio. Marlière afirmava que era preciso “renunciar absolutamente ao projeto de estabelecer populações inteiramente compostas de índios”.³⁰

Ao longo de todo o período em que esteve no comando das Divisões Militares do Rio Doce – entre 1824 e 1829 foi Diretor Geral dos índios de Minas Gerais –, Marlière defendeu a ideia que os índios não deviam ser combatidos por chumbo mas com “grãos de milho”.³¹ Sendo assim, o militar insistiu na política de fazer daqueles postos de fronteira, centros de provisão de alimento para os índios onde haveria roças, sobretudo de milho e mandioca.

Com efeito, segundo aponta A. Bushnell,³² a segurança alimentar constitui um dos principais pilares da garantia de

autonomia política dos povos em região de fronteiras. Aquela zona de espessas florestas - da qual os ameríndios foram não apenas exímios conhecedores, atribuindo-lhes significados capazes de alimentar tanto sua vida social como simbólica, aos poucos tornara-se insuficiente para suprir os povos que lá habitavam, sendo frequentes os relatos sobre a situação de fome que padeciam. Além disso, represálias dos colonos, que entravam “nos matos” para “caçarem”, eram armadas sob alegação dos “roubos” efetuados pelos indígenas em suas plantações e animais³³.

Como consta na correspondência oficial de Marlière, tanto quanto em seus artigos amiúde publicados no Jornal *O Abelha* de Ouro Preto, além de promover o aldeamento dos indígenas atraídos pelas roças de milho e mandioca, o militar francês denunciava o uso indiscriminado de aguardente que agravava seriamente as condições dos indígenas sob o jugo militar. Na passagem abaixo, Marlière disserta sobre o caráter etnocida deste método amplamente adotado na “pacificação” dos indígenas nos aldeamentos sob o jugo militar.

Hé a peste das Aldeias, o meio infallivel de introduzir os Índios a todo equaq. exesso de se matarem huns aos outros q, estão to m inebriados, e de perderem o resp. e subordinação a q. os governa. São tos immensos os exemplos dos funestos eff. desta perniciosa droga. — Os Índios a troca della dão mulheres, e filhas aos indignos Contractadores. (...) p. experiência própria, visto 30 Indios Jornaleiros meus, largarem oa te ' Serviço p. irem beber agoar. em Caza de hum viz.o, q. a vendia te r clandestiname., isto não sem prejuízo delles, e meu; p. q.' não tendo dinhr.o,

vendem p. beber as ferramentas próprias, e as alheias, o q.'tudo se lhes aceita, e se esconde. Em os Arraiaes frequentados pelos Índios naturaes da paragem como Prezidio de S. João Bap., e Pomba, a duas Sodomas, q.' vivem de roubos feitos aos Índios, q.' p. satisfazer aos preceitos da Religião, em os dias festivos bem vestidos, e sahem nus despidos pelos Taverneiros, q.' são hum em cada caza, e os lanção depois de bêbados na rua aonde morrem apopleticos, ou esmagados pelos Carros, e Cavallos dos passageiros... ³⁴

A relação entre pacificação e administração de bebidas alcóolicas nos aldeamentos entre os Botocudos pode ser observada até mesmo na segunda metade dos Oitocentos na administração dos missionários capuchinhos ali estabelecidos na década de 1870. Na missão do Itambacuri, com efeito, seriam aplicadas diversas das práticas “leigas” aprendidas com os sertanistas experientes nas relações com os Botocudos para “amansá-los”, tais como a mestiçagem mais facilmente combinada com o esbulho de terras. O termo “amansador de índios” ainda encontra-se presente na memória indígena da região para referir-se ao trabalho dos primeiros intérpretes (os “línguas”).

A ideia e a prática de negociação de pacificação dos Botocudos do Doce comportou tanto seu “aterramento” – instituindo nesses novos territórios novas formas de identidades, tanto quanto de mestiçagens, seja nas concepções coevas – voltadas para a mistura de “raças”, seja do ponto de vista do simbólico, que interessa por seus significados identitários.

Com efeito, esforços governamentais/ coloniais para controlar e administrar

povos de origens diversificadas, atribuindo-lhes etnônimos e territórios, podem ser observados na documentação da Secretaria de Governo - onde se instalava a Diretoria Geral dos Índios da Província de Minas - bem como na dos missionários responsáveis pela catequese aos seus superiores.³⁵

Instituições de fronteira - como foram as Divisões Militares do Rio Doce - podem surgir de “imposições arbitrárias”. No entanto, por intermédio delas, sujeitos históricos passaram a estabelecer, concretamente, uma gama diversa de relações. Na prática, configuraram espaços onde os poderes também precisavam ser negociados, assim como leis e regras, e onde mestiçagens ocorreram em dimensões culturais e políticas, econômicas e “étnicas”.

Importante ressaltar que nesses locais surgiram diversos núcleos sociais que se transformaram em cidades nos estados de Minas e Espírito Santo. Nos relatos de origens de tais cidades é comum a presença de figuras memoráveis de indígenas, celebrizados por suas demonstrações exemplares de “pacificação”, verdadeiros ícones da mestiçagem enquanto fundamento da nacionalidade brasileira. Ainda que as origens indígenas dessas localidades tendam ao apagamento, a construção contemporânea dos relatos acerca dos indígenas memoráveis têm a dizer sobre alguns dos mitos que fundamentaram ideias sobre a nacionalidade brasileira.

As peculiaridades da organização militar nas Minas Gerais do período oferecem oportunidades para perceber como os indígenas e mestiços ali inseridos

nos baixos níveis de hierarquia não viveram apenas a experiência de uma instituição punitiva, já que as possibilidades oferecidas no interior de sua rede abria possibilidades para o exercício de agenciamentos tanto individual quanto coletivo de seus poderes subalternos³⁶. A questão da chefia entre os indígenas em relação às forças militares também não é sem importância. Esta relação foi especialmente enfocada por De Jong (2007) ao longo da experiência da “conquista do deserto” na Argentina. Em uma carta redigida em 1863 por um Tenente Coronel do Exército, encarregado da Campanha contra os Índios, ao Ministro de Guerra, a tática de celebração de acordos com cada “cacique”, separadamente, é defendida como método eficaz para a conquista territorial da região ao sul do rio Salado, Província de Buenos Aires. “É de se presumir” – dizia então ao Sr. Ministro - “que da primeira impressão se terá em vista os enormes gastos ... que nada serão em comparação do que se ganha celebrando a paz enquanto se vai conquistando a terra, que será útil para formar povoados e aumentar a riqueza del país”.

Para isso importava, segundo o Tenente Coronel, reconhecer a separação e independência de cada um dos caciques do “Chefe principal, seja Calfucurá ou outro para os atrair como súditos do Governo nacional, ainda que para isso seja preciso fazer alguns gastos a mais dos que já são feitos.³⁷

Ainda que, no caso ameríndio, o papel do líder político se encontra frequentemente relacionado a uma série de outros elementos simbólicos e sociais, uma vez envolvido

em situações de aldeamento militar, no entanto, este líder passaria a receber a alcunha de “capitão”, transformado em uma espécie de mediador oficial entre os mundos indígenas e o Estado. Nos quartéis, técnicas disciplinadoras como o tronco e a palmatória – abertamente defendidas por G. Marlière, eram utilizadas principalmente para inculcação – tanto nos soldados como nos capitães indígenas – do sentido de subordinação e hierarquia.

Segundo a correspondência de Marlière, esses capitães – a despeito de não usarem roupas e desconhecerem o dinheiro – recebiam soldos, títulos de terra e outros documentos em seus nomes. Eram de muita serventia para conquistar povos ainda “isolados” nas matas e alguns deles ficaram célebres, como Pokrane, afilhado de Guido Marlière. Ainda assim, diversos casos de indisciplina foram reportados por Marlière, quando seus soldados refluíam para as matas levando armamentos e equipamentos, passando a guerrear com outros grupos e raptar crianças para o tráfico.

Podemos observar nessa zona fronteira os processos de mestiçagem e interpenetração de interesses e práticas, bem como perspectivas cotidianas dos próprios sujeitos - colocados, de um lado, em situação inóspita com o próprio ambiente dos presídios e, de outro lado, populações retiradas de seu ambiente cultural e inseridas em uma relação de dependência - de melhorarem suas condições de vida e trabalho. Importante ressaltar que ao longo desse processo e nesses locais híbridos surgiram diversos núcleos sociais transformados em cidades ao longo do Rio

Doce e Jequitinhonha, nos atuais Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Em um interessante ensaio que examina a figura de tais mediadores que atuaram, inclusive, como agentes na representação de interesses indígenas no âmbito da Corte, J. Bieber acompanha trajetórias como as do soldado indígena Inocêncio - investido “capitão dos índios Maxakali”, pelo próprio monarca D. Pedro em sua primeira visita à Corte no ano de 1920 - e seu irmão Felipe, ambos servindo na Sétima Divisão, sediada em Minas Novas; além dos soldados falantes da língua botocuda Simplício, Norberto e José, situados na Quinta Divisão.³⁸ A autora destacou a visibilidade conferida ao papel dos intermediários indígenas nos registros documentais do período que estaria relacionada ao contexto da independência, uma vez que a efetiva liderança de tais representantes indígenas nos sertões passaria a representar ameaça de instabilidade política.

A trajetória mais bem documentada acompanhada em sua investigação foi a do Maxakali Inocêncio, que chegou a redigir uma longa e surpreendente petição, que angariou apoiadores importantes, em prol da demissão do alferes Julião Fernandes Leão da direção da Sétima Divisão Militar do Rio Doce,³⁹ na qual o acusava de “Leão carniceiro” e de “trabalhos diabólicos”. Ao final, Inocêncio lograria seu intento, tendo sido Julião Fernandes Leão, inclusive, transferido para o Espírito Santo.⁴⁰

Pouco após a independência, em 1824, Inocêncio e seu irmão Filipe seriam acusados de insubordinados e desertores, tendo sido presos a mando de Marlière, que

sobre ele escreveu que era “Inocêncio, mas nada inocente”.⁴¹

O mesmo ocorreria com Simplício e Norberto, importantes intermediários entre o Estado e os índios. Chegaram a ser presos algumas vezes pela mesma acusação de insubordinação e deserção, porém sempre retornaram a seus postos nos quartéis militares, quiçás por suas imprescindíveis habilidades linguísticas e culturais no comando das divisões militares.

O Mucuri no “Centro da Mata”

Após a devastação dos vales do Jequitinhonha e Doce – inseridos da região mais ampliada denominada Sertões do Leste – ocorrida pela ocupação militarizada, o vale do Mucuri – que não havia passado pelo “aterramento” do indígena promovido pelos destacamentos militares - permaneceria como a última fronteira. Além dos povos de fala Maxakali e Botocudo, o Mucuri passou a receber um fluxo constante de lavradores pobres e ex-escravos deslocados de outras regiões da Província ou mesmo do nordeste do país, movidos pela valorização da terra e sua ressemantização enquanto lugar de promissoras riquezas.⁴² Inúmeros foram os relatos sobre indígenas que se associaram aos pioneiros em empreendimentos diversos, como o de aberturas de matas e estabelecimento de povoações. A associação de um grupo Botocudo denominado Aranã a uma família de pioneiros, conhecida como Pêgo, foi bastante registrada por sua resistência ao aldeamento oficial, militar ou religioso.⁴³

Em sua chegada àquela zona, em 1838, Teófilo Otoni descreve sua primeira tentativa “humanitária” de estabelecer a paz com os Botocudos, após descrever as barbaridades protagonizadas pelos soldados (inclusive indígenas) sob o comando das divisões militares.

A principal dificuldade para a execução, ou ao menos ensaio deste systema, estava em chamar á pratica e convivencia os filhos das selvas, e em convencer-os de que havia com effeito um novo processo de catbequese que não empregava a polvora e bala, nem tinha por fim roubar-lhes os filhus.⁴⁴

Uma ocasião na qual os indígenas resolveram, finalmente, “capitular”, foi atribuída por Otoni apenas ao medo que sentiam dos soldados que o acompanhavam em sua “bandeira”. Para demonstrar que estavam dispostos à conversa, passaram a entregar seus filhos aos integrantes da bandeira. Apesar da disposição “amigável” do político, este encontro somente ocorreria passados cinco anos do início das atividades da Companhia do Mucuri, quando ele dizia reconhecer que “era habitado o paiz” atravessado pela Companhia.⁴⁵

O estabelecimento de relação de amizade com os Giporoks nesta ocasião – em que ele considerou tratar-se de um “tratado de paz” possibilitaria os estudos do terreno entre Santa Clara e Filadélfia. “Quando eu lhe recommendei que não fizesse mal aos christãos e que ficasse manso” – disse Ottoni, então, a Gyporok – “respondeo-me com emphase — Fiquem mansos vocês que nós estamos tão mansos como kagados”.⁴⁶

O reconhecimento de estar invadido um “paiz alheio” tomou parte, inclusive

judicialmente, dos termos de autorização com os indígenas para a fundação da Companhia naquele território onde ele fundaria sua Filadélfia (hoje cidade de Teófilo Otoni), em um claro sinal de reconhecimento e admiração aos tratados de paz celebrados entre os primeiros habitantes da Pensilvânia e os indígenas existentes quando de sua fundação, no século XVIII.

As primeiras conferencias entre mim e os Nacknenukes tiveram lugar no dia 4 de Agosto de 1852, no mesmo lugar que hoje occupa a minha querida Philadelphia...

Os primeiros cumprimentos que fiz aos Nacknenukes forão uma larga distribuição de toucinho, farinha e rapaduras.

Os Nacknenukes acharão-se em força de mais de 100 arcos. Um dos presentes era Poton -cacique de uma das tribus que occupão o ribeirão do Poton, legoa e meia abaixo de Philadelphia. Estavão tambem Ninkate e Timotheo caciques de uma mesma tribu que habita no Santo Antonio.⁴⁷

...
Timotheo, Ninkate, Poté, Poton, Chrispim, Krakatan, ínhome, Filippe, etc, são caciques das diversas tribos da confederação dos Nacknenukes que occupão os valles do alto Todos os Santos, Mucury do Krakatan, Poté, e Mucury do fóra. É gente que já está toda fixada no solo em que foi encontrada em 1852⁴⁸.

...
Para acautelar o futuro desta pobre gente o Sr. A. Ottoni na qualidade do Director dos Índios, registrou-lhes as posses que elles occupavão, e entre outras a de um dos principaes confluentes do Poton, onde existia o aldeamento. Os selvagens ficarão sabendo que era aquelle confluente do Poton, que lhes ficava exclusivamente pertencendo.⁴⁹

Sobre o destino das terras concedidas aos indígenas e seus descendentes mestiços, o caso descrito por D. Joaquim Silvério de Souza em 1902, parece exemplar. Em seu relatório das “visitas pastorais” realizadas entre 1902 e 1907, há uma interessante nota acerca do surgimento do povoado de Malacacheta, que toca às suas origens indígenas. A passagem abaixo aborda o destino de uma aldeia indígena conhecida como Pontarat, dos Macuni, na região de Alto dos Bois, revelando mecanismos que redundaram no desaparecimento da terra indígena nos oitocentos:

Apadroeira tem patrimônio doado por um índio, Domingos Felisberto (era mestiço). O documento que dá fé deste patrimônio está no arquivo eclesiástico de Capelinha. Ainda vive o índio doador. ... Estive com este índio mestiço, já de barba branca, mas cabelos bem negros. Facilmente se reconhece nele a origem indiana.⁵⁰

Em outubro de 1850, o ministro e secretário do Estado responsável pela “Catequese e Civilização” dos índios enviou a todos os diretores gerais dos índios um ofício circular, no qual, além de remeter exemplares da Lei de Terras, esclarecia sobre a conduta recomendada para o destino das terras indígenas. Datam, com efeito, de 1850, tanto o fim do tráfico negreiro como a Lei de Terras, que passou a considerar “devolutas” todas as terras que não se encontrassem titulada por particulares e/ou sem uso reconhecido como público. O pressuposto de inferioridade racial do indígena e do mestiço seria expresso na distribuição desigual das terras, considerando que uma política imigratória consistente era inaugurada sob a Lei de Terras. De acordo com G. Seyferth,⁵¹

a partir de então, os imigrantes estrangeiros, considerados mais aptos para a colonização do país, ocupariam as terras “devolutas” expropriadas dos ocupantes tradicionais, permanecendo os “índios civilizados” à margem do processo de colonização.⁵² No âmbito político e acadêmico, as principais discussões sobre a história ou sobre o futuro da nação passariam a circular em torno da temática central da mestiçagem e seus efeitos.

A estratégia da mestiçagem “racial”, para “amansar” o temperamento indígena e promover a construção de uma nação “mestiça” e apta para a indústria movida por “braços aclimatados” (e não mais por escravos negros) seria abertamente adotada pelos missionários diretores do Aldeamento Central Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri.

É preciso ressaltar, no entanto, que o projeto de “pacificação pela mestiçagem” concebido e levado a cabo pelas autoridades políticas e militares da nação, trouxe, em seu bojo, malogros observáveis em situações e práticas dos aldeamentos indígenas, nos quais, com frequência, eclodiram episódios de fugas e “rebeldias” por meio de estratégias não raramente “mestiças” no que diz respeito às múltiplas possibilidades de interpretações e sentidos conferidos pelos indígenas à sua situação histórica.

O discurso catequético revela, no fundo, a impraticabilidade da conversão dos Botocudos, considerados “incorrigíveis” em seu pensamento “supersticioso”. O “amor pela vida errante” e “aversão ao trabalho fixo” por parte dos indígenas, levavam os diretores do Itambacuri a afirmar

que “enquanto houvesse mata haveriam correrias de índios”, sendo sua civilização dependente do completo “descortínio” da floresta. A entrada de “brasileiros” no território nunca demarcado da missão tornou-se, assim, estratégica, cabendo aos “caboclos pioneiros”, com seu “trabalho mestiço”, a responsabilidade pela abertura de novas áreas agriculturáveis na região.

Os Tratados de Paz e a Conquista do Deserto

Interessante perceber como os contextos independentistas – podemos considerar Marlière e Teófilo Otoni imbuídos de valores claramente republicanos - iriam influenciar, também no sul Argentina, o processo de nomeação de líderes indígenas para a negociação de tratados de paz com os povos “confederados”.

A temática da conquista do deserto tornou-se célebre nos mitos da nacionalidade, vinculada à memória dos indígenas na região do pampa. Porém, nesse caso, apenas a derrota dos indígenas passou a ser celebrada e mitificada, para que a nação argentina passasse a ser concebida como branca, civilizada, e livre dos “malones” – que eram os assaltos praticados pelos indígenas nos assentamentos dos primeiros povoadores da região do pampa – tanto na Argentina quanto no Uruguai -, nos quais se abasteciam de mercadorias e, com alguma frequência, também raptavam mulheres. Sem dúvida, uma narrativa cheia de simbolismo civilizacional.

A narrativa nacional no Uruguai, por sua vez, como mostra S. Merenson,⁵³ é marcada por sua suposta “excepcionalidade”

na América Latina. O relato do país como a “Suíça da América” indica uma superioridade no contraste com os demais países latinoamericanos considerados “atrasados” pela presença de indígenas e outros problemas relacionados à pobreza e marginalidades socioculturais. No entanto, se tomarmos alguns exemplos historiográficos, como a “Matança de Salsipuedes”, de 1831 - considerado um verdadeiro genocídio - percebemos a extrema violência estrategicamente assumida em campanhas militares movidas pelos caudilhos contra os povos denominados Charrúas⁵⁴ no Uruguai. Naquela ocasião, por já terem estabelecido boas relações com presidente Fructuoso Rivera, os caciques Charrua como Venado, Polidoro, Rondeau e Juan Pedro foram convocados para auxiliar na organização da defesa das fronteiras do novo país. Compareceram com suas mulheres e crianças à reunião convocada nas proximidades do rio Salcipuedes. Tratou-se, no entanto, de um embuste, tendo sido mortos todos os homens, e aprisionados e enviados a Montevideu como escravos suas mulheres e crianças.⁵⁵

Apesar da resistência e “garra charrúa” integrar a lista dos signos diacríticos da “uruguidade”, o texto fundacional da nação, o romance *Tabaré*, de Juan Zorrilla de San Martín (1888), marca bem a “raça branca” que permaneceria viva sobre o cadáver do charrúa.⁵⁶ Como esclarece S. Merenson, trata-se de uma novela cujo personagem principal é um líder indígena que não chegou a integrar-se à nacionalidade em formação, personificando uma “extirpe morta” que, no entanto, legaria aos uruguaios uma “indomável bravura e valentia”. Outro

legado deste romance seria, segundo a autora, a imagen de decadência do mundo indígena, no qual de “orgias e violações, em uma eterna indolência improdutiva, como um ‘obscuro ninho de cobras’”⁵⁷ que ataca mulheres espanholas, que comporiam uma “raça de virgens tão pálidas como a flor do lírio”⁵⁸. Esta obra, ao marginalizar os indígenas do ideal da integração nacional, passa a validar, também, sua opção branca, eurocêntrica e cristã.

Já o carácter sistemático de política de tratados de paz na Argentina durante a segunda metade do Século XIX, segundo De Jong, muito longe de responder a um projeto para a incorporação social daqueles grupos, estava dirigido a criar as condições para o avanço das fronteiras, mantendo a lógica de “negociar para fazer a guerra”, que seria oposta à lógica indígena, que era de “fazer guerra para negociar”.⁵⁹

A. Roca, por sua vez, demonstra como, no caso argentino, “o desaparecimento do índio ... foi tecnicamente parte do processo natural e necessário para a construção do Estado Nacional”. Nesse caso – segundo a autora – os povos indígenas foram considerados “comunidades políticas inimaginadas”⁶⁰ que permaneceram fora do projeto totalizante da história nacional até os dias de hoje, nas narrativas contemporâneas sobre a nação.⁶¹

Considerações Finais

No interior do quadro beligerante e violento que marcou o alvorecer do século XIX para os povos dos Rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, em que pese a

relação de semelhança das experiências de “pacificação” ocorridas nas Minas Gerais Oitocentistas e o processo congênere protagonizado pelos militares na região do pampa tanto na Argentina quanto no Uruguai em meados do século XIX – uma vez que ambas permaneceram nos imaginários nacionais em uma escala de longa duração por meio da construção de narrativas sobre as nacionalidades em formação –, a proeminência do papel da “mestiçagem” para a ideia de Brasil – ao contrário da Argentina, que consagrou o extermínio dos indígenas enquanto fundamento de uma nacionalidade branca e civilizada – entreteceu não apenas as pautas de uma política civilizacional nos sertões como marcou também a própria experiência dos povos indígenas inseridos naquele cenário de expansão de fronteiras.

Para contrastar as narrativas uruguaias e argentinas sobre a formação das nacionalidades às do Brasil, cito um exemplo recente de memória indígena na região do Mucuri, relativamente a uma liderança reconhecida por sua atuação no Quartel de Água Branca, hoje cidade de Joáima, assim denominada em homenagem à sua memória.

A passagem abaixo se encontra no sítio eletrônico da cidade e demonstra a presença da mestiçagem do indígena no processo de formação nacional, como fundamento das narrativas locais e nacionais.

Joahyma instala sua nova taba no local posteriormente chamado barro Vermelho. Hoje, São Paulino. Dali, ele opunha resistência aos soldados de Julião que também instalou um quartel Militar do outro lado do rio.

Após duras batalhas, nas quais se destacou também, o cacique Ari-Ari aceita a rendição negociada diante da superioridade militar de Julião, dando mostras de grandeza e de sabedoria.

E, ao selar a paz com Julião, Joahyma passa a merecer o título de Grande Chefe, aquele que deve ser seguido e imitado.

Para selar a paz, o cacique ofereceu uma de suas filhas ao alferes como sua mulher e reinou harmonia entre as partes. A partir daí, ocorreu o processo de miscigenação das raças e os costumes dos civilizados foram assimilados pelos conquistados⁶².

J. Barr⁶³ intitulou sugestivamente seu livro sobre as relações entre indígenas e espanhóis nas fronteiras do Texas de *Peace came in the Form of a Woman*. No caso dos indígenas do Rio Doce, percebemos também como a presença da mulher indígena nas negociações de paz parecia selar o acordo definitivo da conquista e pacificação.

O Capitão-Mor e diretor do aldeamento dos Tocoios, J. P. F. de Moura, atribuiu à recusa das mulheres o não aldeamento do grupo Botocudo que “veio à fala” no ano de 1799: “sem duvida eles se virião arrancar na nossa vizinhança” – dizia o diretor -, “se lhes fosse possível reduzir as suas mulheres, q’ erão m.to bravas, e temião q’ os matassem, e comessem”.⁶⁴

O próprio alferes Julião Fernandes Leão, diretor da Sétima Divisão do Rio Doce - contra o qual Inocêncio, o “capitão dos índios Maxakali”, redigiria sua petição - escreve sobre as “Botecudas”,⁶⁵ que, ao terem aparecido pela primeira vez no quartel da Sétima Divisão, do qual era diretor, “dao mostras de reconhecerem a nossa superioridade, e de quererem

nossa amizade”. Ao prosseguir em seu relato, Julião passa a citar o próprio José Pereira Freire de Moura que, em uma sua carta particular, teria dito que: “O Alferes Juliao, em fim, conseguio, o que nunca pude, pois ao seu Quartel de S. Miguel tem vindo as Botecudas, e eu aqui as espero brevemente: eu tenho grandes esperanças de se verem os Botecudos aldeados, e será isto huma novidade guardada para illustrar o Governo”.⁶⁶

Vale ainda, para concluir, ressaltar a reflexão sobre a retórica “erótico-patriótica” subjacente às narrativas sobre a pacificação dos indígenas e suas diferenciadas relações com a formação das identidades nacionais, tal como observou por M. C. Burgeño para o Uruguai. Segundo a autora, a base desta retórica erótico-patriótica apresenta a nação uruguaia como uma “grande família patriarcal”, sendo, portanto, “funcional ao processo de disciplinamento iniciado por um Estado que busca consolidar-se”.⁶⁷ A reflexão de M. C. Burgeño - por sua vez baseada na tese de M. I. Torres - ⁶⁸ aponta para a gênese do processo de “produção civilizada” própria das nacionalidades latinoamericanas enfocadas, impulsionadas por um sentido de família patriarcal. Sendo sempre as figuras femininas emblemáticas dos projetos de nação almejados, podemos cotejar a idealizada figura de Trinidad Salcedo - cativa sequestrada pelos “bárbaros” na Argentina, heroicamente resgatada no combate aos indígenas para consolidação de uma matriz nacional -, com a imagem da filha do cacique Joaíma, um “botocudo antropófago”, oferecida ao alferes e diretor de índios Julião Fernandes Leão como sinal

de “pacificação”, tal qual a clássica figura de Malinche, amante do conquistador espanhol H. Cortéz – considerada na narrativa mexicana como mãe de todos os nacionais, idealmente concebidos como os filhos mestiços que, de fato, ela teve com o conquistador.⁶⁹

Assim percebemos como a proposta ideológica da mestiçagem enquanto pacificação no bojo de um projeto de nacionalidade de fato parece ter se adequado, naquele contexto, de modo a dismantelar possíveis resistências, considerando uniões estabelecidas entre categorias subalternas – do mesmo modo como observado e analisado em períodos posteriores em processos congêneres promovidos pelos missionários na catequese de Itambacuri.⁷⁰

NOTAS

¹ Este artigo é fruto de reflexões elaboradas no âmbito do Grupo de Trabalho *Instituição Militar e Ordem Social* na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), que se reuniu em 2014 e 2015 sob a coordenação das professoras Adriana Barreto de Souza (UFRRJ) e Maud Aurélia Chirio (UFSCAR), visando a integrar um debate com perspectivas científicas, políticas e memorialistas. As reuniões refletiram em torno de temáticas que envolveram desde o processo histórico de constituição das Forças Armadas até questões atuais envolvendo, por exemplo, narcotráfico, terrorismo e crime organizado. Em 2014 uma versão deste trabalho foi apresentado no Seminário Internacional *Pacificação: o que é e a quem se destina?*, cujos resultados, incluindo uma versão do presente texto, estão sendo publicados pela Editora Alameda.

² A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) está relacionada à necessidade de “delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.

Entretanto, a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas, para as quais já alertava José Bonifácio em 1813: ‘... amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político’. GUIMARÃES, M. L. S.. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos* 1(1) (1988), p. 5-27.

³ Cf. GONTIJO, R. “Na Trilha de Capistrano de Abreu (1853-1927): índios, história e formação do Brasil” em J. P. de OLIVEIRA, ed.. *A Presença Indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro, Ed. Contra-cap, 2011, p. 608.

⁴ Assim denominados pelos portugueses por causa do adorno labial característico, o *imató*, disco de madeira leve comparada ao “botoque” utilizado como rolha das garrafas de cachaça. A autodesignação deste povo para si, mas extensível para todos os ameríndios, na língua originária é *Borum*, que significa “gente”. Ainda que esses povos tenham se tornado célebres na História e na Etnologia por meio do etnônimo Botocudo, assim eram referidos apenas na forma literária, posto que na prática dos sertões o epíteto de “bugres” foi usualmente adotado pela população regional. Em sua viagem pelo rio Doce, Paul Ehrenreich esclarece que enquanto o primeiro nome, Botocudo, “parece advir da referência aos discos de madeira leve usados como adornos pelos indígenas, parecidos com as rolhas de tonel dos portugueses (botoques), o nome bugre deve referir-se ao vocábulo *bougre*, que significa herético”. Cf. EHRENREICH, Paul *Índios botocudos do Espírito Santo no século XIX*. Vitória, Ed. IHGES, 2004 [1887], p. 47-48.

⁵ Ainda que esta proposta se restrinja a examinar contextos referentes ao Século XIX, é bom lembrar que a celebração de tratados de paz possui larga memória na colonização espanhola, tendo sido sistematicamente adotados ao longo dos três séculos de colonização nas regiões da Araucania e Pampas (Cone Sul). Ritualmente celebrados por meio de longos discursos, troca de presentes e confraternização abundantemente regada a vinho ou aguardente, tais tratados consistiam em uma espécie de pactos diplomáticos entre indígenas e um representante direto da coroa espanhola, pelo qual passavam a ser oficialmente reconhecidos seus direitos sobre determinados territórios. Segundo o historiador chileno S. Villalobos, o primeiro destes tratados foi celebrado ainda em 1641. A partir de então

passaram a ser esporadicamente realizadas reuniões (ou parlamentos), intercalados por períodos de violência interétnica. Cf. VILLALOBOS, S. *La Vida Fronteriza en Chile*. Madrid, Ed. MAPFRE, 1992.

6 DAS, V. & POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Nº 27, 2008, p. 24.

7 Teophilo Benedicto Ottoni nasceu em Serro, Minas Gerais (1807) e faleceu no Rio de Janeiro (1869). Filho de comerciante, Ottoni frequentou a Academia de Marinha do Rio de Janeiro, tendo sido eleito deputado pela Província de Minas em 1835 e deputado geral na quarta, quinta e sétima legislatura. Em 1842 foi preso e acusado como um dos chefes da Revolta Liberal.

8 As principais fontes citadas por pesquisadores argentinos encontram-se depositadas no Serviço Histórico do Exército e nas Memórias do Ministério da Guerra e Marinha, no Arquivo Geral da Nação. Cf. DE JONG, I. “Acuerdos y Desacuerdos: las políticas indígenas en la incorporación a la frontera bonarense (1856-1866)”, em MANDRINI, R. et alli (eds.). *Sociedades en Movimiento. Los pueblos indígenas de América Latina en el siglo XIX*, IEHS, Tandil, 2007.

9 O texto completo do Diretório dos Índios pode ser conferido em http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em 9 de Abril de 2015.

10 PERRONE-MOISÉS, B. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

11 A raciologia que dominou o discurso científico nos Oitocentos atribuía aos Botocudos um caráter quase animalesco, tendo sido, por isso, diversos indígenas da região enviados a diversos países da Europa e aos Estados Unidos como exemplares vivos a serem examinados por cientistas, bem como lucrativamente exibidos a curiosos. Cf. MONTEIRO, J. M. “As ‘raças’ indígenas no pensamento brasileiro do Império” em VENTURA, R. et. alli (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

12 O “deserto” argentino, situado ao sul da fronteira traçada pelo Rio Salado na província de Buenos Aires abrigava cerca de trinta mil indígenas, miscigenados há séculos com os Araucanos originários do Chile, de quem herdaram a estrutura social marcada pelo cacicado - sistema pelo qual um grande cacique liderava uma confederação de caciques intermediários, responsáveis por milhares de indígenas. Cf. DE JONG, I. op cit., 2007a.

13 BOCCARA, G. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. *Memoria Americana* 13: 21-52, 2005, p. 47.

14 Nos tempos coloniais estes sertões eram considerados pela Coroa “terra proibida, tendo sua “abertura” impedida para fins de inibir o contrabando do ouro. Com o declínio da mineração ocorrido sobretudo a partir de meados dos Setecentos, passou a ser ressignificada enquanto um Eldorado capaz de atrair diversos fluxos migratórios e colonizadores. Cf. LANGFUR, H. L. “The Forbidden Lands: frontier settlers, slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830”. Tese Ph.D. University of Texas-Austin, EUA, 1999.

15 Guido Marlière (1768) nasceu na França e morreu em sua fazenda em Guidoal (1836), tendo se alistado ainda adolescente no exército. Em 1797 emigrou para Portugal, passando a relacionar-se à Corte Portuguesa por meio de sua esposa, franco-portuguesa. Alistou-se nas forças militares portuguesas em 1802 e, por isso, viajou com D. João VI e sua comitiva em 1807 rumo ao Brasil.

16 Frei Ângelo de Sassoferato (1864-1926) - batizado Afonso Censi - e Frei Serafim de Gorizia (1829-1918) – ou Janez Madon - eram missionários capuchinhos italianos e fundadores do aldeamento missionário do Itambacuri (respectivamente, vice-diretor e diretor), o mais duradouro estabelecimento missionário do período imperial, onde ambos vieram a falecer.

17 Tanto observadores coevos (Cf. EHRENREICH, op. cit.) quanto estudiosos mais recentes (Cf. NIMUENDAJÚ, C. “Social Organization and Beliefs of the Botocudo of Eastern Brazil”. *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 2, No. 1. University of New Mexico) parecem ter descartado a antropofagia como prática ritual dos Botocudos.

18 HESPANHA, A. M. *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo, Annablume, 2010, p. 229.

19 HESPANHA *apud* MOREIRA, op. cit., p.18.

20 MOREIRA, V. M. L. “1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos” em CARDOSO, J. L. et. al. (orgs.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

21 GREENE, Jack P. “Negotiated Authorities”. Em: *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. The University Press of Virginia, 1994.

22 *Leis Históricas*: Carta Régia de 13 de maio de 1808. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm. Acesso em 09 de abril de 2015.

23 LANGFUR, op. cit.

24 ESPÍNDOLA, H. S. Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial. III ENCONTRO DA ANPPAS. Brasília. 2006, p. 12.

25 Em: *O Investigador português em Inglaterra*; ou, *Jornal literário, político, etc.* V. 3. 1812. Londres, Impresso por T. C. Hansard [etc.]. Este jornal mensal – que tinha entre seus editores o embaixador de Portugal em Londres, o médico Bernardo José de Abrantes e Castro e era patrocinado pela Coroa Portuguesa, p. 464.

26 *ibidem*: p. 464

27 (Xamixuna seria um povo indígena extinto, da mesma família linguística dos Puris e Coroados). *O Investigador português*, p. 465.

28 JOSÉ, O. *Marlière, o civilizador. Esboço biográfico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1958, p. 38-39.

29 RAPM. Ano XII, 1907/1908, p. 526-7.

30 Carta de Marlière ao Cel. João José Lopes, deputado à Assembleia, de 11 de julho de 1825, p. 613.

31 RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Editora Vozes, Petrópolis, 1977, p. 95.

32 BUSHNELL, A. T. “None of these wandering nations has ever been reduced to the faith”: Missions and Mobility on the Spanish-American Frontier,” em MULDOON, James (ed.), *The Spiritual Conversion of the Americas*. Gainesville: University of Florida Press, 2004.

33 Vasta documentação reportando tais conflitos depositadas no Arquivo Estadual do Espírito Santo foi levantada por MARINATO, F. A. *Índios Imperiais: os Botocudos, os Militares e a Colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. Dissertação de Mestrado. UFES, 2007, p. 181.

34 MARLIÈRE, G. RAPM. Ano XI, Fascículo I, 1906, p. 81.

35 MISSAGIA DE MATTOS, I. Os Etnônimos e a “descanibalização” dos Botocudos. *Estudios Latinoamericanos*. Varsóvia-Poznan (Polónia): Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos, 2005.

36 Ver, para isso, BEATTIE, P. M. *The Tribute of Blood* em KRAAY, Hendrik *Race, State and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790s–1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

37 Carta de Juan Cornell ao ministro de Guerra Juan Andrés Gelly y Obes, 10/11/1863, SHE, Campanha

contra los Indios, Frontera sur, caja 12, No 699 (*apud* DE JONG, op. cit. 2007, p. 05).

38 BIEBER, J. Mediation Through Militarization: indigenous soldiers and transcultural middlemen of the Rio Doce Divisions, Minas Gerais, Brazil, 1808-1850. *The Americas*, Volume 71, Number 2, October 2014. Tradução própria.

39 A petição em questão constitui um dos raros documentos de autoria indígena neste período. Não é improvável, no entanto, que tenha sido redigida por terceiros. O documento foi endossado por importantes colonizadores da região, encontra-se depositado no Arquivo Nacional (MN, s/d [ca. 1820–21], AN IG1 204 *apud* BIEBER, op. cit.).

40 BIEBER, op. cit., p. 235. Segundo MARINATO (op. cit., p. 88), em 1822, já no Espírito Santo, Julião Leão seria nomeado Inspetor do Corpo de Pedestres. Em 1822 passaria a assumir o Comando das Armas da Província, de onde passou a liderar um pequeno motim contra o Governo da Junta Provisória, tendo sido, por isso, levado preso para o Rio de Janeiro. No entanto, em 1824, ele assumiria o posto de Diretor de Índio no Rio Doce, iniciando a formação do aldeamento de São Pedro de Alcântara. Finalmente, passaria a se estabelecer na fazenda em Regência, tendo, para isso, assenhorado-se de escravos negros e índios.

41 RAPM 10 (1905), p. 563.

42 Cf. LANGFUR, op. cit.

43 MISSAGIA DE MATTOS, op. cit. 2005.

44 OTTONI, T. B. Notícia sobre os selvagens do Mucury :em uma carta dirigida pelo Sr. Theophilo Benedicto Ottoni ao senhor Dr. Joaquim Manoel de Macedo *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858, p. 200.

45 *Idem*, p.189.

46 *Idem*, p. 203.

47 *Idem*, p. 210

48 *Idem*, p. 211.

49 *Idem*, p. 212.

50 D. Joaquim Silvério de Souza. Livro de visita pastoral (1902-1907). Cx. 49. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

51 SEYFERTH, G. “A Invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos”. *Anuário Antropológico* 93, p. 175-203, 1995.

52 *Idem*, “La inmigracion alemana y la politica brasileña de colonizacion”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 10 (29), 1995a, p. 60.

53 MERENSON, S. *Cuando ser Indio no Rinde: sociedad política, particularismo y excepción en*

las narrativas nacionales del Uruguay. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 172-190, jul./dez. 2010.

54 Charruas e minuanos resistiram por séculos ao domínio colonial, por meio de migrações desde a Patagônia e recomposições mestiças, encontrando-se no início do século XIX na parte oriental do Uruguai, uma pequena parte da Argentina e o sul e sudoeste do atual estado do Rio Grande do Sul, onde passaram a viver da “preia” do gado. Os minuanos tornaram-se também excelentes cavaleiros, caçando éguas e potros bravos nos campos. O avanço das fronteiras estatais ao longo dos processos de independência iriam gerar violentos embates com os colonizadores, ainda que por vezes tivessem estabelecido alianças - tanto do lado dos espanhóis contra os portugueses como o contrário. No século XIX, os charruas e minuanos que sobreviveram às guerras e a repressão somavam mais de mil indivíduos, porém seu território passou a ser ocupado pelas estâncias. Após a criação da República Oriental do Uruguai (1828) os indígenas continuaram a ser alvo de campanhas governamentais que defenderam seu extermínio, dizimando-os quase que completamente. Cf. SOSA, Rodolfo Maruca. *La Nacion Charrua*. Montevideu: Ed. Letras, 1957.

55 Em 2009 passou a celebrar-se feriado no Uruguai no dia 11 de abril, dedicado à Nação Charrúa e a Identidade Indígena, em reconhecimento aos fatos ocorridos em 1831. Além de proclamar póstumamente uma justiça, esta rememoração homenageia os charrúas por suas virtudes de resistência por séculos a fio de dominação por invasores espanhóis. <https://globalvoicesonline.org/2010/04/14/uruguay-new-holiday-commemorates-charrua-massacre/>

56 ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. *Tabaré*. Montevideo: Porrúa, 2004 [1888], p. 9

57 Idem, p. 172

58 Ibidem

59 DE JONG, op. cit. 2007.

60 THURNER, M. “Republicanos” y “la Comunidad de Peruanos”: Comunidades políticas inimaginadas en el Perú postcolonial. *Histórica* Vol. 20, Nº 1, 1996.

61 ROCA, A.C. Os sertões e o deserto: imagens da ‘nacionalização’ dos índios no Brasil e na Argentina na obra do artista-viajante. Tese de doutorado. Museu Nacional, UFRJ. 2010, p. 328.

62 Texto inspirado na descrição de Joaíma por A. Saint-Hilaire, quando em visita ao Quartel da Sétima Divisão, publicado por ocasião do bicentenario da cidade de Joaíma, MG (2011), quando foi lançado o “Memorial do Cacique Joaíma”, onde a cena

citada foi esculpida por um artista local <http://imagensjoaima.blogspot.com.br/2011/08/lendaria-figura-do-cacique-joahyma.html>. Acesso em 25 de junho de 2015.

63 BARR, Juliana. *Peace Came in the Form of a Woman: Indians and Spaniards in the Texas Borderlands*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

64 MOURA, J. P., 1897 [1809]. Botocudos e Aymorés. *RAPM* XI, Ano II, p. 28-36. <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtcervo.php?cid=42>. Acesso em 23 de junho de 2013, p. 31.

65 Para uma análise da importância da agência feminina na organização política dos Botocudos, ver MISSAGIA DE MATTOS, Considerações sobre política e parentesco entre os Botocudos (Borún) do século XIX: uma interpretação da articulação de uma rede social e simbólica. *R@U. Revista de Antropologia da UFSCAR*. volume 5, número 1 | janeiro - junho de 2013 <https://sites.google.com/site/raufscar/v5n1>. Acesso em 25 de junho de 2015.

66 Em: *O Investigador portuguez em Inglaterra; ou, Jornal literário, político, etc.* V. 3. 1812. Londres, Impresso por T. C. Hansard [etc.]. Este jornal mensal – que tinha entre seus editores o embaixador de Portugal em Londres, o médico Bernardo José de Abrantes e Castro e era patrocinado pela Coroa Portuguesa. http://bdigital.sib.uc.pt/hc/UCSIB-VT-22-2-1/UCSIB-VT-22-2-11/UCSIB-VT-22-2-11_item2/index.html. Acesso em 20 de junho de 2015.

67 BURGEÑO, M. C. *El Imaginario Nacional Uruguayo: textos, rescates y olvidos hasta el 1900*. Dissertation. University of Ohio. 1996, p.124).

68 TORRES, M. I. *¿La nacion tiene cara de mujer? Mujeres y nación en el imaginario letrado del siglo XIX*. Montevideo: Arca, 1995.

69 Ver, entre outros, GAINES, R. *Lucita: a child's story of Old Mexico*. The Rand McNellys Press: Chicago, 1932.

70 MISSAGIA DE MATTOS, op. cit. 2004.

Tradição, transformação e o espírito militar: uma entrevista com Celso Castro

por Édison Gastaldo

Celso Castro nasceu no Rio de Janeiro em 1963. Formou-se Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), Mestre (1989) e Doutor (1995) em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Desde 1986 é pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), atual Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, do qual é, desde janeiro de 2005, diretor e, desde março de 2008, professor titular. Atua no ensino de graduação e pós-graduação da FGV e dirige a coleção Nova Biblioteca de Ciências Sociais da editora Zahar. Celso Castro é um dos principais expoentes na pesquisa social sobre os militares no Brasil. Sua dissertação de mestrado, “O Espírito Militar”, publicada em 1990, foi a primeira pesquisa antropológica realizada por um pesquisador civil junto à Academia Militar das Agulhas Negras, sendo até hoje uma referência na antropologia das Forças Armadas. Além de seu livro de estreia, dedicou várias outras obras ao estudo dos militares na sociedade brasileira, como “Os militares e a República” (Zahar, 1995), “A Invenção do Exército Brasileiro” (Zahar, 2002) e “Exército e Nação” (FGV, 2012). Nesta entrevista, exclusiva para o número inaugural de SILVA, Celso Castro fala sobre sua formação, influências acadêmicas, o espírito militar, tradições e ritos institucionais das Forças Armadas, bem como sobre os caminhos da pesquisa contemporânea sobre Defesa nas Ciências Sociais Brasileiras.

SILVA – Prof. Celso, pode nos falar um pouco sobre sua formação e principais influências intelectuais, entre professores e autores?

CELSO CASTRO – Nasci no Rio de Janeiro em 1963. Meu pai era oficial do Exército, e por esse motivo morei em várias cidades e estudei em diferentes tipos de colégios. Fiz graduação em Ciências Sociais no IFCS da UFRJ entre 1981 e 1985. Entrei em 1983 como estagiário para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), hoje Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, onde trabalho desde então. Paralelamente, fiz mestrado e doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional (1987-1995), sob a orientação de Gilberto Velho. Minha influência intelectual mais direta está ligada não apenas à obra do Gilberto, mas também à convivência intelectual que mantivemos não só na pós-graduação, mas para além dela, até sua morte. Como professor e orientador, ele sempre nos estimulava a buscar uma perspectiva inter e multidisciplinar. Seus cursos, por exemplo, incluíam trabalhos de áreas como história e literatura. Dentre os autores clássicos das Ciências Sociais, destacaria Georg Simmel, cuja obra riquíssima me influenciou de diferentes modos. Em termos de produção intelectual, considero-me tanto antropólogo quanto historiador, e essa dupla identidade me agrada muito.

SILVA – Sua pesquisa “O Espírito Militar”, realizada no final da década de 1980, se tornou um clássico na antropologia

das Forças Armadas no Brasil, pelo pioneirismo, relevância e densidade de sua análise. Como o senhor vê o universo simbólico do espírito militar nos dias de hoje, passados 25 anos daquela pesquisa?

CELSO CASTRO – Creio que, em linhas gerais, o que descrevi no livro continua presente na formação do oficial do Exército. O elemento básico da construção da identidade do militar é sua diferenciação simbólica em relação ao “mundo civil” e o pertencimento a um “mundo militar”. Isso se torna tão forte e naturalizado que os militares passam a realmente acreditar num mundo dividido em “civil” e “militar”, quando o que ocorre é um processo de invenção de uma identidade “civil” com a qual se contrasta a do “militar”. Nesse sentido, costumo dizer que o “civil” é uma invenção militar. Essa identidade, no entanto, é construída num contexto histórico e cultural mais amplo que está sempre em mutação, que se altera ao longo do tempo.

SILVA – A partir dos anos 1990, uma série de transformações importantes aconteceram no Exército Brasileiro. Não apenas mudaram as fardas e o armamento, como o país passou a intensificar sua presença internacional em missões de paz da ONU, foram criadas a carreira do Quadro Complementar de Oficiais e regulamentada a participação de mulheres na Força, entre outras medidas. Como o senhor avalia o impacto dessas modificações na cultura militar brasileira?

CELSO CASTRO – Esses exemplos encaixam-se exatamente dentro do que mencionei há pouco, a respeito do contexto que se transforma. Alguns elementos outrora importantes ficaram menos relevantes, adaptações tiveram que ser feitas, e houve uma maior convergência com os valores dominantes na sociedade brasileira. Ainda assim, creio que os elementos identitários que descrevi em *o espírito militar* continuam basicamente os mesmos.

SILVA – *Em “A Invenção do Exército Brasileiro”, o senhor se dedica a explorar a invenção de algumas das tradições que compõem os ritos institucionais do Exército Brasileiro, como o culto a Caxias, as comemorações do aniversário da Intentona Comunista e a mitificação da Batalha dos Guararapes. De que maneira essas releituras institucionalizadas de momentos da História do Brasil afetam o contingente da tropa e a imagem pública do Exército, e como elas se relacionam com a historiografia nacional?*

CELSO CASTRO – Toda instituição busca estabelecer rituais e símbolos que passam a ser vistos como “tradicionais” e que servem para fortalecer a identidade coletiva através da construção de uma memória comum. O Exército é uma instituição explícita e conscientemente “conservadora” em relação a esse aspecto, e tem no “culto às tradições” um elemento importante de seu cotidiano. Como pesquisador, no entanto, acho interessante observar que essas tradições se transformam ao longo do tempo. Isso não é perceptível no curto prazo. Nesse

livro que você mencionou acompanho a transformação das principais tradições numa longa duração temporal. Aí sim, podemos perceber como algumas tradições nascem, outras morrem, outras se transformam.

SILVA – *Prof. Celso, como o senhor avalia o desenvolvimento atual do campo de estudos sobre Defesa e Forças Armadas no cenário acadêmico das Ciências Sociais do Brasil?*

CELSO CASTRO – O tema ainda é pouco tratado no Brasil. Durante o regime militar, havia naturalmente dificuldades para se fazer pesquisa por motivos óbvios. Tivemos alguns poucos “pioneiros” nas décadas de 1970 e 80, cuja trajetória está reconstituída no livro “Pesquisando os militares brasileiros: experiências de cientistas sociais”, que publiquei em co-autoria com a professora Adriana Marques (UFRJ) este ano, pela Editora Prismas, de Curitiba. Mesmo após a transição, o tema continuou periférico em relação ao *mainstream* das Ciências Sociais. Creio que, em parte, isso ocorreu por causa de estranhamentos – senão mesmo preconceito – no próprio mundo acadêmico. Da parte dos militares, apesar do discurso de aproximação com o “meio civil” ser já antigo, ainda é formal em vários aspectos. Acredito que essa situação possa se modificar positivamente, em parte ajudada pela atuação da ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa), criada em 2005, em parte pelo recente movimento das escolas militares em direção a programas de pós-graduação validados pela CAPES.

